

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FERNANDA DA SILVA ALVES CALHEIROS

MEMÓRIA E ARQUIVO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER
NA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

MACEIÓ

2024

FERNANDA DA SILVA ALVES CALHEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos.

Orientadora: Profa. Dra. Magnólia Rejane Andrade dos Santos.

MACEIÓ

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

C152m Calheiros, Fernanda da Silva Alves.

Memória e arquivo: um estudo sobre a inserção da mulher na Polícia Militar de Alagoas / Fernanda da Silva Alves Calheiros. – 2025.

126 f.: il.: color.

Orientador: Magnólia Rejane Andrade dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação.) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 106 - 112.

Apêndice: f. 113-114.

Anexos: f. 115-126.

1. Mulheres - Polícia Militar - Alagoas 2. Memória. 3. Alagoas. Polícia Militar.
4. Arquivos. I. Título.


CDU: 02: 356.35-055.2 (813.5)

FERNANDA DA SILVA ALVES CALHEIROS


**MEMÓRIA E ARQUIVO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER
NA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Ciência da Informação, em 23 de agosto de 2024.


BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **MAGNOLIA REJANE ANDRADE DOS SANTOS**
Data: 25/09/2024 19:03:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Profa. Dra. Magnolia Rejane Andrade dos Santos
Orientadora/Presidente – PPGCI/UFAL

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA ROSALINE LEITE MOTA**
Data: 23/08/2024 19:11:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota
Membro Titular Interno – PPGCI/UFAL

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RIBAMAR FERREIRA JUNIOR**
Data: 23/08/2024 18:48:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Membro Titular Externo – PPGCOMPro/UFMA

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA DA SILVA ALVES CALHEIROS**
Data: 26/09/2024 05:59:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Fernanda da Silva Alves Calheiros
Mestrando(a) – PPGCI/UFAL

Àqueles que de mim nasceram e,
assim, me fizeram renascer: Sophia e
Théo, meus amados “desorientadores”.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Criador, todo o louvor que eu puder manifestar ainda será pouco. Vejo e sinto a boa mão do Pai em cada passo da jornada.

À minha orientadora, professora Dra. Magnólia: desbravar esse caminho traçado pelas pioneiras foi ainda mais especial sob a condução de uma mulher que também foi e é vanguardista.

À minha família: meus filhos, Sophia e Théo; minha mãe, Edite, cuja renúncia e orações pavimentaram o caminho que hoje percorro; meu pai, Humberto Alves (*in memoriam*), referência de serviço e amor à farda que cresci admirando; meus irmãos, Felipe e Tatiane, a quem agradeço pelo apoio incondicional, assim como a Giselle e Isabelle, cunhada e sobrinha, respectivamente.

Na PMAL, cito a tenente Silviany enquanto estendo minha gratidão particular a cada uma das pioneiras, aos veteranos e militares da ativa que contribuíram de forma tão rica; à minha “Canga” Clarissa, definição de mulher destemida e humana; aos integrantes da minha estimada Diretoria de Comunicação Social e aos apoiadores desta pesquisa nas diretorias de Pessoal, de Proteção Social, no Gabinete do Comando-Geral e demais setores.

Agradeço a todo o corpo docente do PPGCI/Ufal, mas preciso mencionar o professor Dr. Edivanio Duarte de Souza, por toda a sua entrega ao Programa, e os professores doutores Willian Lima Melo e Francisca Rosaline Leite Mota: sinto que o mundo deu voltas e eu sou uma pessoa de sorte por reencontrá-los na disciplina que foi um divisor de águas na minha jornada acadêmica.

Aos colegas da turma PPGCI 2022, pela partilha de conhecimento, pelas caronas, alegrias e angústias acadêmicas. O mesmo posso dizer da turma 2021, da qual me sinto copartícipe. Crescemos juntos.

Aos familiares, amigos, militares e civis, e irmãos em Cristo (da PIB Maceió e da Luz do Mundo) que me cercam de afeto e incentivo. Tenho grandes encorajadores que não mencionarei, mas quem o é se enxergará nestas linhas. Citando Jaguaracyra, contemplo todos os que formam minha rede de apoio. Nada faria sem esse suporte.

Este trabalho, para mim, vai além da conquista pessoal. É mais uma maneira de honrar a farda que um dia foi um sonho de criança e, sobretudo, representa uma forma de enaltecer o legado e a representatividade das mulheres na corporação.

“Eu combato com água no nível dos peitos pela libertação da pátria e pela libertação da mulher que haverá de surgir”.

(frase atribuída a
Maria Quitéria de Jesus Medeiros)

RESUMO

Este estudo estabelece uma reflexão sobre a representatividade do gênero feminino na sociedade e, especificamente, no ambiente militar, ao mesmo tempo que busca ampliar a visibilidade dessa questão, permeada pela memória da chegada do primeiro contingente de soldados femininos aos quadros da Polícia Militar de Alagoas. À luz da Ciência da Informação, adotou-se como referencial teórico a contribuição de autores como Halbwachs (1925; 2006), Nora (1993) e Le Goff (2003). O referencial teórico abarcou estudos sobre a temática da mulher nas forças de segurança desenvolvidos por cientistas brasileiras, a exemplo de Calazans (2003; 2004), Soares e Musumeci (2005), Mathias e Adão (2013). A pesquisa tomou como *corpus* boletins e fichas funcionais custodiados pelo arquivo da Polícia Militar de Alagoas, além de documentos das Diretorias de Pessoal e de Proteção Social da instituição, que reúnem os dados das pioneiras da PM de Alagoas, entre outras fontes documentais secundárias, incluindo entrevistas individuais e grupo focal. O trabalho objetiva compreender quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informação que guardam a memória da figura feminina na Polícia Militar de Alagoas a partir do ingresso das precursoras. Doravante a análise desses dados, a pesquisa delimita um perfil das integrantes da primeira turma de soldados formada exclusivamente por mulheres na instituição, resgata aspectos dessa memória e analisa como se deram a admissão de mulheres e a ruptura da exclusividade masculina na corporação até chegar ao panorama atual.

Palavras-chave: memória; arquivo; mulheres; Polícia Militar de Alagoas.

ABSTRACT

This study reflects on the representativeness of the female gender in society and specifically in the military environment, while at the same time seeking to increase the visibility of this issue, permeated by the memory of the arrival of the first contingent of female soldiers in the ranks of the Alagoas Military Police. In the light of Information Science, the theoretical framework adopted was the contribution of authors such as Halbwachs (1925; 2006), Nora (1993) and Le Goff (2003). The theoretical framework included studies on the subject of women in the security forces developed by Brazilian scientists, such as Calazans (2003; 2004), Soares and Musumeci (2005), Mathias and Adão (2013). The research took as its corpus bulletins and functional records held by the archives of the Alagoas Military Police, as well as documents from the institution's Personnel and Social Protection Directorates, which gather data on the pioneer women of the Alagoas Military Police, among other secondary documentary sources, including individual interviews and focus groups. The work aims to understand what the documents and sources of information are and how they are organised to preserve the memory of the female figure in the Alagoas Military Police from the time the pioneers joined. In order to analyse this data, the research delimits a profile of the members of the first class of soldiers made up exclusively of women in the institution, recovers aspects of this memory and analyses how the admission of women and the break with male exclusivity in the corps came about until we reach the current panorama.

Keywords: memory; archives; women; Military Police of Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Estrutura externa do arquivo da PMAL (2024)	31
Figura 2 –	Parte destinada à DPS no arquivo da PMAL (2024)	32
Figura 3 –	Parte da estrutura interna do arquivo da PMAL (2024)	33
Figura 4 –	Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1920)	38
Figura 5 –	Quartel do Comando Geral da PMAL (1902)	44
Figura 6 –	Volante do 2º Batalhão, que combateu o Cangaço (1938)	46
Figura 7 –	Policiais pioneiras em São Paulo (1955)	54
Figura 8 –	Turma feminina pioneira PM-AL (1990)	58
Figura 9 –	Pioneiras reunidas no aniversário de 30 anos de ingresso (2019)	76
Figura 10 –	Formatura CFSdFem 98 foi notícia em jornal (1990)	81
Figura 11 –	Pioneiras participantes do grupo focal	83
Figura 12 –	Pfems no Desfile de 7 de Setembro	86
Figura 13 –	Alunas CFSdFem com o comandante do pelotão (1990)	88
Figura 14 –	Pelotão feminino desfila no Dia da Infantaria (1990)	90
Figura 15 –	Curso de Formação de Sargentos (1992)	92
Figura 16 –	Reprodução da placa original de conclusão do 1º CFSdFem	93
Figura 17 –	Soldado Ana, uma das formandas da Turma Maria Quitéria (1990)	95
Figura 18 –	Pelotão feminino marchando em frente ao QCG (1990)	96
Figura 19 –	Matéria de Jornal sobre mulheres na PMAL [s.d.]	97

QUADRO

Quadro 1 –	Hierarquia e insígnias da PMAL por ordem decrescente	48
------------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Ingresso de mulheres nas PMs das unidades federativas do Brasil	55
Tabela 2 –	Concluintes do CFSdFem 89	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Pioneiras por idade	70
Gráfico 2 –	Pioneiras por escolaridade	71
Gráfico 3 –	Pioneiras por estado civil	72
Gráfico 4 –	Pioneiras por cor/raça/etnia	72
Gráfico 5 –	Pioneiras por naturalidade	74
Gráfico 6 –	Graduações e patentes alcançadas pelas pioneiras	75
Gráfico 7 –	Quantitativo por gênero na PMAL em abril de 2024	99
Gráfico 8 –	Mulheres Oficiais na PMAL em abril de 2024	100
Gráfico 9 –	Mulheres Praças na PMAL em abril de 2024	100
Gráfico 10 –	Mulheres por Quadro na PMAL em abril de 2024	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BGO	Boletim Geral Ostensivo
CEI	Centro de Ensino e Instrução
Cfap	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFSdFem	Curso de Formação de Soldados Femininos
Cia PM Fem/Ind	Companhia de Polícia Militar Feminina Independente
DP	Diretoria de Pessoal
DPS	Diretoria de Proteção Social
Fem	Feminino/a
Pfem	Policial Feminina
PMAL	Polícia Militar de Alagoas
RH	Recursos Humanos
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
QCG	Quartel do Comando Geral
QOA	Quadro de Oficiais da Administração
QOC	Quadro de Oficiais Combatentes
QOE	Quadro de Oficiais Especialistas
QOEM	Quadro de Oficiais de Estado-Maior
QOS	Quadro de Oficiais de Saúde
QP	Quadro de Praças
OPM	Organização Policial Militar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 MEMÓRIA, ARQUIVO E FONTES DE INFORMAÇÃO	23
2.1 Memória e arquivo	36
2.2 Memória e história em conexões e diferenciações	28
2.3 O arquivo da PMAL e suas especificidades	29
3 A MULHER NO AMBIENTE MILITAR: CONTEXTOS NACIONAL E LOCAL	36
3.1 Maria Quitéria e o simbolismo para as forças de segurança	36
3.2 A mulher nas Forças Armadas	39
3.3 Breve história da Polícia Militar no Brasil e em Alagoas	41
3.4 Atribuições, nomenclaturas e hierarquia na PM-AL	47
3.5 A mulher e seu ingresso nas polícias militares	51
3.6 A admissão de mulheres na PMAL	57
3.6.1 A mulher na PMAL: marcos temporais	59
4 PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	64
4.1 Delineamento da pesquisa	64
4.2 Cenário da pesquisa, coleta e sistematização de dados	65
4.3 Análise e interpretação dos resultados	66
5 PERFIL DAS PIONEIRAS: FONTES DOCUMENTAIS	68
5.1 Composição da turma CFSdFem	68
5.2 Perfil das pioneiras quanto à faixa etária	70
5.3 Perfil das pioneiras quanto à escolaridade	70
5.4 Perfil das pioneiras quanto ao estado civil	71
5.5 Perfil das pioneiras quanto a cor/raça/etnia	72
5.6 Perfil das pioneiras quanto à origem	73
5.7 Perfil das pioneiras quanto a graduações e patentes alcançadas na carreira e condição atual	74
5.8 Síntese do perfil da turma pioneira	76
6 MEMÓRIA E VIVÊNCIAS: FONTES PESSOAIS DE INFORMAÇÃO	78
6.1 Documentos e testemunhais: a memória de quem viveu o pioneirismo	78
6.2 Panorama atual de mulheres na PMAL	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113
ANEXO A – DESPACHO DO COMANDANTE-GERAL DA PMAL	115
ANEXO B – TRECHO INICIAL DA LEI QUE TRATA DO INGRESSO DE MULHERES NA PMAL (1987)	116

ANEXO C – EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA O CFSD FEM (1989)	117
ANEXO D – TRECHO DE MATÉRIA DO JORNAL DE ALAGOAS	118
ANEXO E – JORNAL DE ALAGOAS ENTREVISTA PIONEIRAS	119
ANEXO F – MATÉRIA DE JORNAL COM PIONEIRA DO CFSD FEM 89	120
ANEXO G – RECORTE DE JORNAL COM PIONEIRA DO QUADRO DE OFICIAIS FEMININOS	121
ANEXO H – LEI QUE INSTITUIU O DIA DA POLICIAL FEMININA DE ALAGOAS	122
ANEXO I – RORAINE BLYNNER, PRIMEIRA MULHER A INTEGRAR A BANDA DE MÚSICA DA PMAL	123
ANEXO J – LARISSA PORCIÚNCULA, PRIMEIRA PFEM DA PMAL A PILOTAR AERONAVES	124
ANEXO K – JOSIENE LIMA, PIONEIRA EM COMANDAR UMA UNIDADE ESPECIALIZADA E A ASSUMIR FUNÇÃO NO ALTO COMANDO	125
ANEXO L – JOANA DARC, PRIMEIRA MULHER DA PMAL A ALCANÇAR O POSTO DE CORONEL AINDA NA ATIVA	126

1 INTRODUÇÃO

No calendário de efemérides do estado brasileiro de Alagoas, 28 de novembro é notabilizado como o Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas. A data foi instituída por força da Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019. A escolha do dia 28 de novembro, segundo o próprio texto da legislação, remonta à chegada da primeira turma do Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSdFem).

O Artigo 1º da Lei expressa que, nesta data, teria ocorrido a formatura da turma paradigmática. No entanto, o percurso desta pesquisa revelou um equívoco. Ao contrário do que o texto legal sugere, a data de 28 de novembro de 1989 não marca a conclusão do curso, mas sim o dia em que as voluntárias se apresentaram para incorporação às fileiras da instituição. Este é apenas um dos aspectos de uma memória que, até então, foi permeada por equívocos, escassez e, em muitos casos, pela ausência de registros.

O fato é que, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, a Polícia Militar de Alagoas, com mais de um século e meio de história, rompeu com o estigma de ter um quadro funcional exclusivamente masculino ao admitir seu primeiro contingente de mulheres. Pouco mais de três décadas depois, um dos marcos na cronologia da chamada caserna se tornou uma data de celebração em âmbito estadual.

Entretanto, há muito, e sob as mais diversas vertentes, tem-se discutido a respeito do papel da mulher e a ocupação do espaço feminino na sociedade em geral. Isso abrange desde novos arranjos familiares até formas variadas de violência contra as mulheres, desigualdades no ambiente corporativo e no mercado de trabalho, equidade de gênero e representação feminina, entre outros aspectos relevantes.

Com o avanço dos movimentos feministas e a crescente conscientização social sobre questões de gênero, tem-se observado um aumento significativo nos estudos que abordam uma ampla gama de temas relacionados. Essas pesquisas não apenas exploram questões fundamentais como igualdade salarial e representação política, mas também investigam aspectos mais sutis e interseccionais da experiência feminina, contribuindo, assim, para uma

compreensão mais profunda e abrangente dos desafios enfrentados por mulheres em diferentes contextos sociais e culturais.

A pesquisa aqui apresentada se propõe a direcionar o olhar sobre um aspecto peculiar: a presença da mulher no ambiente militar, a partir do prisma teórico da Ciência da Informação. Tradicionalmente, os quartéis militares são um território predominantemente (ou exclusivamente) masculino. No Brasil, embora os primeiros indícios de mudança datem de meados de 1955, foi na década de 1980 que a dinâmica de inserção das mulheres nas Forças Armadas ganhou mais força, especialmente nas Unidades Federativas. Esse foi o caso da PM de Alagoas. O instrumento legal que legitimou a entrada das mulheres foi instituído em 1987, mas sua efetiva implementação aconteceu nos anos subsequentes.

Considera-se que “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 2007, p. 39). Nesse contexto, alicerçada no aporte teórico da Ciência da Informação, esta pesquisa visa dar visibilidade à temática por meio do estudo de fontes documentais que registram a memória relacionada a esse aspecto de gênero.

O foco específico deste estudo é o primeiro contingente de mulheres incorporado à PM de Alagoas, com ênfase na turma pioneira de soldados. Em novembro de 1989, 35 mulheres foram admitidas e concluíram o curso no ano seguinte. A turma CFSdFem, que recebeu o nome de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, foi uma das responsáveis por abrir caminho para o ingresso de outras mulheres ao longo das décadas até os dias atuais. Além dela, houve também uma turma de sargentos e outra de oficiais, que são mencionadas e reconhecidas neste estudo, embora não tenham sido tomadas como parâmetro da pesquisa.

Parte-se do pressuposto de que os arquivos contendo os assentamentos funcionais, sob a guarda da Diretoria de Pessoal (DP) da PMAL e da Diretoria de Proteção Social (DPS), preservam informações essenciais sobre o efetivo da instituição policial militar. Esses documentos são fundamentais para entender a história da turma emblemática que, de forma inédita, foi a primeira formada exclusivamente por mulheres. Os registros de recursos humanos da instituição foram utilizados como a principal referência para a investigação da memória relacionada a esse grupo específico.

A pesquisa pressupôs também que havia outras fontes documentais secundárias passíveis de consideração: edições de jornais, materiais de comunicação institucional, diários oficiais, além de fotografias e outros registros que fazem parte dos acervos pessoais de quem viveu essa história. Investigar e refletir sobre a representatividade do gênero feminino na sociedade, no campo profissional e, especificamente, no ambiente militar apresentou-se como um caminho com potencial valor científico e social.

As lentes da Ciência da Informação e das Ciências Sociais proporcionaram perspectivas distintas que guiaram esta pesquisa. O estudo visa explorar o seguinte problema: Quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informações que guardam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas?

O objetivo geral deste trabalho consiste em estudar a memória da chegada da pfem (termo abreviado utilizado para designar a policial feminina) na Polícia Militar de Alagoas, compreendendo e mapeando documentos e registros de informação a partir do ingresso das soldados pioneiras na corporação. Em alinhamento e de forma sequenciada ao objetivo geral e ao problema de estudo, seguem-se os objetivos específicos:

- a) Conhecer o perfil e a trajetória histórica das primeiras policiais militares mulheres em Alagoas;
- b) Investigar como se estrutura o arquivo funcional da Polícia Militar e de que forma ele serve de aporte para a construção da memória das pioneiras da corporação;
- c) Distinguir quais são as principais fontes documentais e qual a contribuição delas na organização do conhecimento no tocante à construção da memória institucional sob o recorte proposto.

Este estudo se insere na linha de pesquisa em Ciência da Informação denominada Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos, que se dedica a estudos interdisciplinares e teórico-pragmáticos sobre políticas, processos, procedimentos, atividades, teorias e metodologias que articulam a rede sociotécnica entre informação, comunicação e tecnologias. Além disso, essa linha considera os contextos socioculturais locais, regionais, nacionais e

transnacionais, ampliando a compreensão das dinâmicas informacionais e comunicativas dentro do contexto da instituição policial.

Esta proposta de estudo se justifica por diversos aspectos significativos, começando pela relevante contribuição social e política que oferece: investiga a ruptura do paradigma da exclusividade masculina e as mudanças no papel social das mulheres em uma profissão específica – e, por extensão, na sociedade como um todo.

Acrescenta-se, ainda, a motivação pessoal da cientista autora como mulher, jornalista e policial militar. Remonta-se ao início de sua carreira como servidora da PM no ano de 2016, quando, na condição de aluna de soldado, foi recepcionada por três integrantes da Turma Maria Quitéria. Com o passar dos anos, essa inquietação cresceu à medida que se tornou evidente o conhecimento público limitado sobre o assunto e, mais preocupante ainda, o risco de que ele caísse no esquecimento. A motivação para explorar essa temática foi intensificada pela intersecção entre a formação e a vivência em jornalismo da autora e seu crescente envolvimento com a Ciência da Informação.

Analisar o presente sem desconsiderar o passado, o ponto de origem de tudo, emergiu como uma abordagem promissora nesse campo acadêmico. Ao considerar Le Goff (1990), reforça-se que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, aos quais, relativamente, a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

Ao voltar o olhar para a PMAL, desde a chegada das primeiras soldados até os dias atuais, percebe-se uma expansão significativa tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. No entanto, é surpreendente que haja tão pouca documentação acessível ou registro sobre este assunto, e ainda menos disponível para o grande público ou mesmo para a própria tropa, que, frequentemente, desconhece muitos aspectos de sua própria história.

A forma como esse conhecimento está registrado – nos arquivos na instituição, em outras fontes documentais e de conhecimento e até nas memórias afetivas de quem vivenciou essa construção – possibilita um campo fértil para estudos da memória e da organização do conhecimento.

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica (Toutain, 2012, p. 16).

Estabelecendo uma conexão entre Toutain (2012) e Le Goff (1990), este autor também defende que documentos escritos sobre determinados fatos, quando deles são feitos testemunhos, vão além do tempo daqueles que foram testemunhas oculares e auriculares. Ultrapassam também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. “A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”, enfatiza Le Goff (1990, p. 9).

O arquivo funcional, sob a gestão das Diretorias de Pessoal e de Proteção Social da PMAL, guarda as fichas físicas de cada uma dessas militares desde a inserção até o fim de suas carreiras. Parte desse acervo já foi migrada para o sistema digital em formato de dados, e não de documento digitalizado. O arquivo se apresenta como uma valiosa fonte documental sobre os aspectos institucionais e históricos, especialmente por se tratar de uma turma paradigmática. O estudo proposto pode enriquecer a literatura e se apresenta como um campo fértil para a Ciência da Informação, em particular na linha de Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos.

Esse percurso e seus desdobramentos – pressupõe-se – estão guardados, documentados. Resgatar e, conseqüentemente, amplificar essa memória é importante para que o conhecimento não se perca. A pesquisa em questão levanta uma proposta de debate enquanto propõe-se a aumentar o escopo de estudos transversais entre Ciência da Informação e representatividade de gênero.

Para este trabalho, a fim de manter a uniformidade, serão adotados os termos referentes a postos e graduações militares conforme o texto da Lei nº 7.656, de 10 de setembro de 2014, que dispõe sobre a Promoção da PMAL e do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL). Ao longo da dissertação, a nomenclatura será utilizada sem distinção de gênero, ficando subentendido “posto de” ou “graduação de” soldado, cabo, sargento e assim por diante.

Seguindo o preceito das Forças Armadas, os documentos e procedimentos no âmbito da instituição, predominantemente, também não

fazem distinção de gênero no substantivo, variando apenas o artigo que o acompanha: o soldado, a soldado, um cabo e uma cabo (e assim por diante), e não a “soldada” ou a “caba”, por exemplo.

A presente dissertação está estruturada em sete seções. A primeira consiste na **Introdução**. A seção 2, essencialmente teórica e conceitual, intitula-se **Memória, arquivo e fontes de informação** e subdivide-se em memória e arquivo, definindo os principais conceitos do tema a partir da Ciência da Informação. A subseção seguinte traça as conexões e diferenciações entre memória e história, finalizando com a descrição do arquivo da Polícia Militar de Alagoas e suas especificidades.

A seção 3 configura-se como um capítulo substancialmente histórico. **A mulher no ambiente militar: contexto nacional e local** subdivide-se, primeiramente, na apresentação de uma breve biografia daquela que foi a primeira militar de que se tem notícia no Brasil, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, e seu simbolismo para a PM e para as forças de segurança em geral. Em seguida, embora não seja o foco da pesquisa, é mencionada a presença da mulher nas Forças Armadas brasileiras. A seção traça também uma breve história da Polícia Militar no Brasil e em Alagoas. Cumprindo um esclarecimento basilar e, portanto, indispensável para a compreensão do estudo em seu contexto inicial, são descritas e identificadas atribuições, nomenclaturas e hierarquia na PMAL. Feito isso, é traçado o encadeamento histórico da mulher e seu ingresso nas polícias militares nas Unidades Federativas brasileiras, incluindo Alagoas. A seção finaliza com os marcos temporais da presença da mulher na PMAL.

Sob o título **Processo teórico-metodológico da pesquisa**, a seção 4 oferece uma visão detalhada das bases teóricas e metodológicas utilizadas para conduzir o estudo. Nesse contexto, explora-se o problema de pesquisa dentro do arcabouço teórico que o sustenta, abordando os métodos empregados não apenas para coletar e analisar os dados, mas também para interpretar os resultados. A seção é subdividida em delineamento da pesquisa, contextualização do cenário da pesquisa, detalhamento da coleta e sistematização de dados e apresentação da metodologia utilizada para análise e interpretação dos resultados obtidos.

Perfil das pioneiras: fontes documentais é o título da seção 5. Trata-se do capítulo que apresenta os resultados obtidos a partir da pesquisa no acervo documental do arquivo, extraídos tanto das bases físicas quanto das bases eletrônicas da corporação. As subseções delimitam a composição da turma CFSdFem e os perfis das pioneiras nesta sequência: quanto à faixa etária; quanto à escolaridade; quanto ao estado civil; quanto à cor/raça/etnia; quanto à origem; quanto a graduações e patentes alcançadas na carreira e condição atual. Por fim, este segmento do trabalho realiza uma síntese do perfil da turma pioneira.

A seção 6, **Memória e vivências: fontes pessoais de informação**, confere uma ênfase qualitativa à pesquisa para além do perfil quantitativo do capítulo anterior. Apresenta o que pode ser o segundo momento da coleta de dados: a memória de quem viveu o pioneirismo, realizando uma reconstrução dos fatos com base em testemunhais e documentos. O capítulo encerra com o panorama atual de mulheres na PMAL, apresentando o cenário contemporâneo de presença feminina para além dos números.

O trabalho apresenta as **Considerações finais** sintetizando os principais pontos e oferecendo uma reflexão conclusiva sobre o tema. Destaca a recente e contínua expansão da mulher na polícia, revelando avanços e desafios. A análise abrange desde as origens até o impacto atual, mostrando que, apesar do progresso, ainda há barreiras a ser superadas para plena igualdade. O uso de recursos imagéticos e entrevistas enriquece a compreensão histórica e a memória institucional. O estudo preenche lacunas na literatura e oferece uma base para futuras investigações sobre o papel das mulheres na segurança pública.

Por fim, nos itens pós-textuais, apresentam-se as referências que fundamentaram a composição dos objetos discutidos e a construção do aporte teórico, além dos anexos de pesquisa utilizados na elaboração dos dados e elementos adicionais, como documentos e figuras.

2 MEMÓRIA, ARQUIVO E FONTES DE INFORMAÇÃO

“A informação sintoniza o mundo” (Barreto, 1994, p. 3). O autor diz, ainda, que, como onda ou partícula, a informação participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história:

Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo (Barreto, 1994, p. 3).

Este pensamento relaciona-se com a construção, estudo e compreensão da memória. Na pesquisa aqui apresentada, trata-se da conexão entre a informação contida nos arquivos e em outras fontes e a memória de um grupo social. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento, como pontua Le Goff (2003, p. 368).

O mesmo autor considera que documentos escritos sobre determinados fatos, quando deles são feitos testemunhos, vão além do tempo daqueles que foram testemunhas oculares e auriculares: ultrapassam também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. “A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”, afirma Le Goff (2003, p. 9).

Le Goff (2003) enfatiza que a memória refere-se, primordialmente, a um conjunto de funções psíquicas que possibilitam aos indivíduos atualizar impressões ou informações passadas, inclusive aquelas que são representadas como passadas. Além disso, a memória é vista como a capacidade de preservar certas informações ao longo do tempo.

O renomado historiador francês é essencial para ampliar a compreensão sobre a importância da memória na história e na construção da identidade cultural de uma sociedade. Em sua obra *História e memória*, Le Goff explora como esses dois conceitos se distinguem e se complementam. A história é uma disciplina científica que investiga, interpreta e registra eventos passados com base em fontes documentais e metodologias críticas. Esse processo é

dinâmico, seletivo, sujeito à constante revisão e atualização, visando descrever os fatos de maneira objetiva e contextualizá-los.

Por outro lado, a memória é um fenômeno subjetivo e coletivo, envolvendo a construção social e cultural dos significados atribuídos ao passado através de experiências, narrativas, tradições e símbolos. Sempre em movimento, a memória é dinâmica e vital, trabalhando com lembranças e esquecimentos para elaborar interpretações emocionais e ideológicas do passado, todas moldadas por narrativas significativas para o grupo social em questão.

O fenômeno da memória é um conjunto formado por outros dois fenômenos: a Memória Individual e a Memória Coletiva. Assim pressupõe Halbwachs (2006) na obra *A memória coletiva* – conceito profundamente estudado por ele. Em Halbwachs, a memória coletiva permite ao indivíduo se perceber como parte de um grupo social, pois compartilha as mesmas lembranças com seus membros, baseadas nos testemunhos comuns. Como elemento do coletivo, o indivíduo se reconhece como “eu”, identificando-se tanto com o grupo quanto como um ser único em seu meio social.

Para Halbwachs “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (2006, p. 51). Nessa perspectiva, memória individual seria as impressões particulares sobre os fatos, compostas de detalhes e sequências que se organizam quando o indivíduo recorda, um ponto de vista sobre a memória coletiva. Já a memória coletiva seria as impressões e registros de memória significativos para um conjunto de pessoas, porque fazem parte das histórias de vida desse grupo e compõem sua identidade.

Já Nora (1993, p. 9) ajuíza que a memória se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. O autor pondera também:

A memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.

Voltando a Halbwachs, desta feita, na obra *Les cadres sociaux de la mémoire* (*Os marcos sociais da memória*, tradução nossa), considera-se que:

L'individu évoque ses souvenirs en s'aidant des cadres de la mémoire sociale. En d'autres termes les divers groupes en les quels se décompose la société sont capables à chaque instant de reconstruire leur passé. Mais, nous l'avons vu, le plus souvent, en même temps qu'ils le reconstruisent, ils le déforment. Certes, il y a bien des faits, bien des détails de certains faits, que l'individu oublierait, si les autres n'en gardaient point le souvenir pour lui. Mais, d'autre part la société ne peut vivre que si, entre les individus et les groupes qui la composent, il existe une suffisante unité de vues (Halbwachs, 1925, p. 391).

Depreende-se do fragmento acima a seguinte reflexão (tradução nossa): o indivíduo evoca suas memórias com a ajuda dos quadros da memória social. Os vários grupos em que a sociedade é dividida são capazes, a qualquer momento, de reconstruir seu passado. Entretanto, na maioria das vezes, e ao mesmo tempo em que o reconstroem, o deformam. Claro, há muitos fatos, detalhes de certos fatos, que o indivíduo esqueceria se os outros não guardassem a memória para ele. Mas, por outro lado, a sociedade só pode viver se, entre os indivíduos e os grupos que a compõem, existir uma unidade de pontos de vista suficientes.

A informação, por sua vez, pode ser compreendida como o conteúdo de um documento que preenche lacunas cognitivas, atribuindo um sentido comum ao seu uso. Ela funciona como um canal de comunicação eficaz entre o emissor e o receptor. O conceito de informação pode ser considerado da seguinte forma:

Informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade do discurso) (Capurro; Hjørland, 2007, p. 155).

Desse modo, a preservação da informação permite a recuperação de memórias, aproximando os indivíduos de fatos, circunstâncias, eventos, criações, situações, estudos, experiências e culturas do passado. Esse processo é essencial para uma melhor compreensão do presente. Na PMAL, não seria diferente.

2.1 Memória e arquivo

Os arquivos institucionais, sejam físicos ou eletrônicos, representam repositórios fundamentais de informações que não apenas preservam a memória, mas também sustentam a consolidação histórica. Conforme Nora (1993, p. 9) discute, história e memória são, frequentemente, vistas como opostas:

A memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.

Tanno (2018) considera crucial a importância do patrimônio documental, que se apresenta como um guardião essencial de memórias, valores e símbolos culturais de grupos estabelecidos na sociedade. Esses registros não apenas preservam o legado, mas também funcionam como pilares que sustentam a identidade coletiva e proporcionam entendimentos profundos sobre a evolução cultural e social ao longo do tempo.

Nesse sentido, os centros de documentação e outras instituições de guarda ganham significado político e simbólico na sociedade na qual estão inseridos. Em grande parte, cabe a eles promover a coleta, a guarda e a preservação do patrimônio documental em toda a sua diversidade. Mais do que isso, devem tornar acessíveis e fomentar a utilização das informações contidas nos documentos pelo maior número de cidadãos, ampliando o escopo de usuários e garantindo a igualdade de acesso aos bens culturais da nação, promovendo, assim, o direito à memória e ao pleno exercício da cidadania (Tanno, 2018, p. 99).

Ampliando essa linha de raciocínio, Nora (1993, p. 9) elenca “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações” como sinais de

reconhecimento de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Toutain (2012), ao discutir o papel primordial dos arquivos na preservação do patrimônio cultural documental, ressalta sua importância não apenas como registros históricos, mas também como pilares fundamentais da identidade nacional. Sua análise pode ser aplicada a instituições específicas, como a Polícia Militar, onde os arquivos não só documentam eventos e decisões cruciais, mas também são essenciais para sustentar a continuidade histórica e a integridade institucional.

[...] os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – são fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação. (Toutain, 2012, p. 18).

Ao refletir sobre as informações que permeiam o tecido social, Tanno (2018) observa que esses dados não apenas geram, mas também solidificam valores específicos, símbolos, imagens e memórias coletivas. Esses elementos desempenham um papel crucial na formação e na consolidação da identidade cultural de uma sociedade, influenciando diretamente as percepções individuais e coletivas sobre história, pertencimento e continuidade cultural, e têm, por consequência, uma “tendência a permanecer, em detrimento de outras, que, por não serem utilizadas, (re)transmitidas, preservadas, se perdem no tempo e são esquecidas” (Tanno, 2018, p. 97). O estudioso propõe alguns questionamentos e reflexões:

Nessa perspectiva, perguntamos, então, quais papéis, políticos e sociais, os centros de documentação, os arquivos e outros espaços de guarda do patrimônio documental exercem diante de suas escolhas relativas às suas linhas de acervo e suas políticas de informação? O que significa guardar ou não determinado documento? Se a ciência da informação, entre outras funções, oferece ferramentas para a gestão documental e para a construção dos instrumentos de pesquisa, isto é, possibilita formas de organizar as informações e dar acesso a elas, a história reflete acerca dos significados desses atos, que não são neutros e nem inocentes (Tanno, 2018, p. 97).

O arquivo funcional da Polícia Militar de Alagoas é um repositório vital que contém documentos detalhados sobre os recursos humanos da instituição,

abrangendo também a turma específica que serve como ponto focal nesta pesquisa. Analogamente ao conceito de lugares de memória popularizado por Nora (1993), que são espaços físicos ou simbólicos onde a memória coletiva de uma sociedade se cristaliza e se materializa de maneira palpável, esses locais não se restringem apenas a construções físicas, mas englobam também objetos, rituais, práticas e símbolos que funcionam como mediadores entre o passado e o presente, evocando lembranças e significados compartilhados ao longo do tempo.

Para Nora (1993), os lugares de memória desempenham um papel crucial na formação da identidade cultural e histórica de uma comunidade, servindo como pontos de referência que conectam as gerações passadas às presentes. Eles não apenas preservam e transmitem conhecimentos históricos, mas também contribuem para a percepção coletiva do passado e para a consolidação de valores e tradições comuns. Nora enfatiza que esses locais não são estáticos, mas dinâmicos, sendo constantemente reinterpretados e redefinidos à medida que a sociedade evolui e novas gerações se apropriam dessas memórias.

2.2 Memória e história em conexões e diferenciações

O historiador Roger Chartier atribui a Paul Ricœur, em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (2000), as distinções entre história e memória que, segundo Chartier (2010), podem ser tratadas com clareza. Apesar de complementares, uma das principais distinções é entre testemunho e documento. O testemunho está intimamente ligado à testemunha e pressupõe que suas declarações sejam consideradas válidas.

Por outro lado, o documento proporciona acesso a “acontecimentos que se consideram históricos e que nunca foram a recordação de ninguém” (Chartier, 2010, p. 21). Enquanto o testemunho depende da confiança atribuída à testemunha, o documento é caracterizado por sua natureza indiciária. Aqui, a avaliação da credibilidade das palavras do testemunho é substituída pelo exercício crítico, submetido ao escrutínio do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável, baseado nos vestígios arquivados.

É em Chartier que se reflete que enquanto a história se baseia em um conhecimento universalmente aceito, a memória depende da presença do passado no presente para legitimar certos saberes e hierarquias, articulando narrativas do passado vivido com a percepção do presente desejado.

Pode-se, ainda, considerar que história é uma prática científica restrita a especialistas, seguindo regras institucionalizadas, enquanto a memória é uma prática social exercida por todos os membros de uma sociedade humana, independentemente de sua formação especializada. Enquanto a história busca rigor metodológico e objetividade, a memória é moldada por experiências pessoais e coletivas, influenciada por emoções, valores e interesses contemporâneos.

Ao estabelecer uma analogia com a temática abordada, é fundamental reconhecer que a formação da memória ocorre por meio de uma interação complexa entre experiências individuais e coletivas. Segundo as teorias da Ciência da Informação, essas experiências são continuamente moldadas e reinterpretadas ao longo do tempo, influenciadas por uma variedade de fatores. Entre eles, estão as emoções intensas experimentadas durante os eventos, os valores enraizados na cultura do grupo social e os interesses contemporâneos que podem reconfigurar a maneira como os eventos passados são lembrados e reinterpretados no presente.

Assim, a memória é concebida não como um depósito estático de informações, mas como um processo dinâmico, sujeito a revisões constantes e adaptações, refletindo não apenas o que foi originalmente vivenciado, mas também como é reconstruído à luz das circunstâncias atuais e das necessidades individuais e coletivas de significado e identidade.

2.3 O arquivo da PMAL e suas especificidades

Sabe-se que, por natureza e desde sua origem, o arquivo está intrinsecamente relacionado à escrita, à burocracia, à administração e aos processos administrativos:

Diariamente as ações humanas e suas necessidades burocráticas, as funções que as instituições ou as organizações desempenham em suas rotinas e as demandas dos diversificados setores sociais impulsionam a criação e produção de documentos que evidenciam fatos e acontecimentos relacionados a um contexto específico (Feitoza; Duarte, 2020, p. 206).

Os autores mencionados acima referem-se às instituições e/ou organizações como órgãos produtores de documentos que possuem políticas de gestão e que viabilizam o tratamento, a organização e a preservação desses registros, das informações e dos conhecimentos. Já Aleida Assmann (2011, p. 367) trabalha a etimologia do termo arquivo:

A palavra “arquivo” vem do grego *arché*, que, além de indício, “origem” e “autoridade”, significa “repartição pública” e “escritório público”. Derrida ressaltou a ambigüidade irreduzível da palavra *arché* quando indicou a ligação entre *commencent* e *commandment* (“início” e “ordem”, respectivamente). Além disso, sua definição de arquivo compreende os componentes de significado “substrato” e “residência”, bem como a instituição de guardiões que protegem a lei, trazem a lembrança e interpretam-na. O arquivo está ligado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos. O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos.

Antes de um aprofundamento no conteúdo, seguir-se-á uma breve apresentação do arquivo da PMAL que – originalmente pertencente à DP, que desde setembro de 2023 passou a dividir a gestão com a DPS –, historicamente, ficava localizado nas instalações originais do Quartel do Comando Geral da PMAL, no Centro de Maceió.

O setor de arquivos da Polícia Militar estima possuir cerca de 50 mil assentamentos. Entre eles, existem aproximadamente 8 a 9 mil pastas contendo documentos de militares que foram desligados da corporação por diversos motivos, como desligamento a pedido, demissão voluntária, expulsão por medida disciplinar ou deserção. O acervo inclui, ainda, documentos históricos que datam de 1910, período em que a PM era conhecida como Força Policial. Há também registros da década de 1930, que documentam a atuação de personagens históricos, como aqueles que combateram o Cangaço e o

Bando de Virgulino Lampião¹, incluindo figuras notáveis como o tenente João Bezerra e o sargento Anacleto.

Após a estrutura secular do Quartel do Comando Geral (QCG) ser condenada pela Defesa Civil Estadual, o prédio histórico foi desocupado entre 2019 e 2020 e fechado para reforma. Até a finalização deste trabalho, a obra seguia em andamento. Em decorrência da reforma da sede do Comando Geral, o material do arquivo foi armazenado em uma estrutura temporária para onde a Diretoria de Pessoal foi realocada. O espaço fica nas dependências da Unidade Napoleão Barbosa, antigo prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, no bairro Tabuleiro do Martins, em Maceió.

O Senai cedeu parte da unidade, uma área total de 4.846,14 m², para servir a algumas diretorias e seções administrativas da PM. O arquivo está instalado no bloco de número 4, junto a outros setores. A área total do bloco é de 992,82m², que, por sua vez, é dividida em quatro salas e três galpões. O arquivo faz parte do galpão de número 3, o último na sequência de cômodos, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Estrutura externa do arquivo da PMAL (2024)



Fonte: PMAL, 2024.

¹ O assunto será abordado posteriormente, na seção 3.3, que apresenta a Breve história da Polícia Militar no Brasil e em Alagoas.

O ambiente interno possui ventilação natural, sem sistema de climatização. Embora haja iluminação artificial, o espaço também recebe luz natural. É importante destacar que o local não foi construído com a finalidade de abrigar um arquivo ou materiais dessa natureza. Durante as visitas, foi possível observar a presença de aves no telhado e insetos.

Na ala esquerda do espaço, ficam as estantes e os fichários sob gestão da Diretoria de Pessoal. O lado direito destina-se aos materiais pertencentes à Diretoria de Proteção Social, como disposto na Figura 2. Como pode ser visto nas Figuras 2 e 3, mais adiante, o mobiliário conta com mesas, cadeiras, arquivos em aço com gavetas corrediças para pastas suspensas e estantes metálicas que acondicionam as pastas de arquivo. Há também caixas de papelão. Em uma sala à parte, ficam acondicionados os livros encadernados com as edições do Boletins Gerais Ostensivos (BGO), divididos em anos e meses, conforme publicação. Nos últimos anos, o BGO físico foi abolido. Atualmente e diariamente, os BGOs são disponibilizados pelo sistema eletrônico em formato PDF, ao alcance de todo e qualquer militar com *login* e senha.

Figura 2 – Parte destinada à DPS no arquivo da PMAL (2024)



Fonte: PMAL, 2024

No arquivo, trabalham apenas militares. A rotatividade é comum em todos os setores da PM. Entre eles, à época das visitas de estudo, não havia nenhum profissional, estagiário ou voluntário das áreas de biblioteconomia ou arquivologia/documentos.

Figura 3 – Parte da estrutura interna do arquivo da PMAL (2024)



Fonte: PMAL, 2024.

Um militar com cerca de nove anos dedicados ao setor foi um dos principais responsáveis pelo acesso, acompanhamento e suporte à pesquisa de campo. Trata-se do 1º sargento Ernando Barbosa Santana, auxiliar administrativo da DP. Entre suas atribuições junto à Seção de Controle de Gestão e Assentamento da Diretoria de Pessoal, estão a organização, a estruturação e a catalogação das inúmeras pastas de servidores militares, bem como de arquivos, assentamentos e outros.

Para além do arquivo físico, a instituição também conta com os registros de recursos humanos em plataforma digital, o chamado Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (na mesma plataforma do BGO). Nele, os dados das fichas funcionais estão armazenados em formato eletrônico. O acesso a esses documentos é feito por usuários da intranet da instituição, desde que legalmente autorizados e utilizando *login* e senha.

Já a gestão, a alimentação e a atualização desses dados são desempenhadas por militares que servem à DP e atualizam continuamente as informações pessoais, o andamento da vida militar e os chamados assentamentos de cada um dos integrantes, sejam da ativa ou da reserva. Sendo assim, pode-se aferir que:

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas [...]. (Toutain, 2012, p. 16).

Através do acesso meticuloso às fichas verdes e eletrônicas, bem como aos boletins e à subsequente análise detalhada dos dados contidos, foi possível não apenas traçar, mas também interpretar de maneira abrangente o perfil das pioneiras do CFSdFem desde o momento de seu ingresso até os dias atuais. Esse processo revelou-se fundamental para capturar não apenas as trajetórias individuais, mas também para compreender as mudanças coletivas que essas mulheres impulsionaram ao longo do tempo.

O arquivo não apenas se mostrou uma fonte documental rica em aspectos institucionais e históricos, mas também um testemunho paradigmático para o estado de Alagoas. Os elementos que compõem essa trajetória e seus desdobramentos estão documentados, refletindo a profundidade e a relevância dessa turma pioneira na história militar e social da região. Assim, esses registros não apenas preservam a memória, mas também proporcionam uma análise crítica sobre o impacto dessas mulheres como agentes de mudança dentro e fora das fileiras militares.

Embora não existam profissionais especializados atuando no arquivo, uma matéria jornalística de outubro de 2023 apontou a incipiência de um trabalho em busca por melhorias. Na ocasião, a Diretoria de Proteção Social iniciava as tratativas de parceria junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). “O intuito foi tratar sobre a gestão do arquivo da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e construir uma parceria técnica entre a PM e a Fapeal a fim de proporcionar um melhor gerenciamento do arquivo” (Alagoas, 2023). A notícia também dizia que estava prevista a realização de um estudo para traçar um plano mais detalhado sobre as atividades que seriam desenvolvidas posteriormente.

Em abril de 2024, uma nova matéria falava sobre a presença de representantes da Polícia Militar de Alagoas no evento de inauguração do Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos (Laged) da Ufal. Um deles era o coronel Carlos Luna, diretor de Proteção Social. Um trecho do texto diz:

Desde o final do ano passado, a Polícia Militar tem articulado esforços para otimizar a gestão do arquivo funcional da instituição militar. A expectativa é que o novo laboratório fortaleça as ações que serão desenvolvidas por meio de parceria técnica (Alagoas, 2024).

O laboratório mencionado faz parte da estrutura do curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ufal (PPGCI).

O Laged é fruto de investimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e da Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti). A parceria desponta como uma estratégia de melhor organização do arquivo da instituição.

3 A MULHER NO AMBIENTE MILITAR: CONTEXTOS NACIONAL E LOCAL

O artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988 define que a Polícia Militar é um dos órgãos responsáveis pela segurança pública, ficando a seu cargo a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Já o parágrafo 6º do mesmo artigo delimita que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército (Brasil, 1988). Essas instituições subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

Mais adiante, o artigo 42 menciona as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina. O artigo 144 expressa que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, segundo o texto legal, são os órgãos que a exercem (Brasil, 1988).

3.1 Maria Quitéria e o simbolismo para as forças de segurança

Há indicativos da presença do gênero feminino no ambiente militar em episódios isolados da história do Brasil. O maior vulto, sem dúvidas, data do século XIX e é representado pela baiana Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Nascida em 1792 e tendo 1853 como possível ano de morte, ela entrou para o *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* por seu papel de luta no reconhecimento da independência.

Maria Quitéria foi a primeira mulher a fazer parte do Exército Brasileiro, porém a combatente lutou disfarçada de homem. Sua entrada no campo de batalha não se deu de forma institucionalizada, pelo contrário: ela teria cortado os cabelos, utilizado o uniforme de seu cunhado e se apresentado como soldado Medeiros.

No livro *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*, consta o relato de que, em setembro de 1822, com o aumento das tensões entre portugueses e baianos, um emissário procurou o pai de Maria Quitéria para discutir a causa da Independência e recrutar homens para a batalha. O pai teria

se recusado a enviar escravos ou algum filho, declarando que ele mesmo serviria ao vencedor da guerra. Após ouvir a conversa, Quitéria teria se dirigido à casa de sua irmã Maria Teresa, que vivia nas proximidades com o marido, José Cordeiro de Medeiros. Lá, ela compartilhou o ocorrido e expressou seu desejo de “ser um homem” para poder lutar naquele momento.

Maria Teresa foi categórica: ora essa, para tanto não era necessário ser homem. Abriu o armário e emprestou algumas roupas do marido a Maria Quitéria, que logo partiria para onde as coisas estavam de fato acontecendo (Pellegrino *et al.*, 2022, p. 131).

Mesmo que apresentada muitas vezes de forma romanceada, Maria Quitéria trata-se de uma personagem de relevância. O livro em questão diz ainda que, em 1823, já evidente que se tratava de uma mulher, o Conselho Interino do Governo mandou que lhe fizessem saíotes e lhe entregassem uma espada, para que se tornasse, de fato, um soldado. Diz-se também que Maria Quitéria obteve vitórias fundamentais durante as batalhas e, por isso, ao final da guerra, foi condecorada com a Ordem do Cruzeiro do Sul, como cavaleiro, além de um salário até o fim de sua vida.

O infográfico intitulado *2 de julho: Independência do Brasil na Bahia* (s.d., n.p.) oferece uma breve biografia da combatente:

Nascida em São José das Itapororocas, Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) foi irmã de mais dois filhos de Gonçalo Alves de Almeida e Quitéria Maria de Jesus. É conhecida por ter vestido roupas de homem para lutar na Guerra de Independência e foi responsável por lutar na frente de batalha contra soldados portugueses e sair vitoriosa, sendo reconhecida pelos seus feitos na guerra. Desde cedo, Maria Quitéria tomou o lugar de cuidado da casa e dos irmãos, além de aprender a manejar armas de fogo para caçar, atividade que mais gostava de fazer. Aos 30 anos, Quitéria não era casada e nem estava preocupada com isso.

Mesmo após ser descoberta, Maria Quitéria permaneceu na função, devido ao seu desempenho notável em combate. No romance histórico de sua autoria, a jornalista gaúcha Rosa Symanski apresenta Maria Quitéria como a heroína da Guerra da Independência, condecorada por D. Pedro I, e uma das personagens mais ilustres do século XIX, porém pouco retratada na história do País.

Symanski (2021) se refere à Maria Quitéria como uma sertaneja do Recôncavo Baiano destemida, de espírito livre e à frente de seu tempo; uma mulher que viveu para lutar, a começar pela resistência de não seguir o destino que lhe era imposto à época até chegar à frente do batalhão de mulheres, que só existiu por sua audácia e coragem.

A Lei nº 13.697 de 2018 instituiu Maria Quitéria como heroína da guerra pela independência do Brasil. Atualmente, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no Distrito Federal, é mantido o memorial cívico Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, que abriga o *Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria*, com nomes de 51 homens e 13 mulheres gravados em metal.

O título de herói ou heroína da pátria é concedido a personalidades que desempenharam papéis fundamentais na defesa ou na construção do País, como é o caso de Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Seu legado transcende sua participação militar; sua coragem e sua decisão de desafiar normas de gênero estabelecidas na época a tornaram um símbolo de resistência e igualdade.

A Figura 4 é a reprodução do *Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros*, pintura cujo meio foi óleo sobre tela. A obra é de autoria do pintor italiano Domenico Failutti e faz parte do acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Figura 4 – Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1920)



Fonte: Google Arts & Culture, 2024.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros representa não apenas um capítulo importante na história militar brasileira, mas também um exemplo de como mulheres desafiaram e contribuíram para os movimentos de independência, ruptura e igualdade ao redor do mundo.

Mais de um século e meio após sua luta, foi escolhida para nomear a primeira turma de soldados em Alagoas em 1990, turma esta que serve de parâmetro para a presente dissertação. Em âmbito nacional, no ano de 2018, seu nome foi, enfim, arrolado e eternizado no metal como Heroína da Pátria.

3.2 A mulher nas Forças Armadas

Ainda que não seja o objeto deste estudo, cumpre mencionar e destacar a chegada da mulher às Forças de Segurança Pública e Defesa Nacional brasileiras. Antes, porém, vale aqui apresentar o Capítulo III da Carta Magna, que trata da Segurança Pública. O *caput* do artigo 144 define que a segurança pública é

dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados (Brasil, 1988, art. 5º).

As Forças Armadas no Brasil são três: Marinha, Exército e Aeronáutica. A Constituição Federal estabelece que se tratam de instituições nacionais, permanentes e regulares. A Carta Constituinte, em seu parágrafo 6º, define que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados constituem-se como forças auxiliares e reserva do Exército (Brasil, 1988). Juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, essas instituições estão subordinadas aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

Além de ser o mais antigo dos três ramos das Forças Armadas do Brasil, a Marinha foi também a primeira a institucionalizar a participação feminina em seu quadro. Guimarães *et al.* (2019) resgatam: a partir do ano de 1980, por meio da Lei nº 6.807/1980, foi criado o Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais e o

Quadro Auxiliar Feminino de Praças. Os autores relatam que elas compuseram o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM).

Guimarães *et al.* (2019, p. 6) delineiam, ainda, que o ingresso nesses cargos se dava por meio de concurso público e as funções a serem desempenhadas pelas mulheres eram restritas à esfera administrativa. Essa ruptura significou um importante avanço, já que determinou que mulheres aprovadas perceberiam os mesmos direitos, deveres e remuneração que os militares de carreira na instituição.

A Lei, entretanto, determinava que as patentes máximas das mulheres eram inferiores às aquelas que poderiam ser alcançadas por homens. Outra diferenciação entre homens e mulheres era o chamado interstício, ou seja, o intervalo de tempo para ascensão nos postos não era o mesmo entre os gêneros.

Foi no bojo das mudanças que o regime burocrático-autoritário se impunha que foi criado, em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que formava pessoal para exercer atividades técnicas e administrativas. Nesse sentido, em boa medida a forma de entrada das mulheres na Marinha reforçava os velhos papéis reservados ao gênero feminino: de secretárias, enfermeiras, babás, etc. (Mathias; Adão, 2013, p. 150).

Sucederam-se, então, os ingressos das mulheres nas outras duas instituições. Zucatto (2018) tece que, em 1982, a Força Aérea criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica. Apenas em 1989, o Exército passou a admitir mulheres no recém-criado Quadro Complementar de Oficiais. A autora traça outro cenário, partindo de um passado mais recente até chegar ao presente:

Dentre as academias militares, a primeira a aceitar candidatas foi a Academia da Força Aérea (Pirassununga-SP), em 1996 na arma de Intendência. Foi permitido que se tornassem cadetes aviadoras apenas em 2003, após uma decisão judicial. A Escola Naval (Rio de Janeiro-RJ) aceitou a primeira turma de mulheres em 2014, abrindo 12 vagas no Corpo de Intendentes da Marinha, ainda não sendo permitido o ingresso no Corpo da Armada. Por fim, a Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), terá sua primeira turma de mulheres em 2018, permitindo o acesso aos quadros de material bélico e intendência. As mulheres ainda não podem ingressar nos corpos de engenharia, artilharia e cavalaria do Exército. Em todas as academias, não há a possibilidade das alunas ingressarem na Infantaria (Zucatto, 2018, p. 47).

Zucatto ressalta que o cenário de exclusão feminina das posições de combate e com acesso aos mais altos cargos das Forças está em transformação. A pesquisadora indica o aceno da Marinha em permitir o ingresso feminino em todas as carreiras de Oficial da Força. Entretanto, “o Exército se mantém como a Força mais conservadora: não só foi a última a se abrir para mulheres, como é a única que não possibilita, ou não sinaliza a possibilidade de, que elas acessem funções de combate” (Zucatto, 2018, p. 9).

A integração da mulher às Forças ocorreu de maneira adaptada às particularidades de cada instituição, com seus respectivos avanços e desafios. Essa integração se manifesta tanto na atividade-fim, que engloba o trabalho realizado no policiamento e nas operações ostensivas, quanto na atividade-meio, que compreende as funções desempenhadas nos setores administrativos das instituições.

3.3 Breve história da Polícia Militar no Brasil e em Alagoas

No Brasil, as origens de estruturas públicas de segurança voltadas ao povo têm relação direta com o domínio português. Autores associam-nas a Dom João e sua Guarda Real de Polícia de Lisboa:

No início do século XIX, D. João criou, em Portugal, o primeiro Corpo de Polícia – a Guarda Real de Polícia de Lisboa – com fins específicos de promoção de segurança aos cidadãos (até então, todas as forças de defesa visavam à proteção do Estado). A ideia de segurança ao cidadão é fruto direto das conquistas advindas da Revolução Francesa (Teles, 2010, p. 22).

No território brasileiro, a dita origem das polícias militares data do século XIX, período posterior à chegada da Corte Portuguesa de Dom João VI, ocorrida em 1808. De acordo com o registro expresso pela Agência de Notícias do Senado Federal (Brasil, 2013), na época, a chamada Guarda Real de Polícia de Lisboa permaneceu em Portugal.

Assim, um ano após a chegada da corte lusitana, foi criado um corpo equivalente no Rio de Janeiro, batizado de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que adotava o mesmo modelo de organização da guarda portuguesa, usava os mesmos trajes e armas e já tinha estrutura militarizada, com companhias de infantaria e de cavalaria.

A Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro foi instituída em 1809. Estabelecer uma força militar permanente tinha, entre os objetivos, garantir a segurança da nobreza lusitana recém-chegada, considerando também o crescimento da então capital. “Todavia, no início do século 19, as cidades do interior também registravam aumento populacional considerável, evidenciando a necessidade de manutenção da ordem pública” (Brasil, 2013).

Depois do Rio de Janeiro, foi a vez de Minas Gerais, seguido do Pará, em 1811 e em 1820, respectivamente, implantarem suas forças de segurança. Bahia e Pernambuco estruturaram seus corpos policiais em 1825. Tais organismos nas províncias, por sua formação e estrutura, aproximam-se de forma similar ao que se conhece hoje como as polícias militares estaduais.

Teles (2010) pondera que eram Guardas Municipais, com funções policiais. O mesmo autor menciona as evoluções que sucederam:

Em 10 de outubro de 1831, uma Lei Imperial criou o Corpo de Guarda Municipal do Rio de Janeiro, sendo extintas as milícias e as ordenanças ainda existentes. Estas duas últimas foram substituídas pela Guarda Nacional, instituição elitista de segurança, subordinada ao Ministério da Justiça. A Lei Imperial de 10 de outubro autorizou as províncias a criarem seus Corpos de Guarda Municipais (Teles, 2010, p. 22).

Para falar do surgimento da Polícia Militar alagoana, faz-se necessário iniciar pelo nascimento do estado, fato demarcado pelo episódio da Emancipação Política de Alagoas, ocorrida em 1817. Tal narrativa está contida na célebre obra *História de Alagoas*, do historiador, estatístico, político e jornalista maceioense Craveiro Costa (1983). A chamada “comarca das Alagoas”, segundo Costa, estendia-se por mais de um terço do território da capitania de Pernambuco.

O autor contesta a teoria de que Alagoas, que, supostamente, teria se mantido fiel ao rei, foi desmembrada de Pernambuco pela Coroa como uma punição ao ideário republicano. Craveiro Costa rebate a tese de que a sublevação ocorrida em 6 de março daquele ano, em Recife, teria enfurecido a monarquia e a emancipação tenha sido um castigo a Pernambuco. Nesse período, segundo Costa, a comarca vivia um franco progresso material, social e

político e o desmembramento ocorreria de forma natural, como consequência do crescimento.

Na obra *ABC das Alagoas*, o professor e pesquisador Francisco Reinaldo Amorim de Barros (2005, p. 16) apresenta um panorama do desenvolvimento alagoano à época:

Alagoas, em 1817, contava com oito vilas, tinha uma população de 100 mil habitantes e dividia-se em 10 freguesias. A sua indústria açucareira constituía-se de engenhos. E a agricultura desenvolvia-se com a cultura do algodão, do fumo e do milho. Havia uma intensa exploração de riqueza vegetal – em madeiras de construção civil e naval, em plantas resinosas e tinturiais, oleaginosas e têxteis. A pecuária povoava extensas várzeas do vale do Mundaú e as terras do sertão. Esses fatores, incontestavelmente, contribuíram para a sua emancipação. O Alvará de 16 de setembro de 1817 não fixou limites à Capitania das Alagoas. O povoamento progressivo, disseminando-se em povoações que mais tarde se tornariam freguesias e vilas, veio firmar os contornos geográficos do território da então comarca das Alagoas, caminhando naturalmente do litoral para o sertão.

O entendimento de Costa é mesmo de Barros, o que também é corroborado pelo jornalista Silvio Teles (2010, p. 22), que acrescenta mais um episódio no desenrolar da história, chegando ao surgimento das forças militares:

Dom João VI cria, definitivamente, em 16 de setembro de 1817, a jurisdição política de Alagoas, com capital na Vila de Alagoas (antes Alagoas do Sul, hoje, Marechal Deodoro) que já era a sede da comarca. [...] o governo da Capitania foi entregue ao português Sebastião Francisco de Mello e Póvoas, coronel do Exército e sobrinho de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O governador chegou a Alagoas somente em dezembro de 1818, sendo empossado em 22 de janeiro de 1819. A partir de então, como Capitania independente, Alagoas passou a organizar seu corpo próprio de funcionários e servidores, entre estes, as forças militares.

E foi o próprio Sebastião Francisco de Mello e Póvoas quem, por força do Decreto de 20 de julho de 1819, criou um Corpo de Tropas formado por duas Companhias de Infantaria (com 232 integrantes) e uma artilharia² (com 109 artilheiros). O comandante desse primeiro contingente foi o tenente-coronel Manoel Duarte Coelho. Assim registrou o tenente José Amâncio Filho, no livro *Fatos para uma história da Polícia Militar de Alagoas*, lançado em 1976.

² Infantaria, de forma genérica, na definição do Exército Brasileiro é caracterizada pelas forças que atuam a pé. Artilharia está relacionada ao manejo e emprego de armamentos.

Mello Póvoas também lançou os alicerces do primeiro Quartel Militar. A sede foi construída exatamente onde fica o atual Quartel do Comando Geral da PMAL, na Praça da Independência, Centro de Maceió. “O Quartel era de taipa e coberto com telhas” (Teles, 2010, p. 23). A Figura 5 apresenta uma gravura do QCG datada de 1902.

Figura 5 – Quartel do Comando Geral da PMAL (1902)



Fonte: Teles, 2010, p. 50.

Com o passar dos anos e décadas, entre sucessivas extinções, organizações e reorganizações, segundo José Amâncio Filho (1976), o Corpo de Tropa atuou em uma diversidade de episódios, entre eles a Guerra do Paraguai (em 1865, sob a denominação de 20º Voluntários da Pátria), e em revoluções como as que ocorreram em 1926, 1930 e 1932, quando incorporado ao Exército Brasileiro. Tropas alagoanas tomaram parte em combates como a chamada Intentona Comunista (1935) e na repressão aos grupos definidos pelos termos banditismo ou cangaceiros nos sertões do Nordeste.

A data de origem da PMAL gira em torno de uma controvérsia. Tradicionalmente, a comemoração acontece em celebração a 3 de fevereiro de 1832. Teles (2010) esclarece que, em 1832, eclodiu o movimento popular que ficou conhecido como Guerra dos Cabanos ou Cabanada. Surgido em Pernambuco, mas com eco em Alagoas, instalou-se nos municípios de Porto Calvo e em Porto de Pedras.

Por conta do clima de tensão, segundo Teles (2010), o presidente da província de Alagoas, em 2 de janeiro de 1832, remeteu o plano do Corpo de Guarda Municipais da província de Alagoas ao ministro da Justiça, o padre

Diogo Antônio Feijó, para aprovação. O objetivo era conter os revoltosos e restabelecer a paz na região.

O aceno positivo somente se deu em 3 de fevereiro de 1832, oficializado pela Decisão Imperial nº 52. (Nota: Somente no ano de 1978, essa data ficou oficialmente reconhecida como a da criação da PMAL, através do Decreto nº 3.471, editado pelo então governador Divaldo Suruagy). Como já dissemos, 3 de fevereiro de 1832 foi, apenas, a data da Decisão Imperial que aprovou o plano do CGM. O Corpo de Guardas já havia sido criado e atuava desde dezembro do ano anterior, por decisão do Conselho Geral, baseado na autorização da Lei Imperial de 10 de outubro de 1831. O plano era apenas uma formalidade de apresentação e adequação do CGM de Alagoas aos formatos do Ministério da Justiça da época (Teles, 2010, p. 34).

Outro fato marcante na PM foi a sua extinção. Amâncio Filho (1976) aponta que, em 1º fevereiro de 1912, sob alegação de contenção de despesas, a força pública foi desativada pelo então governador Euclides Vieira Malta. Somente em 3 de julho do mesmo ano, por meio do Decreto nº 594, o novo governador, Clodoaldo da Fonseca, não só reativou o Batalhão de Polícia como reorganizou a Força Pública do Estado, dividindo-a em Polícia Militar e Polícia Civil.

Outro marco histórico indicado por Teles (2010) é o ocorrido em 28 de julho de 1938. Uma volante do 2º Batalhão (Figura 6), comandada pelo tenente João Bezerra da Silva (que hoje empresta seu nome ao atual 3º Batalhão, sediado no município de Arapiraca), teria ido até a Fazenda Angico, na cidade sergipana de Poço Redondo, onde teria localizado o bando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. No cerco, 11 cangaceiros morreram, entre eles o próprio Virgulino e sua companheira, Maria Bonita.

Figura 6 – Volante do 2º Batalhão, que combateu o Cangaço (1938)



Fonte: Teles, 2010, p. 92.

Nos anos e décadas subsequentes, a corporação acompanhou momentos políticos e sociais que impactaram o Brasil e o mundo, a exemplo da Segunda Guerra Mundial e do regime militar que vigorou no Brasil de abril de 1964 até março de 1985.

A década de 1990 foi tensa em Alagoas. Um cenário de crise generalizada se alastrou na economia, na segurança, na educação e na saúde, por exemplo. No ano de 1997, a PM também foi personagem relevante no episódio que ficou conhecido como Levante de 17 de julho, fato que foi a culminância da crise durante a gestão do governador Divaldo Suruagy.

A tensão piorou ainda mais quando o nome do governador foi envolvido no “escândalo dos precatórios”. De acordo com a imprensa, o esquema consistia na emissão de títulos públicos do Estado sob o pretexto de pagamento de dívidas judiciais. A imprensa divulgou que Divaldo Suruagy havia emitido cerca de R\$ 301 milhões em títulos e que a maior parte do dinheiro havia sido destinado a usufruto pessoal do governador e seus aliados (Teles, 2010, p.164).

A folha salarial do funcionalismo estadual estava há quase nove meses atrasada, diversos setores estavam em greve. Teles (2010, p. 167) lembra que, na PMAL, a situação era de calamidade:

Dezenas de policiais procuravam o comando geral da Corporação, pedindo ajuda para comprar alimento para suas famílias. Outros

alegavam não ter condições de pagar as passagens dos transportes coletivos para que seus filhos fossem à escola. Somente em 1997, três militares haviam se suicidado (Teles, 2010, p. 167).

No dia 11 de julho de 1997, os policiais militares decidiram, em assembleia, pelo aquartelamento efetivo, conta Teles (2010, p. 164). Na data icônica, a Praça Dom Pedro II, no Centro de Maceió, onde funciona a sede da Assembleia Legislativa de Alagoas, transformou-se em um campo de batalha.

De um lado, os servidores estaduais militares e civis seguiram em marcha pelas ruas, pedindo a queda do governador. Do outro, o Exército a postos. Houve invasão da praça, gritos, confusão, disparos e diversos feridos. O confronto começou, as grades da praça foram derrubadas. Surgiu, então, a notícia de que o governador assinara uma licença anunciando que se afastaria do cargo por seis meses (vindo a renunciar tempos depois).

Outra data relevante que não tem relação com o serviço de policiamento em si, mas é de aspecto cultural e social ocorreu em 2012. A Lei Estadual nº 7.355, de 29 de maio daquele ano, tornou a Banda de Música da PMAL Patrimônio Imaterial (histórico, artístico e cultural) do povo alagoano.

Mais recentemente, durante a pandemia da covid-19, a tropa esteve na linha de frente e se manteve em atuação, inclusive fiscalizando as medidas sanitárias e os decretos estaduais para contenção do contágio. Outro marco recente data de 4 de setembro de 2023. O Decreto Estadual nº 93.446 estabeleceu a nova organização básica da PMAL, definindo novas nomenclaturas e divisões, criando unidades operacionais, redistribuindo áreas de atuação, fixação e distribuição do efetivo, entre outras mudanças.

3.4 Atribuições, nomenclaturas e hierarquia na PM-AL

Antes de prosseguir com o desenvolvimento deste texto acadêmico, é crucial elucidar um aspecto fundamental para a compreensão do estudo. As polícias militares são instituições caracterizadas pela rigidez da hierarquia e pela disciplina, pilares que fundamentam sua organização e funcionamento.

Esta subseção tem como objetivo esclarecer a estruturação da escala hierárquica na PM Alagoana, delineando como esses princípios são indissociáveis do cotidiano militar. O Quadro 1 apresenta os níveis hierárquicos

existentes na polícia, conforme a Lei Estadual nº 5.346/1992, e sua identificação por posto, graduação e insígnia correspondente.

Quadro 1 – Hierarquia e insígnias da PMAL por ordem decrescente

POSTOS DE OFICIAIS		Coronel
		Tenente-coronel
		Major
		Capitão
		1º Tenente
		2º Tenente
		Aspirante
GRADUAÇÕES DE PRAÇAS		Subtenente
		1º Sargento
		2º Sargento
		3º Sargento
		Cabo
		Soldado

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Lei Estadual nº 5.346/1992 (Alagoas, 1992).

O Estatuto dos Policiais Militares de Alagoas, contido na Lei nº 5.346, de 26 de maio de 1992, em seu artigo 2º, ratifica o texto constitucional e define a Polícia Militar do Estado de Alagoas como Força Auxiliar e Reserva do Exército e instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada administrativa e operacionalmente ao governador do estado (Alagoas, 1992).

A norma também dispõe sobre a finalidade da PM, “incumbida das atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública” (Alagoas, 1992). No artigo 3º, o texto expressa que os integrantes da PMAL, sejam eles do sexo feminino ou masculino, em razão da destinação constitucional da

corporação e em decorrências das leis vigentes, constituem uma categoria especial de servidores públicos, denominados “policiais militares”.

A Lei nº 5.346/1992 trata, ainda, das condições dos policiais militares. São elas: na ativa ou na inatividade. Militar da ativa, como o próprio nome sugere, é aquele que está em pleno serviço na carreira, desempenhando suas atividades laborais em órgãos, cargos e funções previstos na legislação pertinente. O artigo 6º, parágrafo único conceitua que as expressões “serviço ativo”, “em atividade”, “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo”, “em serviço na ativa”, “em serviço” e “em atividade policial militar” são equivalentes (Alagoas, 1992).

Quanto aos que estão inseridos na condição de inativos, tratam-se daqueles no rol da reserva remunerada, os reformados (por motivo de doença ou invalidez e, portanto, dispensados definitivamente do serviço ativo) ou por outra razão expressa em uma série extensa de critérios descritos na lei.

A reserva remunerada na Polícia Militar se assemelha ao conceito de aposentadoria no meio civil, em que os policiais são transferidos para a inatividade após alcançar a idade-limite ou completar os anos de serviço estipulados. Nesse estágio da carreira, os PMs continuam a perceber remuneração do Estado, porém com uma diferenciação significativa em relação aos civis aposentados: eles podem ser convocados e designados para serviço ativo, mantendo-se, assim, disponíveis para contribuir com suas habilidades e experiência conforme as necessidades operacionais da instituição. Além disso, permanecem submetidos aos regulamentos disciplinares e às normas institucionais, assegurando a manutenção da ordem e da disciplina mesmo durante a inatividade formal.

Cabe, aqui, e com base no que a lei em questão disponibiliza, apresentar as diferenciações de nomenclatura sobre os postos e as graduações na hierarquia. Posto distingue patentes de oficiais, cujo grau de promoção ao longo da carreira é conferido por meio de ato do chefe do Poder Executivo. Já a graduação, em seus níveis de hierarquia, é privativa das praças e conferida por ato do comandante-geral da corporação.

A hierarquia da instituição, em ordem crescente, é composta por praças: soldado, cabo, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento e subtenente. Ascendendo a hierarquia, vêm os oficiais: 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-

coronel e coronel. Há, ainda, os cadetes, denominação aos alunos matriculados no Curso de Formação de Oficiais (CFO), que, quando o concluem, são denominados aspirantes. O aspirantado é o período que antecede a promoção ao posto de 2º tenente.

Entre as praças, existe, ainda, o aluno de soldado, termo usado para designar o indivíduo matriculado no Curso de Formação de Praças (CFP) que se torna soldado após a formatura, ocupando, assim, a primeira graduação de praça. Não existe insígnia para essa etapa da carreira e, portanto, ela também não aparece no gráfico. Hierarquicamente, o aluno de soldado está abaixo de soldado.

Cada um dos postos ou graduações é representado por um símbolo regulamentado. A insígnia correspondente é de uso obrigatório e deve estar visível no uniforme, cumprindo rigorosamente o que prescreve o regulamento específico. A depender do uniforme, tais símbolos podem ser usados nos ombros, na gola, no braço ou na parte específica do fardamento.

Atualmente, o ingresso na Polícia Militar do Estado de Alagoas é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça, sexo, cor ou credo religioso. O acesso se dá mediante matrícula ou nomeação, após aprovação em concurso público ou de provas e títulos. Tais critérios são apresentados no artigo 7º da lei em questão.

O grau de instrução deve ser ensino médio ou superior. Quanto à faixa etária, a lei delimita 18 anos como idade mínima e 30 anos como idade-limite para ingresso (para os que já estão inseridos na instituição, o limite varia. A lei lista as idades respectivas). A estatura também é um critério. A altura mínima é de um metro e sessenta e cinco centímetros (1,65 m) para candidatos o sexo masculino e um metro e sessenta centímetros (1,60 m) para candidatas do sexo feminino.

O texto também define que é necessária a comprovação de aptidão física e intelectual, por meio de exames específicos, e comprovação de sanidade física e mental. Exige-se, ainda, idoneidade moral e que o pleiteante ao cargo não exerça nem tenha histórico de atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

3.5 A mulher e seu ingresso nas polícias militares

No artigo intitulado *Mulheres e vida militar*, as autoras Suzeley Mathias e Maria Cecília Adão trabalham a temática da mulher como profissional das armas e lançam a seguinte indagação: “como as mulheres chegaram aos quartéis?” (Mathias; Adão, 2013). O percurso apresentado pelas pesquisadoras menciona que, ao longo da segunda metade do século XX, as mulheres lograram alterar os rumos de seus destinos.

A trajetória indica que até o final da década de 1950, graças ao secular processo de divisão social do trabalho, as mulheres estiveram fadadas a ocupar apenas o espaço privado, ou seja, seus lares. Cabia a elas uma vida exclusivamente destinada às lides domésticas e à dedicação ao marido e aos filhos, submetidas ao que as autoras chamam de processo de socialização, que as tornava seres destinados à maternidade e ao cuidado da casa. Mas foi em meio a um cenário de contestações políticas e sociais empreendidas ao longo da década de 1960 que as mulheres começaram a questionar o destino ao qual pareciam estar resignadas até então.

Mathias e Adão (2013) chegam a mencionar também que exemplos de resistência e contestação sempre existiram e seriam incontáveis. Entre as tentativas de organizações coletivas, as autoras exemplificam a que ocorreu sob liderança de Olympe de Gouges – pseudônimo da dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa Marie Gouze. Sua voz teve forte atuação na Revolução Francesa e, por conseguinte, na Declaração dos Direitos das Mulheres, publicada na França no ano 1791. No entanto, tais movimentos tiveram projeção pontual e local, sem projeção universal ou além de seus territórios.

O construto histórico proposto pelas pesquisadoras perpassa a Segunda Guerra Mundial. Elas mencionam também que o impulso tecnológico que seguiu foi uma das condições necessárias para que as mulheres passassem a realizar mudanças comportamentais que permitiram que elas, paulatinamente, saíssem do âmbito privado e ocupassem o espaço da rua, a esfera pública, até então tida como exclusivamente masculina. E prosseguem:

Desta feita, no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, esta nova geração passou não só a ocupar o mercado de trabalho de maneira formal, mas também buscou a qualificação profissional por meio do ingresso nas universidades, mesmo que isto significasse atuar nas áreas ditas femininas, como as licenciaturas, por exemplo. Estas mudanças permitiram que nos anos seguintes as mulheres pudessem pleitear espaços e direitos semelhantes aos dos homens. Também possibilitaram que a expectativa em relação à atitude de gênero feminina fosse alterada, permitindo que as mulheres fossem socializadas desenvolvendo e valorizando outras características que não as imediatamente identificadas com o ser feminino doméstico (Mathias; Adão, 2013, p. 148).

Seguindo o curso da América Latina, o Brasil, a seu modo, vivenciou mudanças no âmbito das questões de gênero que se desenvolveram de forma paralela a transições de regimes políticos que passaram de burocrático-autoritários para governos democráticos. Um aspecto relevante foi a conquista do voto feminino, inspirado pelo movimento das sufragistas no mundo, mas que, no Brasil, só foi reconhecido no ano de 1932, pelo Decreto 21.076 (Brasil, 1932), do então presidente Getúlio Vargas. A conquista foi incorporada à Constituição de 1934, mas como voto facultativo e com restrições e condições. Em 1965, o voto feminino tornou-se, finalmente, obrigatório, sendo equiparado ao dos homens.

Os feminismos, nas suas muitas vertentes, historicamente se constituíram como movimentações de mulheres, de caráter político-sociais e, posteriormente, acadêmicas, com o propósito de construir a igualdade de direitos entre homens e mulheres e promover a liberdade e a autonomia feminina, em todas as esferas da vida, pública e privada. Mesmo depois da conquista da igualdade formal, como aquela estabelecida no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, os movimentos feministas seguem em busca da concretização material dessa igualdade, ainda longe de ser uma realidade (Pimentel; Oliveira, 2023, p. 23-24).

Por vocação, impelidas pela conveniência, movidas por um ideal, autonomia ou por qualquer que seja o fator motivador, pode-se assegurar que, até chegar à farda, a luta das mulheres perpassou um conjunto diversificado de movimentos, indo do âmbito doméstico às esferas político-sociais.

O texto introdutório do estudo técnico nacional denominado *Mulheres nas instituições de segurança pública*, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), descreve os primeiros indícios da chegada da mulher à carreira de policial militar:

No Brasil, a bibliografia aponta que o acesso das mulheres às polícias civis e militares passou a ser ampliado a partir dos anos 1980 – no contexto de redemocratização política – e, especialmente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, marco para a consolidação da democracia no país (Senasp, 2013, p. 17).

Embora estruturas de forças de segurança pública tenham surgido no século XIX, a participação das mulheres de forma institucionalizada ocorreu cerca de um século e meio depois. O Brasil respirava os ares e os ideais da redemocratização e da Carta Magna de 1988. Tratava-se de um país recém-saído de um regime militar que havia perdurado por 21 anos. O contexto era de transformações políticas, históricas e sociais consolidadas e respaldadas pela carta constituinte que ficou conhecida como Constituição Cidadã.

A inserção feminina nos quadros das corporações faz parte desse cenário. Souza (2012) aponta, porém, que existe um primeiro indício, anterior à década de 1980. Trata-se do estado de São Paulo:

Quando pensada a experiência feminina na área policial no Brasil, analisada a partir de diferentes contextos e referentes empíricos há um elemento que relaciona os diferentes estudos existentes, ou seja, a referência ao pioneirismo do estado de São Paulo através da criação do Corpo de Policiamento Feminino, no ano de 1955. Inicialmente vinculada à Guarda Civil e mais tarde incorporada ao efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 1970, o Corpo de Policiamento Feminino, que é em seguida transformado em Polícia Feminina, constitui a primeira experiência de ingresso de mulheres em instituições policiais na América Latina, sendo citada pela quase totalidade dos estudos existentes (Souza, 2012, p. 16).

O infográfico *História da PM*, disponibilizado na página institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo na internet, menciona esse marco, datado de 12 de maio de 1955, e o aponta como pioneiro não só no Brasil, mas na América Latina. Eram 13 policiais. “Elas foram chamadas de ‘as 13 mais corajosas de 1955’” (Pmesp, 2023).

A imagem do Corpo de Policiamento Especial Feminino na Guarda Civil de São Paulo (Figura 7) apresenta o primeiro grupamento policial feminino na América Latina. A iniciativa foi estabelecida pelo Decreto Estadual 24.548 (São Paulo, 1955), de 12 de maio daquele ano. Notavelmente, a comandante Hilda Macedo (que não está na foto) liderou esse pioneirismo, tornando-se a primeira a comandar o corpo.

Figura 7 – Policiais pioneiras em São Paulo (1955)



Fonte: Pmesp, 2023.

A psicóloga social Márcia Esteves de Calazans, profunda estudiosa da temática da mulher na polícia militar no cenário do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, em âmbito nacional, esclarece que, originalmente, elas “tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais” (Calazans, 2003, p. 17).

A Tabela 1 baseia-se em informações da autora desta pesquisa acrescidas de dados extraídos do estudo *Mulheres nas instituições de segurança pública* (Senasp, 2013, p. 15). Tanto Calazans (2003) quanto o estudo técnico nacional sobre mulheres na segurança pública (Senasp, 2012), citado anteriormente, elencam as outras unidades federativas que foram seguindo o exemplo.

Assim ocorreu nos seguintes estados: Paraná (1978), Rio de Janeiro (1982), Rio Grande do Sul (1986), Minas Gerais (1982), Santa Catarina (1983), Espírito Santo (1983), Pernambuco (1993), Maranhão (1982), Amazonas (1982), Goiás (1986) e Distrito Federal (1983).

Tabela 1 – Ingresso de mulheres nas PMs das unidades federativas do Brasil

Unidade Federativa	Ano de Ingresso
Acre (AC)	1985
Alagoas (AL)	1988
Amapá (AP)	1989
Amazonas (AM)	1982
Bahia (BA)	1990
Ceará (CE)	1994
Distrito Federal (DF)	1983
Espírito Santo (ES)	1983
Goiás (GO)	1986
Maranhão (MA)	1982
Mato Grosso (MT)	1982
Mato Grosso do Sul (MS)	1982
Minas Gerais (MG)	1982
Pará (PA)	1982
Paraíba (PB)	1987
Paraná (PR)	1978
Pernambuco (PE)	1983
Piauí (PI)	1985
Rio de Janeiro (RJ)	1982
Rio Grande do Norte (RN)	1987
Rio Grande do Sul (RS)	1986
Rondônia (RO)	1983
Roraima (RR)	2000
Santa Catarina (SC)	1983
São Paulo (SP)	1959
Sergipe (SE)	1989
Tocantins (TO)	1986

Fonte: Elaborado pela autora, 2024³.

Observando o panorama nacional, nota-se que, em tese, a incorporação de mulheres teve objetivos e consequências em comum, pressupostos ratificados pelo estudo nacional:

Nesta nova abordagem, a inclusão de mulheres teve como objetivo a “humanização” de setores das corporações policiais com o objetivo de melhorar a imagem da polícia, aproximá-la da população, e oferecer atendimento adequado à população vulnerável – mulheres, crianças, idosos, entre outros. A literatura também não ignora que a entrada de mulheres para essas funções contribuiu para liberar os homens das atividades administrativo-burocráticas, permitindo que estivessem atuando nas linhas de frente, ocupando os postos mais altos da hierarquia e participando de atos de bravura e coragem no combate à criminalidade urbana (Senasp, 2013, p. 17).

³ Quadro construído a partir do material contido na Senasp (2013, p. 17), acrescido de levantamentos realizados pela própria autora, visto que a tabela do estudo estava incompleta quanto à incorporação de mulheres nas PMs das seguintes unidades federativas: BA, MS, MT, PA, PI, RO e SE.

Ao analisar as razões para a inclusão de mulheres, Soares e Musumeci (2005) realizaram um estudo em 17 unidades da federação, oferecendo uma avaliação crítica. Elas argumentam que, além da justificativa genérica de que as polícias militares procuravam “humanizar-se” e melhorar sua imagem social, é possível inferir motivações subjacentes ao examinar as atividades listadas.

Não se trata necessariamente das tarefas de fato desempenhadas pelas mulheres nesses estados, e sim dos seus campos virtuais de atuação, do que se idealizou para elas como possível e desejável. Em todas as listas aparecerem uma ou mais das seguintes “missões”: trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e adolescentes, mulheres e idosos; Atendimento a, e condução de alcoólatras, drogados e mendigos; Policiamento ostensivo em portos, aeroportos e terminais rodoviários; Policiamento de trânsito; Policiamento de áreas comerciais e turísticas; patrulha de grandes eventos; Trabalhos comunitários e assistenciais em geral; Revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais; Serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo, recepção etc. (Soares; Musumeci, 2005, p. 17)

As “missões” coadunam-se com as que foram apresentadas no estudo nacional. As autoras, no entanto, vão além e desenvolvem um estudo profundo, que se tornou um referencial, a partir do universo compreendido sob o recorte da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Elas consideram duas premissas: primeiro, se a crescente incorporação de mulheres poderia, efetivamente, mudar a qualidade do caráter militarista das instituições por meio da humanização e do tratamento diferenciado das questões de gênero; segundo, se a mudança depende essencialmente de outras transformações nas estruturas; ou ainda, se ambas não seriam obrigatoriamente complementares.

Essas inferências sobre o que pode ter motivado a admissão de mulheres nas PMs brasileiras não levam necessariamente a conclusões maquiavélicas, conspiratórias. A despeito da forte impressão de que se tratava de “mudar para não mudar”, é muito provável que a iniciativa estivesse recheada de boas intenções e que, em face da impossibilidade de uma reforma imediata dos órgãos de segurança pública, certos setores das polícias tenham sinceramente apostado num efeito-demonstração, num impacto transformador da pequena amostra de policiais sobre o comportamento da “tropa” e/ou sobre a imagem externa da corporação. É possível também que se tenha imaginado um crescimento gradual do número de mulheres, à medida que os resultados positivos da sua presença se fizessem sentir e que as resistências internas fossem sendo vencidas (Soares; Musumeci, 2005, p. 19).

Voltando ao estudo da Senasp e conforme dados levantados pela pesquisa em questão, a última unidade a admitir mulheres foi a Polícia Militar de Roraima, no ano 2000. Por fim, a “permissão” para a entrada de mulheres nas PMs brasileiras, como sintetizam Soares e Musumeci, data do período da ditadura militar e se associa “à necessidade de cobrir certos campos de atuação em que o policiamento masculino (fundamentalmente repressivo) estaria encontrando “acentuadas dificuldades” (Soares; Musumeci, 2005, p. 29).

As autoras continua, o raciocínio ratificando que a efetiva incorporação das policiais, na absoluta maioria dos estados, ocorreu já no contexto da abertura política e, em vários casos, após a redemocratização do País – o que parece acrescentar-lhe outros objetivos, como o de modernizar as PMs e “humanizar sua imagem social, fortemente marcada pelo envolvimento anterior com a ditadura” (Soares; Musumeci, 2005, p. 29).

3.6 A admissão de mulheres na PMAL

Seguindo o contexto nacional, em Alagoas, o primeiro indício da admissão de mulheres na tropa da PM data do final dos anos 1980. O marco regulamentar foi a Lei nº 4.877, de 13 de janeiro de 1987, que dispõe sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas e dá outras providências correlatas (Alagoas, 1987). Assinado pelo então governador José Tavares, o texto estabelecia a previsão de mulheres na PMAL e foi publicado no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, no dia 14 de janeiro daquele ano.

O artigo 1º expressa que é assegurado o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas, nas condições estabelecidas na Lei. Já o artigo 3º exprime que o ingresso na corporação dar-se-á mediante concurso público para matrícula no Curso Especial de Formação de Oficiais de Polícia Feminina (Cefo/PM Fem), no Curso Especial de Formação de Sargentos de Polícia Feminina (Cefs/PM Fem) e no Curso Especial de Formação de Soldados de Polícia Feminina (CEFSd-PMFem) (Alagoas, 1987).

As condições para ingresso na Corporação foram enumeradas no artigo 49: a primeira era ser voluntária; o segundo requisito era ser brasileira, seguido por ter idade entre 18 e 25 anos, idoneidade moral, sanidade física e mental e

altura mínima de 1,60 m. As condições sete e oito eram categóricas: a candidata deveria ser solteira, viúva, desquitada ou divorciada, não ter filhos nem estar grávida (Alagoas, 1987). Desse modo, mulheres casadas e mães estariam automaticamente eliminadas do rol.

Os requisitos também incluíam certificado de conclusão do primeiro grau ou equivalente, se candidata a soldado pfem, e de segundo grau ou equivalente, se candidata a sargento ou oficial pfem; ser aprovada e classificada nos exames seletivos adotados; estar quite com as obrigações eleitorais; não ter sido condenada e não estar *sub judice* na Justiça Civil e não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional (Alagoas, 1987).

A base fundamental e legal estava, então, estabelecida. Sancionada a lei, em janeiro de 1987, seguiram as demais etapas:

No ano seguinte, 1988, foi realizado concurso para o primeiro Curso de Formação de Sargentos (CFS) e de Soldados (CFSd) femininos da PMAL, este último para 36 mulheres e com duração de oito meses. No CFS, foram cinco vagas previstas em edital, mas doze aprovadas ingressaram no curso, em 1990. Tanto o CFSd, quanto o CFS, foram realizados no Centro de Ensino e Instrução da PM (a nomenclatura CFAP, por força do Decreto nº 33.502, de junho de 1989, havia sido substituída (Teles, 2010, p. 133).

Como já foi dito, para fins acadêmicos, esta pesquisa se ateve à primeira turma da graduação de soldados. A turma que aparece na Figura 8 foi composta pelo maior contingente de mulheres entre as três primeiras femininas.

Figura 8 – Turma feminina pioneira PM-AL (1990)



Fonte: *Jornal de Alagoas*, 1990.

Paralelamente à admissão da primeira turma de soldados femininos, foram admitidas 12 futuras sargentos, em uma turma que também foi totalmente composta por mulheres. Volte-se, porém, ao ano de 1988, quando três mulheres ingressaram no que hoje é chamado de Curso de Formação de Oficiais (CFO), mas que, à época, era denominado Cefo/PM Fem. Após o concurso, ocorreu a chegada das três voluntárias. A data de incorporação das oficiais pioneiras aprovadas é 20 de janeiro de 1988, conforme consta no sistema de RH.

No âmbito das corporações militares, academia consiste em um estabelecimento de ensino superior destinado a formar, aperfeiçoar, habilitar, especializar e atualizar oficiais e graduados. Como em Alagoas ainda não havia Academia de Polícia, apenas o CEI para as praças, as cadetes foram enviadas para outras instituições coirmãs: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e Academia de Polícia Militar de Paudalho, em Pernambuco.

O contingente das oficiais que retornaria do período de formação fora do estado, posteriormente, unir-se-ia às soldados e sargentos que seriam selecionadas nos certames subsequentes. Após as formaturas todas, oficiais e praças seriam designadas para compor a Companhia de Polícia Feminina Independente (Cia PM Fem/Ind)⁴, uma subunidade formada por mulheres.

Outras turmas mistas uniram-se ao quadro de servidores no decorrer das décadas desde então. Alagoas não estipula nem distingue sexo na distribuição das vagas do concurso público, sendo de livre concorrência para aqueles que se enquadram nos critérios descritos no respectivo edital do certame.

3.6.1 A mulher na PMAL: marcos temporais

No período de tempo compreendido entre 1987 e 2024, diversos acontecimentos desencadearam-se nos campos administrativos e operacionais

⁴ A Cia PM Fem/Ind foi extinta. A Lei nº 6.050, sancionada pelo governador de Alagoas em 2 de julho de 1998, extinguiu a Cia PM Fem/Ind, transformando-a em 4ª Companhia de Polícia Militar Independente (4ª CIA) (Alagoas, 1998), que, em 2023, passou a ser denominada 3ª Companhia de Polícia Militar Independente, sediada em Atalaia e composta por homens e mulheres.

em âmbitos institucionais da PMAL. Mulheres chegaram, passaram, permaneceram, outras encerraram suas carreiras, consolidando seu papel, quebrando estigmas, ultrapassando barreiras e ocupando espaço. Vale, porém, destacar a ressalva feita na obra que trata de mulheres na Segurança Pública e apresenta narrativas de vivências de integrantes das organizações em Alagoas:

Em ambientes preponderantemente masculinos, como as instituições de segurança pública, ainda é longo o caminho a ser percorrido para o pleno reconhecimento institucional das mulheres e a ocupação de espaços de comando, especialmente nas instituições militares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar (Pimentel; Oliveira, 2023, p. 23).

Embora o trajeto ainda esteja em construção, propõe-se, aqui, delimitar marcos temporais da presença feminina na PM alagoana. A sequência que a partir de agora será enumerada foi construída com base nos levantamentos da pesquisa, nas fichas físicas e fichas do RH e na página institucional da PMAL na internet⁵, onde constam também os arquivos das 56 edições até então lançadas de *O Alferes*, jornal institucional da corporação. É razoável considerar que, apesar de abrangente, não seja possível contemplar sua totalidade neste espaço.

O primeiro ato foi a sanção da Lei nº 4.877, de 13 de janeiro de 1987 (Alagoas, 1987), seguida da criação da Companhia de Polícia Feminina. No mesmo ano, foi realizado o concurso para oficiais, seguido da incorporação, em 1988, e do envio de três cadetes para as academias de Pernambuco e Minas Gerais.

Em 1989, aconteceram os dois primeiros concursos com vagas para mulheres praças. Os editais do Curso de Formação de Soldados e de Sargentos foram publicados em agosto. A incorporação das aprovadas ocorreu em novembro do mesmo ano. No ano seguinte, entre junho e agosto, houve a conclusão da formação de soldados da turma em questão.

Entre outros fatos que sucederam, chega-se a 1999, quando a primeira mulher passou a integrar a Banda de Música da PM-AL. A então soldado Roraine Blynner Vilela Silva chegou para ocupar seu espaço na bancada de

⁵ O endereço do site da Polícia Militar de Alagoas é: <https://pm.al.gov.br>.

instrumentos e abrir caminhos para a chegada das próximas musicistas. Em 148 anos de existência do Centro Musical, era a primeira vez que uma militar chegava para compor não só a banda, mas o naipe de clarinetes. Historicamente, essa família de instrumentos é a que mais tem contado com a presença feminina.

Um marco relevante no campo operacional data de dezembro de 2014, com a major Fátima Basílio assumindo o comando da 4ª Companhia de Polícia Militar Independente (CPM/I). A subunidade operacional corresponde à atual 3ª CPM/I, que abrange os municípios de Atalaia, Capela, Chã Preta, Cajueiro, Pindoba e Viçosa.

Em 2017, um ato inovador do concurso público da PM assegurou às candidatas grávidas o direito de adiar o teste de aptidão física. O item 8.6.1 do edital para o cargo de soldado combatente estipulava que as candidatas que apresentassem atestado médico confirmando a gravidez poderiam realizar o teste após 120 dias do parto ou do fim do período gestacional, conforme a conveniência da Administração. Essa medida visava garantir igualdade de oportunidades sem prejudicar a participação nas demais etapas do concurso. Em certames anteriores, as gestantes que não tivessem condições físicas de executar as provas do Teste de Aptidão Física (TAF) eram automaticamente eliminadas da seleção.

Outro fato relevante de 2017 marcou a cronologia da mulher na PM de Alagoas, dessa feita no âmbito das operações aéreas. Foi nesse ano que a primeira mulher da tropa passou a pilotar aeronaves. A então tenente Larissa Porciúncula iniciou o curso em 2016, vindo a concluir a qualificação em de abril do ano seguinte, quando passou a voar pelo Grupamento Aéreo do Estado.

Em 2018, foi instituída a Patrulha Maria da Penha (PMP), sob a coordenação de uma policial feminina, a então major Márcia Danielli Assunção. A PMP foi criada para assegurar proteção às mulheres sob medida protetiva de urgência, ou seja, um atendimento especializado e humanizado voltado a mulheres que sofreram violência doméstica e familiar. A primeira comandante, agora como tenente-coronel, em abril de 2024, estava à frente da Patrulha. Embora não tenha relação direta com a tropa feminina, instituir um grupamento especializado na proteção das mulheres também foi listado como marco.

O ano de 2021 contou com dois episódios marcantes. O primeiro deles ocorreu em março, em pleno Mês da Mulher. A edição nº 41 do Jornal *O Alferes* apresenta este fato: uma mulher assumiu o comando da 3ª CPM/I (atual 2ª CPM/I) pela segunda vez na história da unidade. A primeira fora a coronel Clara de Acevedo Garcia Gomes, atualmente na condição de reformada, mas não foram encontrados registros formais desse acontecimento, nem mesmo na ficha eletrônica do RH da militar.

Outro marco ocorreu em junho de 2021, ainda no contexto da Pandemia da covid-19. Pela primeira vez, uma mulher ascendeu ao posto de comando de uma unidade operacional especializada. A major Josiene Lima dos Santos assumiu o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv). Aquela foi a primeira, mas não seria a última vez que este nome figuraria em destaque nessa cronologia.

Em setembro de 2022, uma mulher chegou ao posto mais alto na hierarquia da PM alagoana, estando ainda no serviço ativo. Anteriormente, outras oficiais alcançaram este posto ao passar automaticamente para a inatividade. A coronel Joana Darc Gomes de Oliveira, militar enfermeira do quadro de saúde, assumiu também a função de subdiretora de Saúde da instituição.

Em abril de 2024, uma portaria do Comando Geral da PM promoveu garantias e direitos a militares que possuem cônjuges, filhos ou dependentes legais com deficiência física, mental ou transtorno do espectro autista, seguindo as orientações da Lei Estadual nº 8.991, de 2 de outubro de 2023. O ato, publicado em BGO na última semana de abril e difundido em matéria no *site* da PM no dia 30, representou um ganho, sobretudo para mulheres e mães. A medida oportuniza uma série de concessões aos policiais, como redução da carga horária de trabalho, adequação de escalas e Organizações Policiais Militares (OPMs) de lotação, por exemplo.

Em maio de 2024, uma mulher passou a ocupar, pela primeira vez, o Alto Comando. Mais uma vez, a protagonista do pioneirismo foi Josiene, já como tenente-coronel. Quase três anos depois, a mesma mulher que foi a primeira a comandar o BPRv foi também a pioneira como combatente no Alto Comando ocupando a função de diretora de Comunicação Social da PM, um cargo atribuído a coronéis (um posto acima do seu).

A seguir, apresenta-se uma linha do tempo resumindo essa trajetória no intervalo compreendido entre os anos de 1987 e 2024:

- **1987**: sanção da Lei nº 4.877 e criação da Companhia de Polícia Feminina;
- **1988**: incorporação das primeiras cadetes femininas;
- **1989**: primeiros concursos com vagas para mulheres praças;
- **1990**: formatura da primeira turma de soldados;
- **1999**: primeira mulher na Banda de Música da PMAL;
- **2014**: major Fátima Basílio assume comando da 4ª CPM/I;
- **2017**: concurso público da PM permite adiamento de teste físico para gestantes;
- **2017**: primeira mulher PM a pilotar aeronaves;
- **2018**: criação da Patrulha Maria da Penha, com comando feminino;
- **2021**: capitã Danilva assume comando da 2ª CPM/I (março) e major Josiene Lima dos Santos assume o BPRv (junho);
- **2022**: coronel Joana Darc Gomes de Oliveira alcança o posto mais alto na ativa (setembro);
- **2024**: Portaria do Comando Geral amplia direitos, especialmente para mulheres e mães (abril), e tenente-coronel Josiene Lima dos Santos se torna a primeira mulher no Alto Comando, como diretora de Comunicação Social da PM (maio).

4 PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Inicialmente, com base na análise do problema e nos objetivos estabelecidos, conforme descrito nesta seção, o processo teórico-metodológico desenhou-se de forma mista. A pesquisa proposta fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva para uma compreensão aprofundada do problema investigado e dos objetivos estabelecidos.

Para expandir essa abordagem metodológica, foram utilizados tanto a pesquisa bibliográfica quanto a participante. Além disso, adotaram-se a análise de conteúdo e a pesquisa documental, abrangendo a coleta de dados em diversas fontes de informação distintas.

4.1 Delineamento da pesquisa

O levantamento de informações contidos em documentos e fontes de dados se debruçou sobre o acervo das Diretorias de Pessoal e de Proteção Social da Polícia Militar de Alagoas. A partir daí, desenvolveu-se a parte quantitativa.

As buscas se deram tanto no arquivo físico quanto no digital, que guardam fichas funcionais e assentamentos dos servidores em geral, incluindo as do primeiro contingente de policiais femininas.

O arquivo funcional da DP da PMAL e da DPS desempenha a função de armazenamento das fichas físicas de cada uma das militares pioneiras, desde a inserção até o fim de suas carreiras. Parte desse acervo (das conhecidas fichas em formato retangular e na cor verde) também foi migrada para o sistema digital a partir do ano de 2019.

Além dos dados quantitativos, foram exploradas outras fontes, especialmente testemunhos, configurando-se como fontes qualitativas. Isso remete ao conceito aqui discutido anteriormente, conforme definido por Nora (1993, p. 9), que menciona a memória como um “elo vivido no eterno presente”, reiterando-se que a vida é moldada por grupos vivos, sujeita a mudanças, vulnerabilidades e variações na lembrança e no esquecimento.

4.2 Cenário da pesquisa, coleta e sistematização de dados

A etapa quantitativa da pesquisa de campo e documental contou com visitas ao arquivo da corporação. Parte do levantamento junto ao arquivo físico se deu de forma presencial entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2023 e se estendeu pelos meses subsequentes, com as buscas complementares no sistema eletrônico. A primeira etapa, como já foi mencionado, contou com a contribuição fundamental do 1º sargento Ernando Barbosa Santana.

A colaboração do militar da Seção de Controle de Gestão e Assentamento da Diretoria de Pessoal foi vital para o sucesso dos levantamentos, sobretudo nas fichas físicas, de onde foram extraídos os subsídios para traçar o perfil das pioneiras. Para além das fichas, outros documentos do arquivo, a exemplo dos Boletins Gerais Ostensivos, foram imprescindíveis para estabelecer e esclarecer datas, trâmites e marcos temporais da chegada da mulher à PM.

Ampliando a coleta de dados fundamentais à etapa qualitativa, inicialmente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas individuais com quatro membros da turma e outros três militares envolvidos na inserção ou formação dessas mulheres. Conforme a pesquisa avançou e houve uma adesão expressiva dos participantes da turma, foi possível ampliar o cenário, culminando na realização de um grupo focal com as pioneiras da Turma Maria Quitéria.

As entrevistas individuais, no total de sete, foram realizadas de forma presencial e eletrônica, considerando critérios como disponibilidade e localização geográfica das fontes. No primeiro caso, foram entrevistados dois homens que vivenciaram e atuaram no processo da incorporação feminina na PMAL, ambos residentes em Maceió, cidade onde a pesquisa foi desenvolvida. Também de forma presencial, foram entrevistadas duas das pioneiras.

Nas entrevistas por meio eletrônico, foram coletados dados de duas pioneiras: uma que reside no interior de Alagoas e outra durante sua estadia em Tóquio, no Japão. Além disso, foi realizada uma entrevista por meio eletrônico com uma mulher que foi uma das três integrantes da primeira turma do Curso de Oficiais do quadro feminino, e que também participou das

instruções voltadas ao curso de soldados. Na fase de inatividade, a militar respondeu às perguntas diretamente do estado onde vive atualmente, no Sudeste do País. Nos três casos, a pesquisadora enviou as questões e as entrevistadas tiveram a opção de responder por áudio ou por escrito.

O grupo focal, por sua vez, foi composto por oito integrantes da turma de soldados, o que corresponde a aproximadamente 22,86% do primeiro contingente utilizado como referência. As informações coletadas nas entrevistas foram analisadas utilizando a metodologia de análise de conteúdo temática de Bardin. Os arquivos em áudio de todas as entrevistas foram devidamente identificados e arquivados. Quanto ao anonimato, as participantes foram unâimes em autorizar que fossem identificadas nominalmente.

4.3 Análise e interpretação dos resultados

O desenvolvimento do processo de coleta de dados junto ao grupo focal se deu da seguinte forma: inicialmente, os participantes foram convidados a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a fornecer sua autorização conforme aceite (ver Apêndice A). O grupo focal consiste em uma técnica de entrevista realizada por meio de discussões em grupo, guiadas por estímulos do pesquisador para encorajar a participação ativa dos participantes.

Um encontro foi suficiente para o levantamento proposto e se estendeu entre as 16h30 e as 18h do dia 10 de julho de 2024. Na data agendada, o grupo focal começou com a explicação do objetivo da técnica, que visa coletar dados relevantes para a pesquisa em discussão. Foram abordadas questões sobre a segurança e a concordância dos participantes em participar do estudo, além das instruções para a sessão.

A entrevista em grupo foi gravada em formato de áudio e conduzida conforme as seguintes questões orientadoras: 1. Como foi o começo de tudo, antes mesmo da incorporação: do interesse pela carreira até o processo seletivo?; 2. Sobre o curso. Quais são as lembranças do primeiro dia e do processo de ruptura da vida civil e começo da vida militar?; 3. Como era a rotina na unidade-escola?; 4. No decorrer do curso, qual teria sido o momento mais marcante?; 5. Hoje, a Turma de CFSd 89 é a chamada pioneira, mas, à época, havia essa percepção do pioneirismo?

As questões seguintes foram: 6. Um episódio relatado pelas militares do Curso de Formação de Soldados foi a obrigatoriedade do corte de cabelo. Como foi esse momento?; 7. As instruções de Ordem Unida costumam ser um item massificado na formação militar. Como foi no CFSd 89?

Na etapa seguinte, para analisar o material coletado, as falas obtidas nas entrevistas individuais e no grupo focal foram submetidas à análise de conteúdo temática, conforme os procedimentos descritos por Bardin. Trata-se de um método de análise desenvolvido no campo das ciências sociais empíricas. É um conjunto de técnicas que têm como objetivo analisar a comunicação por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. O propósito é descrever o conteúdo das mensagens e fornecer indicadores que permitam inferir as condições de produção e recepção dessas mensagens (Bardin, 2011).

5 PERFIL DAS PIONEIRAS: FONTES DOCUMENTAIS

A partir da análise dos dados contidos em fichas funcionais, fichas eletrônicas do Sistema de Recursos Humanos e exemplares físicos do Boletim Ostensivo Geral tutelados pelo arquivo, foi possível levantar, organizar e traçar um perfil geral das pioneiras do CFSdFem do ingresso aos dias atuais.

Os critérios levantados foram: idade na época da incorporação, escolaridade, estado civil, cor/raça/etnia, naturalidade, graduações e patentes alcançadas na carreira e condição atual. Verificou-se uma inconsistência nos dados, como se verá em alguns casos, em que determinadas informações não constavam nas fichas funcionais.

Esta pesquisa acessou os dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal extraídos das fichas físicas consubstanciadas pelas fichas eletrônicas – desse modo, delimitando o perfil de acordo com os critérios pré-definidos, identificando-o como “dato indisponível” quando não foi possível levantá-lo em nenhuma das fontes (física e digital).

5.1 Composição da turma CFSdFem

As 35 concluintes do 1º Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSdFem) da Turma Maria Quitéria de Jesus são as militares que aparecem listadas no quadro abaixo⁶, com base na placa de formatura. Conforme pode ser percebido, os nomes das militares são grafados por extenso, mas com parte deles destacada em caixa alta.

⁶ A placa aqui mencionada está reproduzida na seção 5 desta dissertação.

Tabela 2 – Concluintes do CFSdFem 89
Soldados Pioneiras em Ordem Alfabética

ANA Maria Nunes Costa (<i>in memoriam</i>)
CLÁUDIA Maria Santos
EDILENE Matias Soares
ELENICE Matias Soares
ELIANE de Souza Oliveira
ÉLIDA Lira da Silva
EUNICE de Albuquerque Oliveira
FLÁVIA Cristina Miguel dos Santos
GEDALVA da Silva Pereira
GLEIDE Pinto dos Santos
JACQUELINE Marlene Marinho Simões
JULICE Dias da Silva
LINDINALVA Alves da Silva
LUIZA DE MARILAC da Silva
MÁRCIA Maria de Melo e Silva
Maria ADRIANA Melo Araújo
Maria ANUNCIADA Medeiros de Paula
Maria CÍCERA da Conceição
Maria CRISTINA da Silva
Maria da CONCEIÇÃO da Silva
Maria de FÁTIMA OmenaMonteiro
Maria JOCÉLIA da Silva
MARIA JOSÉ André da Silva
MARIA JOSÉ de Melo RODRIGUES
Maria SINELMA Freitas da Silva
MARIA DO SOCORRO Araújo e Silva
Maria VÂNIA Câmelô da Silva
MÔNICA Ferreira da Silva
RAQUEL da Silva Ferreira
Rita de CÁSSIA Menezes Costa
ROSÁLIA Gonçalves Soares
ROZILEIDE Francelina Feitosa
SANDRA de Melo
SILVIANY Domingues do Nascimento
SÔNIA Maria Pereira dos Santos Quintela

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As palavras em destaque são o que, no meio militar, significa o nome de guerra⁷ adotado por cada uma delas. Tomando como exemplo o primeiro nome da lista, significa dizer que: o nome civil completo é Ana Maria Nunes Costa, mas, no ambiente militar e na própria farda, o nome de guerra acompanhado da graduação militar é soldado Ana. No segundo nome da tabela, Cláudia Maria dos Santos, conforme palavra em destaque, o nome de guerra era Cláudia – e assim sucessivamente, com os demais nomes da lista.

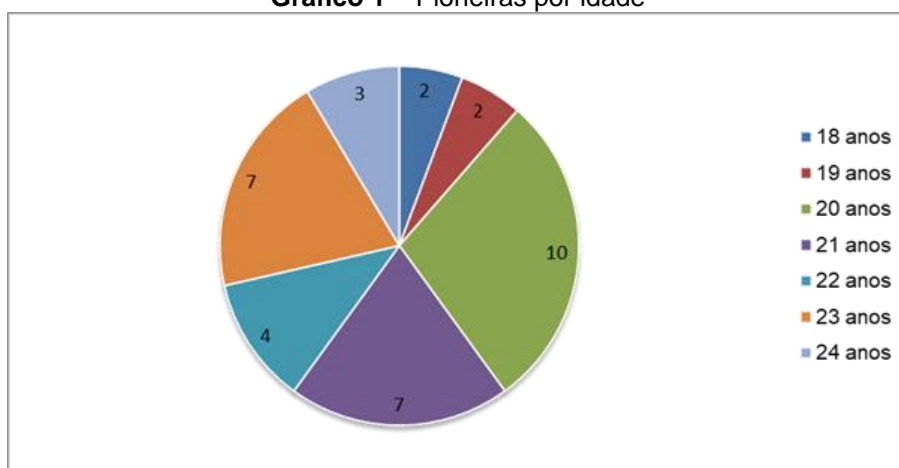
⁷ O nome de guerra, segundo Amaral e Seide (2020, p. 90), “[...] se assemelha em parte ao apelido, ao pseudônimo e ao nome artístico”. Segundo os mesmos autores, é empregado em ambientes restritos – nesse caso, o ambiente profissional militar.

5.2 Perfil das pioneiras quanto à faixa etária

A faixa etária das pioneiras, em novembro de 1989, variava entre 18 e 24 anos de idade. Sendo a mais jovem com data de nascimento em 5 de abril de 1971 e a mais velha nascida em 9 de janeiro de 1965. Destrinchando em números, em 28 de novembro de 1989 havia: duas com 18 anos de idade; duas com 19 anos; 10 com 20 anos de idade e sete com 21 anos de idade, sendo que uma delas fazia aniversário no dia da incorporação.

Outras quatro tinham 22 anos de idade; sete com 23 anos de idade, uma delas tendo completado na véspera da apresentação e, por fim, quatro voluntárias com 24 anos de idade.

Gráfico 1 – Pioneiras por idade



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

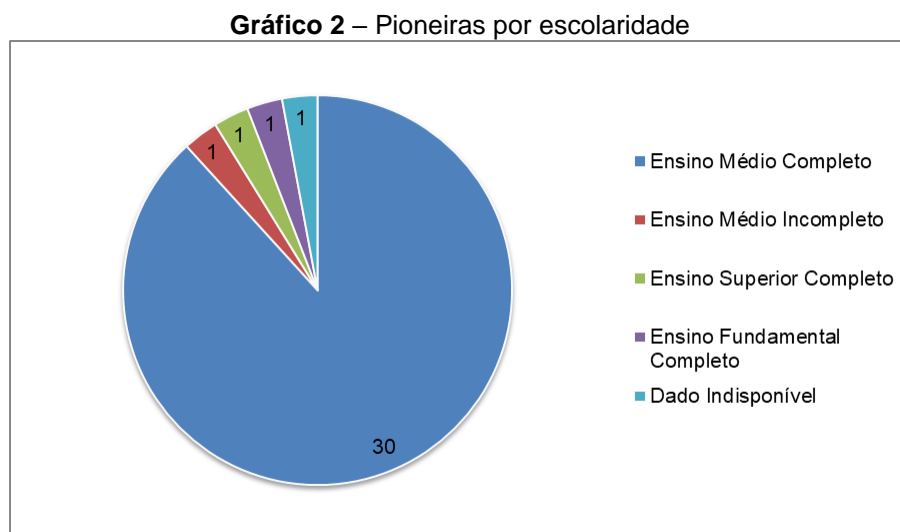
Somando-se a idade de todas as integrantes identificadas e dividindo o resultado pelo número de indivíduos, chega-se à idade média da turma. Desenvolve-se o seguinte cálculo: considerando 742 como a soma das idades, dividido por 35, que é o número de integrantes, chega-se ao resultado de 21,2. Pode-se, então, inferir que a idade média da turma é de 21 anos e dois meses de idade.

5.3 Perfil das pioneiras quanto à escolaridade

No quesito escolaridade, à época da incorporação, 30 delas apresentaram-se com o ensino médio completo, cuja denominação ainda era definida como segundo grau. Na ficha de uma delas, constava ensino

fundamental, antigamente denominado primeiro grau. O mesmo quantitativo se aplica ao ensino superior, com apenas uma representante.

O Gráfico 2 apresenta as pioneiras por escolaridade:



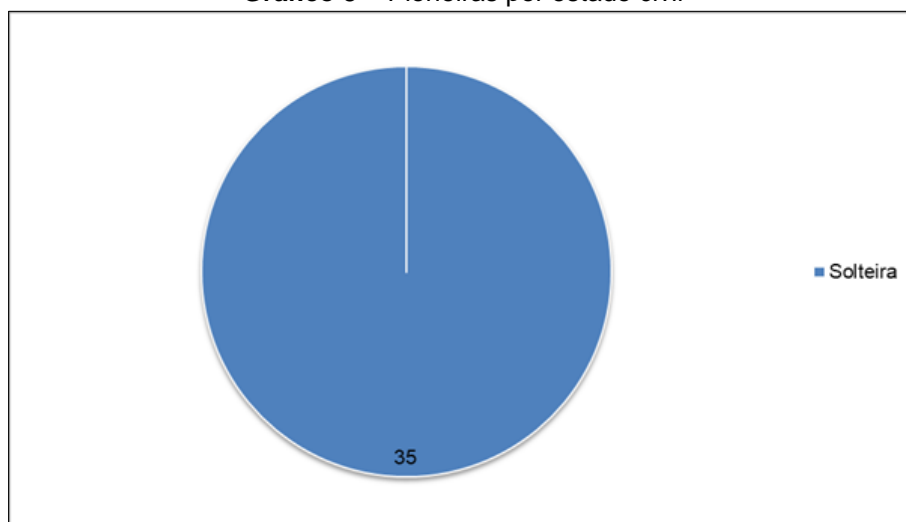
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em dois casos, não foi possível identificar o grau de instrução pelo fato de esta informação não constar nas fichas. Ainda assim, pode-se assim definir que era uma turma predominantemente com Ensino Médio.

5.4 Perfil das pioneiras quanto ao estado civil

Conforme já foi mencionado, tanto a Lei nº 4877, de 13 de janeiro de 1987 (Alagoas, 1987), que institui a incorporação de mulheres, quanto o edital do concurso estipulavam que a candidata deveria ser solteira, viúva, desquitada ou divorciada. Automaticamente, mulheres casadas, gestantes ou mães não poderiam se candidatar. Presume-se que essa restrição visava garantir a disponibilidade total das recrutas para o treinamento intensivo. O Gráfico 3 apresenta as pioneiras por estado civil, unicamente solteiras, evidenciando o impacto dessa exigência no perfil das candidatas.

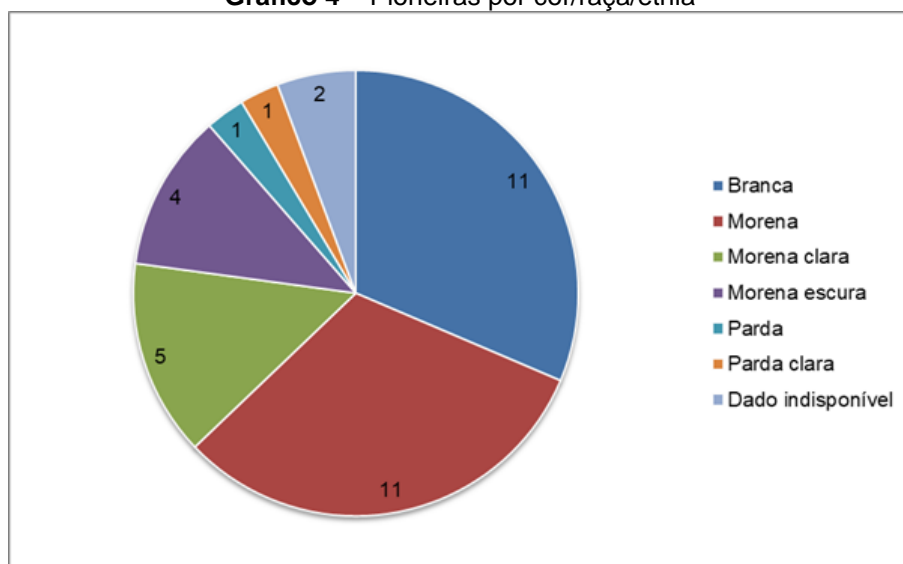
Quanto ao estado civil das recrutas, todas se apresentaram como solteiras:

Gráfico 3 – Pioneiras por estado civil

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.5 Perfil das pioneiras quanto à cor/raça/etnia

Sobre cor/raça/etnia, conforme definição estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cor ou raça da população brasileira se baseia na autodeclaração. Ou seja, quando questionada, a pessoa pode se declarar como preta, parda, branca, amarela ou indígena. Em 1989 o sistema era diferente. É curioso observar que nenhuma ficha identificou integrantes como preta ou mesmo negra, amarela ou indígena. O Gráfico 4 ilustra visualmente esse quantitativo:

Gráfico 4 – Pioneiras por cor/raça/etnia

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em 1989, o cenário era diferente. A identificação era realizada pela própria Diretoria de Pessoal no momento do cadastro das voluntárias, no ato de admissão à instituição. O levantamento das fichas das voluntárias delimita as seguintes definições: 11 brancas, uma parda e uma parda clara; 19 se autodeclararam morenas, sendo quatro como morena escura, cinco como morena clara e 10 como apenas morena. Para três delas, não foi possível identificar essa característica, porque as informações não constavam na ficha.

Sobre esse aspecto, cumpre abrir um parêntese. Para tanto, recorre-se à reflexão proposta por Rafael Osório (2003, p. 30):

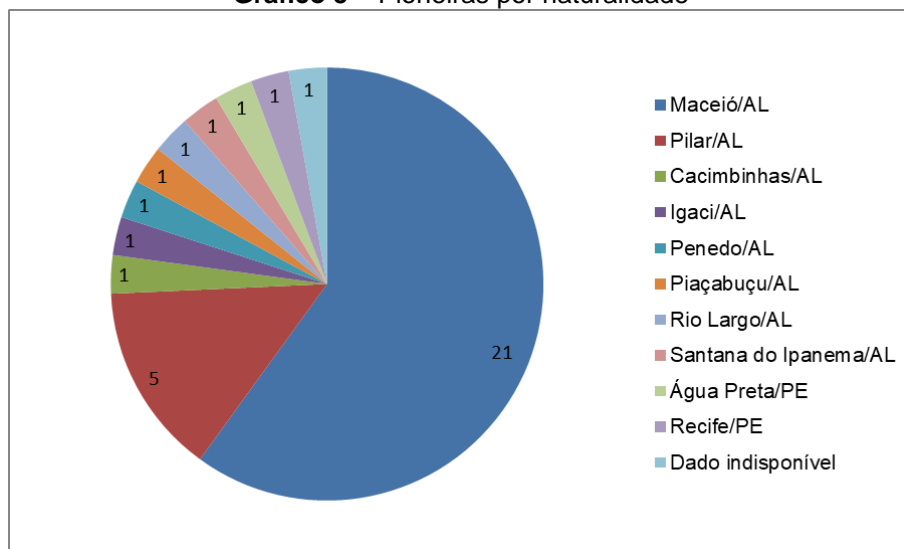
Mas quem é pardo? A categoria parda é a dos mestiços, de qualquer tipo resultante da miscigenação das outras quatro categorias raciais “puras” da classificação. Todavia, em virtude das características da composição da população brasileira e da imigração ao longo da história, é lícito assumir que praticamente todos os pardos devem ter ao menos o branco e o preto como ascendentes, pois os índios foram sistematicamente exterminados e empurrados para as fronteiras do território nacional e a imigração asiática foi extremamente concentrada em determinadas áreas. Obviamente, não se exclui a possibilidade de que possam existir mestiços só de brancos com amarelos e/ou indígenas, ou só de negros com esses dois últimos grupos. No entanto, essa é uma probabilidade muito pequena: a esmagadora maioria dos mestiços brasileiros muito provavelmente tem ao menos um preto e um branco entre os seus ascendentes.

Declarar-se pardo seria como se identificar como alguém descendente da miscigenação de brancos com pretos, pretos com indígenas, indígenas com brancos, além de outras formas possíveis, o que, nesse contexto, é tão generalista quanto vago.

Conforme informações contidas nas fichas, a primeira turma de soldados foi composta, em sua maioria, por mulheres identificadas como morenas: 18 entre 33 das identificadas, equivalendo a 54.55% da turma. Nas fotografias, contudo, é possível identificar visualmente a presença de mulheres negras.

5.6 Perfil das pioneiras quanto à origem

Quanto à origem, a predominância é alagoana. No quesito naturalidade, 21 declararam-se nascidas na capital, Maceió. Cinco, segundo os dados, nasceram em Pilar, município da Região Metropolitana de Maceió.

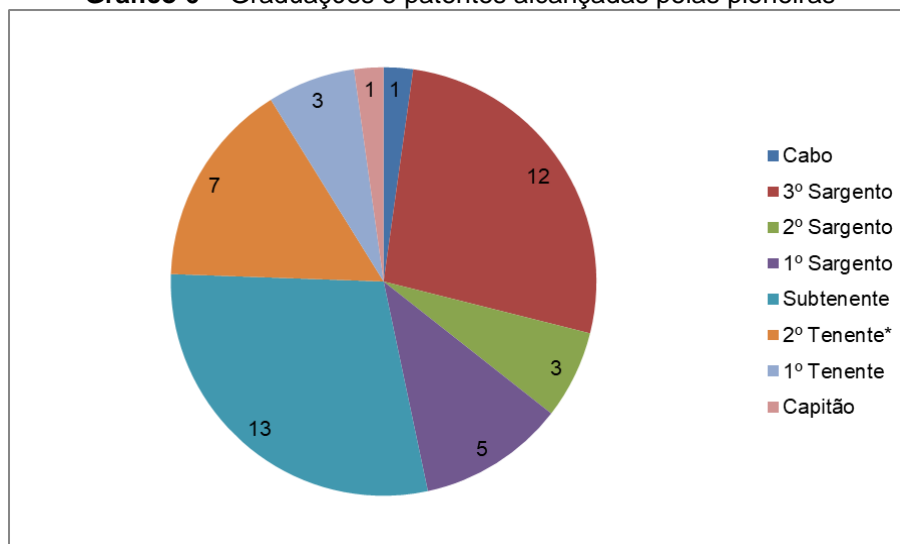
Gráfico 5 – Pioneiras por naturalidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Conforme se pode acompanhar no Gráfico 5, outras sete declararam-se vindas de municípios do interior de Alagoas, sendo uma representante de cada localidade a seguir: Rio Largo, Jundiá, Cacimbinhas, Penedo, Piaçabuçu e Santana do Ipanema. Em uma delas, a informação de naturalidade não está disponível, não sendo possível identificar sua origem. Na ficha de outra, está identificada a naturalidade de Recife, Pernambuco.

5.7 Perfil das pioneiras quanto a graduações e patentes alcançadas na carreira e condição atual

Após a formatura, as 35 soldados seguiram prestando serviço e avançando na carreira. O destino de cada uma das pioneiras, do ingresso à inatividade, foi bem distinto quanto a graduações e patentes. Cada uma conquistou o direito de ostentar novas divisas e até insígnias (indicativos de patentes) em seus uniformes, o que, gradualmente, também representou um aumento de proventos financeiros e melhoria de salário.

Gráfico 6 – Graduações e patentes alcançadas pelas pioneiras

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O Gráfico 6 demonstra o que foi possível constatar nesse aspecto. Em escala ascendente entre os graus hierárquicos, somente uma chegou apenas à graduação de cabo, que é a primeira acima de soldado. Duas alcançaram a graduação de 3º sargento, três foram promovidas até 2º sargento e cinco chegaram a 1º sargento antes de ingressar na inatividade. 13 das pioneiras alcançaram o título de subtenente, o último grau no quadro de praças, também chamado de praça especial. 10 delas chegaram ao oficialato: sete como 2º tenente⁸, entre elas, a única representante que ainda permanece no serviço ativo; por fim, três como 1º tenente.

Sobre a condição atual, o levantamento por meio de consulta ao sistema de RH em abril de 2024 indicou que 23 delas estão na reserva remunerada e 11 na condição de reforma. Nesse universo, está a única integrante da turma que já faleceu. Pela contagem realizada pelo Sistema Eletrônico de Recursos Humanos da PM em 27 de abril de 2024, a única representante no serviço ativo encontrava-se na condição de 2º tenente do Quadro de Oficiais da Administração (QOA), compondo o quadro de oficiais do Batalhão de Polícia Escolar (BPEsc).

⁸ Em maio de 2024, após o fechamento dos dados desta pesquisa, uma das então 2º tenentes foi promovida por critério de ressarcimento de preterição. De acordo com o artigo 19 da Lei nº 7.656, de 10 de setembro de 2014, a chamada Lei de Promoções da PMAL e CBMAL (Alagoas, 2014), a promoção por ressarcimento de preterição é aquela feita após ser reconhecido ao militar preterido o direito à promoção que lhe caberia. O mesmo texto está contido no artigo 10 da Lei nº 5.821/1972 (Brasil, 1972), que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas e dá outras providências.

5.8 Síntese do perfil da turma pioneira

A Figura 9, a seguir, apresenta 16 das 35 pioneiras reunidas. O registro data de 2019, quando parte da turma se reencontrou para se confraternizar e celebrar os 30 anos de incorporação. Uma matéria do dia 28 de novembro de 2019 publicada no site da Polícia Militar de Alagoas reproduziu esta imagem no texto que falava sobre o Dia da Policial Feminina, no primeiro ano em que a data foi comemorada. As integrantes da turma estão trajando blusa na cor amarela.

Figura 9 – Pioneiras reunidas no aniversário de 30 anos de ingresso (2019)



Fonte: PMAL, 2019.

Por trás de cada integrante, há uma história individual, mas, juntas, elas construíram e vivenciaram um marco na corporação. São mulheres com origens distintas, assim como suas raças e construção social; 35 mulheres com suas singularidades e histórias de vida constituídas distintamente, mas que se conectam.

Com base no que se pode depreender das fichas a que esta pesquisa teve acesso, ressaltando os dados que não foram localizados nos arquivos da PM, em síntese, a Turma Maria Quitéria possui o seguinte perfil geral: trata-se de um grupo formado por mulheres solteiras, a maior parte com escolaridade de ensino médio (antigo segundo grau) e faixa etária média de pouco mais de 21 anos de idade. Quanto à cor/raça/etnia, apesar da definição passar pela

subjetividade, à época, segundo as entrevistadas, essa definição era feita pela própria Diretoria de Pessoal no ato da admissão. Sendo assim: 21 enquadraram-se como pardas e morenas, contra 11 brancas e duas cuja informação não foi localizada. 33 das 35 fichas localizadas indicam que este é o quantitativo de alagoanas, sendo 21 da capital e 11 de cidades do interior. No decorrer da carreira, 24 delas permaneceram no quadro de praças em diferentes graus, mas 10 alcançaram o oficialato.

6 MEMÓRIA E VIVÊNCIAS: FONTES PESSOAIS DE INFORMAÇÃO

Retomando um ponto já mencionado, conforme discutido por Le Goff (2003), a memória é um fenômeno complexo, tanto subjetivo quanto coletivo, que abrange a construção social e cultural dos significados atribuídos ao passado por meio de experiências, narrativas, tradições e símbolos. Ademais, “[...] a memória social é produzida não somente através de documentos com caráter monumental histórico, mas que a mesma se dá e se expressa independentemente por diversos suportes” (Bergenthal, 2014, p. 84).

Diante dessa premissa, e visando alcançar um resultado mais abrangente, sólido e robusto, concluiu-se, ao longo do percurso, que o uso de fichas e bases documentais não foi o suficiente para capturar plenamente o fenômeno da memória em questão. Embora possibilite resultados relevantes, não contempla a totalidade. Esta parte da pesquisa é o que se pode chamar de para além dos dados do arquivo, BGO e fichas.

6.1 Documentos e testemunhais: a memória de quem viveu o pioneirismo

A partir de agora, a proposta é reconstituir a trajetória com base em fontes secundárias e relatos pessoais, unindo o conteúdo das entrevistas individuais e do grupo focal. Além dos documentos da própria instituição e das memórias individuais de quem viveu de perto o processo de incorporação da mulher na PM alagoana, esta pesquisa localizou outras fontes documentais. Uma delas foi o *Diário Oficial de Alagoas* datado de 5 de agosto de 1989 (Anexo C).

As duas publicações são assinadas pelo diretor de Pessoal da PM à época, coronel José Nelson de Menezes, e emitidas pela Seção de Recrutamento da DP. A abertura do Edital nº 06/89-DP trazia o seguinte texto:

O Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas faz saber as interessadas que fará realizar Seleção Pública visando o preenchimento de 30 (trinta) vagas existentes no Quadro de Soldados Policiais Militares femininos. As inscrições para a referida seleção estarão abertas no período de 07 AGO a 31 AGO 89, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Diretoria de Pessoal, situada no Quartel do Comando Geral, localizado na Praça da Independência, 67 Centro, nesta Capital (Alagoas, 1989).

A segunda publicação, o Edital nº 07/89-DP, por sua vez, dispunha sobre a realização de seleção pública visando ao preenchimento de cinco vagas existentes no Quadro de Sargentos Policiais Militares Femininos. Cinco era o número inicial, mas, ao final do certame, 12 candidatas foram selecionadas para o Curso de Formação de Sargento. Foi ao chamamento do primeiro edital, de nº 06/89-DP, que a Turma Maria Quitéria atendeu. No período disposto, as candidatas procuraram o Quartel do Comando Geral e efetuaram sua inscrição.

O comandante-geral da PM durante os concursos para praças femininas foi o coronel Fernando Valadão Ferreira. Com uma carreira que começou como praça no então Distrito Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, como oficial da PM em Alagoas, a partir de 1958, o coronel Valadão sempre percebeu a importância da presença feminina no serviço de policiamento. Ele liderou a instituição de 30 de maio de 1989 a 19 de abril do ano seguinte, sendo o 42º comandante após a reestruturação. O militar também revisita eventos significativos desse período:

Em muitas ocasiões, havia a necessidade de se revistar os ocupantes de um carro de passeio ou mesmo de um ônibus, dentre eles, algumas mulheres. Desde então eu, particularmente, notava a necessidade de se formar uma equipe de policiais militares femininos. [...] Aqui em nossa PM, fui o 2º comandante da então Companhia de Trânsito. Realizávamos o policiamento urbano e rodoviário. Também comandeí a então Companhia de Rádio Patrulha, na época sediada vizinha ao Palácio do Governo estadual. Existia também a penitenciária feminina, localizada no Pilar. Ora, em todos esses serviços, trânsito urbano, rodoviário, rádio patrulha e penitenciária, só existiam policiais masculinos para operarem nessas modalidades. Nas penitenciárias, como não havia policiamento exercido, naquela época por mulheres, os presos, nos dias de visita, poderiam receber drogas ou determinadas armas levadas por suas esposas, filhas ou amantes escondidas em suas partes íntimas, cabelos ou em qualquer parte de sua vestimenta. Quem as revistaria? O mesmo no estádio Rei Pelé nos dias de jogos importantes (Ferreira, 2024).

A fala faz alusão de que era imperativa a participação de mulheres no policiamento. Após publicação no *Diário Oficial*, a notícia dos concursos circulou no rádio, na TV, nos jornais e nos principais veículos de comunicação da época. Nas pesquisas, não foram localizados registros da quantidade de candidatas inscritas.

Uma das etapas posteriores foi a incorporação. O Boletim Ostensivo Geral com data de 28 de novembro de 1989 continua a inclusão condicional das voluntárias. É essa a data que conta como da incorporação nas fichas funcionais das pioneiras e também a escolhida para se tornar o Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas. O equívoco foi constatado no percurso desta pesquisa. O artigo 1º do texto da Lei nº 8.118/2019 (Alagoas, 2019) acaba por atribuir a data certa ao acontecimento errado. 28 de novembro foi o dia da admissão, e não da formatura, como diz a norma legal. A formatura só aconteceria cerca de oito meses depois.

Em 6 de agosto de 1990, outro BGO publicou a conclusão do curso de formação de soldados, tanto masculinos quanto femininos. A formatura, de fato, ocorreu em 21 de junho de 1990, e a promoção a soldados foi formalizada no BGO de 6 de junho, com vigência a partir do dia 3 do mesmo mês. O BGO apresentava o término do curso com graduação, número, nome completo, classificação e média final de cada um dos concluintes. A listagem separava os quadros de homens e mulheres.

Um registro midiático identificado que não faz parte do acervo da PM, e sim do Arquivo Público Alagoano (APA), é a edição de 4 de agosto de 1990 do *Jornal de Alagoas*. O destaque abria com um comentário sobre a representação do feito para as mulheres alagoanas, seguido de uma fala do então comandante-geral, o coronel Sá Rocha:

As mulheres alagoanas concretizaram ontem um considerável avanço no mercado de trabalho, com a formatura de 35 representantes do curso de soldado da Polícia Militar de Alagoas. “É a derrubada da barreira em relação à integração de mulheres na nossa polícia, que recebe uma injeção de sangue novo em busca de melhorar sua missão constitucional”, disse o coronel Sá Rocha. Além das 35 mulheres, 89 homens foram diplomados para integrar os quadros da PM em defesa da sociedade alagoana. As mulheres foram preparadas para executar o mesmo trabalho dos homens, mas irão se dedicar especialmente aos problemas que envolvem menores e mulheres, segundo explicou o comandante-geral da PM (Jornal de Alagoas, 1990).

O periódico estampava, abaixo da primeira dobra da capa, o seguinte título: “Mulheres ampliam o mercado de trabalho integrando quadros da Polícia Militar”. A matéria completa estava na página A4 e acrescentava que, em

outubro do mesmo ano, estaria se formando a turma de sargentos, composta por 12 mulheres. A Figura 10, a seguir, reproduz parte da publicação:

Figura 10 – Formatura CFSdFem 98 foi notícia em jornal (1990)



Fonte: Jornal de Alagoas, 1990.

Antes, porém, de os cursos iniciarem, era preciso que a instituição se preparasse para receber um público feminino que não dispunha sequer de estrutura no ambiente do quartel. Não havia, por exemplo, banheiros femininos, algo básico para atender às necessidades primordiais. O próprio CEI deveria passar por uma série de intervenções:

O coronel Evaristo [comandante do CEI] era engenheiro civil e começou a preparar para recepcionar as mulheres. Criou um alojamento para elas de soldados e um alojamento de sargentos. Não existia bateria de banheiros, então foi criada para elas. Tudo era novidade. No quartel, não tinha mulheres, a não ser uma ou outra professora civil. Tudo era iniciante (Cavalcante, 2024).

A fala acima foi proferida por Dimas Costa Cavalcante. Em 1989, ele foi convocado para atuar na formação das soldados que iriam chegar. O aspirante recém-formado havia retornado do CFO na Academia da PM em Minas Gerais. Na PM mineira, a presença feminina já era algo que existia desde 1982. Durante seu período de formação, o militar havia convivido com pfems. Era, portanto, um dos poucos em Alagoas que possuía essa vivência. Justamente por isso, teria sido comissionado pelo comando do CEI para participar do CFSd Fem.

É de Cavalcante um dos depoimentos mais densos que esta pesquisa coletou. O então aspirante Dimas dividiu o desafio com outro oficial, que era responsável pelo pelotão de sargentos femininos, o tenente Roberto Liberato dos Santos. Segue abaixo um fragmento relativamente extenso, porém rico. Com a propriedade de quem vivenciou de forma muito particular o fenômeno aqui estudado, o agora coronel da Reserva, que também chegou a ser comandante-geral, contou como iniciou o CFSdFem:

Começamos. Era um desafio todo dia. Nenhuma delas tinha nenhuma experiência com a vida militar, a não ser algumas que tinham parentes. Tinha gente que o pai ou algum parente próximo ou irmão ou certo convívio com pessoas da polícia. Isso facilitava de alguma forma que elas absorvessem melhor. Se tudo era novo para a gente, imagine para elas, que estavam entrando. Começamos a trabalhar. Liberato e eu conversávamos e discutíamos muito. Dificuldades, a gente levava para o coronel Evaristo e procurava resolver de imediato. Tivemos um apoio muito grande do comandante do CEI e do subcomandante, que, na época, era o major Ângelo. Problemas de uniforme, de tudo. Imagine trabalhar num quartel onde só tinha homem? Não existia, por exemplo: mulher está no período menstrual. Ela faz atividade? Não faz atividade? Tudo era diferente. Então até para pesquisa era difícil. Não havia acesso à informação como hoje, as polícias que tinham quadro feminino ainda eram poucas e todas recentes. Muitas estavam da mesma forma que a gente, engatinhando com as coisas. Elas também sofreram muito, porque entraram num mundo dominado por homens e que até hoje existe certa dominação, mas, na época, era única e exclusividade de homens. Então, elas sentiam dificuldades de relacionamento (Cavalcante, 2024).

Seguindo o roteiro dos dados extraídos a partir do questionário do grupo focal e das entrevistas individuais, as pioneiras explicaram como foi o começo de tudo, antes mesmo da incorporação, passando pelo interesse pela carreira até o processo seletivo e o início da vida militar.

Retomando o que defende Halbwachs, cada uma dessas memórias individuais compõe um ponto de vista sobre a memória coletiva. A complexidade envolve a subjetividade dos indivíduos, formando uma valiosa fonte de pesquisa sobre o grupo que essa memória une e compartilha:

A memória é subjetiva e complexa, pode alterar a direção do passado, determinar o presente e modificar o futuro por estar diretamente relacionada com emoções e subjetivações. A subjetividade de memória se dá não só através dos sentimentos dos indivíduos, mas também na relação da lembrança com o esquecimento, suas implicações e principalmente na seleção. Pode-se observar, nos arquivos históricos das sociedades ocidentais, os reflexos das relações sociais da produção documental. Esses

registros, em forma de documentos, constroem uma fonte de pesquisa de extrema importância sobre essas sociedades, já que refletem as suas funções e atividades. Além disso, preservam as informações relevantes para a história dessa sociedade em um determinado tempo e espaço (Bergenthal, 2014, p. 86).

Ao dialogar sobre o começo da vida militar e as lembranças do primeiro dia e do processo de ruptura da vida civil, as entrevistadas recordam-se dos temores, da expectativa e também que houve resistência do contingente masculino. As pioneiras participantes do grupo focal, conforme nome de guerra e ordem (da esquerda para a direita) na Figura 11, foram: Cristina, Edilene, Rozileide, Cláudia, Fátima, Sandra, Silviany e Mônica.

Figura 11 – Pioneiras participantes do grupo focal (2024)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Elas descreveram a sensação de estar entrando em um ambiente predominantemente masculino e até hostil. Além disso, mencionaram a necessidade de ter que provar sua competência e seu valor dentro da instituição. Conforme informação verbal da 1º sargento da reserva Maria Cristina da Silva, que recorre às lembranças da jovem de 20 anos que deixava sua cidade natal, Cacimbinhas, no Sertão de Alagoas, para ingressar num universo totalmente novo e desafiador:

O primeiro dia entrando na PM foi um rompimento. Foi um mundo todo novo, onde o masculino não estava acostumado com a presença feminina dentro do quartel. [...] Todos os olhares se voltaram para a gente e a gente não sabia como lidar com a situação. Tínhamos medo de tudo. O impacto foi gigante. No meu caso, e acho que a maioria, não tinha contato com o militarismo, mas ao mesmo tempo,

foi desafiador. [...] Todo mundo virar pra gente e a gente ter a certeza: estou aqui e vim para ficar. Eles olhavam pra gente como se a gente quisesse tomar o lugar deles. A gente só queria o nosso espaço, como conseguimos (Silva, 2024).

Havia aquelas que aspiravam à carreira militar, mas tinham consciência de que, em Alagoas, a função não existia para mulheres. É o caso de Maria de Fátima Omena Monteiro Cabral, atualmente cabo reformada Fátima:

Tenho irmão, primos e tio da polícia e tudo isso me ajudou a seguir carreira militar. Quando estudava no colégio Guido, e os professores perguntaram qual a profissão queríamos seguir, eu respondia de imediato que se existisse polícia feminina eu gostaria de ser, pois era meu sonho. Descobri sobre o processo seletivo quando estava saindo da faculdade, no ponto de ônibus, já no penúltimo dia de inscrição. Fui no Quartel Geral me informar do concurso que ia haver (Cabral, 2024).

Outras, munidas da mesma consciência, sequer cogitaram o militarismo como meio de vida. Entre as integrantes, havia aquelas que possuíam algum tipo de ligação com a caserna, a exemplo de Silviany Domingues do Nascimento. Atualmente na condição de Reserva, a tenente Silviany relembrou que, como filha do alfaiate que confeccionava os uniformes do quartel, cresceu nutrindo verdadeiro fascínio pelo universo militar:

Eu não perdia um 7 de setembro. Achava lindo os desfiles fardados. Meu pai era alfaiate, Manoel Domingues, conhecido como mestre, e ele que confeccionava os uniformes. Cresci nesse ambiente e o sonho dele era ver a filha fardada. Eu soube do concurso pelo rádio. Falei com meu pai e fiz a inscrição. Vieram as etapas da prova no Estádio Rei Pelé. Não lembro quantas candidatas, mas era muita mulher. E, ao final de cada dia, se seu nome não saísse na lista, era eliminada. Era muito tenso. Passamos pela etapa de provas intelectuais e teste físico (Nascimento, 2024).

A, hoje, 1º sargento da reserva Mônica Ferreira da Silva sonhava em trabalhar com algo que lidasse com o público e estava concluindo a formação como educadora. A filha da cozinheira do hospital da PM conta que imaginava que poderia conquistar uma vaga de emprego no primeiro shopping da cidade, que estava sendo inaugurado, mas viu no concurso uma grande oportunidade.

Saí de uma carreira, que eu ia ser professora. Quando eu entrei, estava terminando o 4º ano pedagógico. [...] Minha mãe trabalhava no hospital da polícia como cozinheira e me disse que abriu concurso.

Fiz o concurso, passei e tudo e para mim foi um mundo diferente. Era um universo novo, onde não existia mulher, só existia homem, e quando a gente chegou, foi muito difícil. Teve toda uma mudança de como lidar, como se comportar. Além disso tudo, a gente ia ser comandada por um universo que era só homens. O foco foi todo em cima da gente. Apesar de que entraram duas turmas de mulheres, uma era a de sargento e a nossa, de soldados, e a turma da gente foi maior. E mais cinco ou seis turmas de masculino nessa mesma época (Silva, 2024).

Uma das integrantes, em particular, conta uma história, no mínimo, curiosa. Atualmente, ela é a subtenente da reserva Rozileide Francelina dos Santos, mas, à época, era uma jovem que decidiu trocar o hábito pela farda:

O meu irmão [primogênito] fez concurso em fevereiro do mesmo ano e um dia, ainda aluno, chegou na casa dos meus pais vestido de farda. Eu não hesitei, quando ele tirou a farda, eu vesti e disse que seria policial. Todos riam de mim. Chorei bastante, quando ele me destratou dizendo que em Alagoas não tinha mulher na polícia e que eu nunca seria policial. Daí a alguns meses, ouvi ele comentando que tinha aberto inscrição para polícia feminina. Sendo que eu estava retornando para o convento em Recife; ao chegar lá, falei com a mãe e ela me deu todo apoio, disse que se eu não ficasse na polícia poderia voltar e seria muito bem recebida. Pagou as minhas passagens, valor da inscrição e despesas de alimentação. Fiz a inscrição e fiquei aguardando a data do concurso. Não considero que o meu irmão foi uma referência, mas, de certa forma, contribuiu, porque foi através da informação que ouvi ele passar para outra pessoa que busquei e fui fazer (Santos, 2024).

Uma parte significativa delas não possuía referências militares na família. As motivações, porém, iam além do sentimento de vocação. Entretanto, o aspecto financeiro era um fator preponderante para o ingresso:

Duas coisas me motivaram. A primeira foi o fato de ser tudo novo. A mulher ingressar na Polícia Militar do Estado de Alagoas era algo realmente desafiador e eu sempre gostei de desafios. A segunda motivação foi a questão financeira. Apesar de ter ingressado na PM já tendo curso superior – eu já era pedagoga, na época –, a estabilidade era algo que eu queria muito (Quintela, 2024).

A rotina na unidade-escola era intensa, com horários rigorosos. Acordava-se muito cedo, com a obrigatoriedade de forrar a cama de forma impecável, sob pena de sofrer sanções caso não estivesse no padrão estabelecido. Tomava-se o café da manhã no rancho do quartel e às 6h45 todas estavam prontas e em forma no pátio, para a formatura matinal. Era feita

a leitura do boletim institucional e, em seguida, iniciavam-se as instruções. Às segundas, quartas e sextas-feiras, todas deviam entrar em forma trajando o uniforme de educação física.

Às terças e quintas-feiras, o dia começava com o uniforme de instrução. Nas manhãs de instrução em sala, as aulas iam até 12h. Por volta de 12h45, era hora de voltar ao rancho, para o almoço. O retorno às aulas acontecia pontualmente às 14h, indo até as 18h. Essa foi a rotina regular diária ao longo de oito meses.

O momento mais marcante, mencionado no grupo focal de forma unânime, teria sido a primeira participação da tropa feminina no Desfile de 7 de Setembro, Dia da Independência do Brasil. Pela primeira vez na história, a população de Alagoas via mulheres desfilando em marcha pela avenida. A Figura 12 ilustra esse momento:

Figura 12 – Pfems no Desfile de 7 de Setembro (1990)



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

As protagonistas lembram com altivez. “Foi uma sensação única, de arrepio, de passar e sentir arrepiar até o último fio de cabelo. E, no final, vemos todas morrendo de cansada, mas feliz da vida por ter desfilado no 7 de Setembro” (Silva, 2024).

Mais uma vez retornando a Maurice Halbwachs (2006), o ponto de vista muda conforme o lugar que se ocupa. Hoje, ao olhar para trás, as integrantes

da Turma de CFSd 89 se reconhecem como pioneiras e demonstram orgulho, mas, à época, conforme entrevista, afirmaram que não tinham essa percepção. Por ingenuidade ou necessidade, a maioria prestou o concurso com o objetivo de conseguir estabilidade e uma fonte de renda segura, num estado onde as opções de emprego mais acessíveis eram trabalhos no comércio ou no ramo da docência.

Éramos ingênuas. Não tínhamos noção do que estávamos fazendo. Muitas de nós estavam por necessidade. Não tínhamos a visão de que éramos a primeira turma e que a gente podia construir uma história através daquilo ali. Nunca passou pela nossa cabeça. Hoje a gente olha pra trás e tem a sensação de orgulho e gratidão, de saber que tudo o que temos a gente deve à Polícia Militar. Você construiu a história e que não só eu fui beneficiada (Palmeira, 2024).

O contato entre masculinos e femininos no ambiente da unidade-escola também era restrito. Havia, inclusive, uma corrente para bloquear o acesso e a circulação de alunos nas proximidades das instalações femininas. O masculino não poderia sequer transitar na frente do alojamento das pfems.

Dentre as regras impostas às alunas, estavam, ainda, a proibição de maquiagens, brincos, joias, esmaltes fortes e acessórios. A concessão para o uso de maquiagem discreta só era concedida em ocasiões específicas. Um momento impactante relatado pelo grupo foi a obrigatoriedade do corte de cabelo. Ainda no início do curso, após um breve período, foi determinado que os cabelos fossem cortados “à la homem”, também conhecido popularmente como “corte joãozinho”. A ordem surpreendeu e gerou pesar, sobretudo naquelas que mantinham suas madeixas longas e precisaram se desfazer delas para se adaptar à imposição. Resignaram-se e obedeceram:

A gente passou de 15 a 20 dias no coque, mas aí veio a ordem que a gente se preparasse, porque viria uma determinação de que o cabelo deveria ser cortado. Bem curtinho, como de homem. Umas choravam, mas ninguém pensou em desistir por causa disso. O corte tinha que ser no padrão. Mas isso foi só na época. Só liberaram os cabelos depois que terminamos o curso. Durante o curso, não poderia usar brincos, nem esmaltes, maquiagem somente em ocasiões especiais (Nascimento, 2024).

Essa medida do corte de cabelo foi adotada em outras corporações e é o que Soares e Musumeci (2005, p. 32) definem como uma “intenção

deliberada de assexuá-las ou de minimizar os signos usuais de feminilidade”. Na Figura 13, é possível perceber as então alunas com o cabelo bem curto. A fotografia faz parte do acervo pessoal de Dimas Barros e registra os jogos internos do CEI, datados de 1990.

Figura 13 – Alunas CFSdFem com o comandante do pelotão (1990)



Fonte: Acervo pessoal de Cavalcante, 2024.

Além da apresentação pessoal, das restrições e imposições quanto a vestimentas, usos e acessórios, as mulheres enfrentaram o preconceito dos próprios militares, resistentes à nova configuração da tropa.

Tínhamos que padronizar. O lado feminino da gente não era bem visto. Até porque muitos militares não aceitavam a presença da mulher na polícia. “Essas mulheres vêm fazer o quê aqui? Essas mulheres não têm força. Essas mulheres não pegam bandido. Bandido não vai respeitar essas mulheres”. Eles sempre colocavam a questão da força. Como se para ser policial deveria ter masculinidade, mas não viam que o lado feminino era essencial para a Polícia Militar. Quando uma profissão vem existir na sociedade, é porque a sociedade tem necessidade da presença. A presença da mulher na polícia deveria existir. No início, não era bem visto, não. Achavam que o lado feminino ia atrapalhar, viam o lado frágil e colocavam como um impedimento para ingressar nas fileiras, como se homens não tivessem suas fragilidades. [...] Diziam: “Mulher jamais iria para a rua, mulher não é operacional”. A gente via que era coisa deles, discriminação. O que mais tem hoje é mulher operacional (Quintela, 2024).

O fato também foi narrado de acordo com a perspectiva daquele que foi o comandante do pelotão feminino:

Se o policial militar, de uma forma geral, é machista, imagina naquela época? Perseguições e até brincadeiras que começaram a tirar, que “elas não dariam conta do trabalho”, “o que mulher tá fazendo no quartel?”, “não era para estar aqui”. Essas piadinhas que surgiam o tempo todo. Elas ouviam e vinham contar. E a gente tinha que fazer um trabalho de formação policial militar e um trabalho até meio que de psicólogo para convencer, para conversar, que elas não poderiam desistir, que elas tinham que continuar, que depois delas viriam outras (Cavalcante, 2024).

O comandante contou que, no dia 8 de março de 1990, elaboraram uma forma de comemorar o Dia Internacional da Mulher. Seria a primeira vez na história que a data seria comemorada no contexto da caserna. E deveria ser marcante:

Combinei com Liberato de fazer uma comemoração. Mas não uma comemoração de festinha. “Vamos fazer com que elas percebam que esse Dia Internacional não é para receber flor. É um dia que representa conquista, luta”. Montamos uma atividade que durou praticamente o dia todo. Era muito de atividade física e instrução. Tudo fazendo com que elas percebessem qual a real intenção nossa. “Não é para receber bombom, é para receber parabéns pelas conquistas até agora”. E a gente ficou além do expediente. Correndo, bateria de atividades. [...] Ficamos até o começo da noite e, quando terminou, reunimos elas e aí, parabenizamos. Foi muito interessante. Acho que elas aprenderam muito. O lugar delas era ali (Cavalcante, 2024).

As instruções de Ordem Unida costumam ser um item massificado na formação militar, mas no CFSdFem 89 foi um ponto que recebeu extrema atenção. “Todo intervalo era ordem unida, educação física, era ordem unida. Quando a banda tocava e chegava na hora de começar a marchar, era uma vibração incrível”, lembrou Nascimento (2024). Não por acaso, o comandante do pelotão de futuras soldados contou que esta foi uma meta estabelecida:

Decidimos que deixaríamos as meninas num nível acima dos homens na parte física e de ordem unida. Porque elas seriam muito questionadas, muito cobradas. Então, a gente trabalhava muito isso. Tanto na cabeça delas quanto na parte prática mesmo. Sem sombra de dúvidas, elas eram as melhores em ordem unida do Centro de Formação. E olhe que, na época, existiam várias turmas de soldados, de cabos e sargentos masculinos. A gente forçou muito para que elas se dedicassem ao máximo e conseguissem mostrar aos homens: “a gente está aqui porque a gente pode, porque a gente tem condições de fazer também” (Cavalcante, 2024).

O mesmo comandante relatou um episódio considerado marcante, ocorrido em 24 de maio de 1990, Dia da Infantaria. A data faz parte do

calendário de celebrações do Exército Brasileiro, força à qual as PMs são subordinadas como auxiliares. Na ocasião, o comando local fez um convite especialmente direcionado às fems da PMAL. O aspirante Dimas participou do evento juntamente com outro oficial, o tenente Roberto Liberato dos Santos, e recorda-se:

No Dia da Infantaria, o comando do Exército daqui [59º Batalhão de Infantaria Motorizado BIMtz] convidou especificamente e fizeram questão que o pelotão feminino desfilasse. Foi um dia especial. O Liberato foi o comandante da companhia e eu comandando o pelotão delas. Tinham mais dois pelotões masculinos e elas. Foi uma coisa que chamou atenção de todo mundo. Os eventos no Exército, antigamente, o quartel ficava cheio de gente para ver, os familiares dos soldados. Todo mundo aplaudia quando elas passavam. Era uma coisa realmente diferenciada. Nesse aspecto, a gente tem um certo orgulho de saber que contribuiu para aquele momento (Cavalcante, 2024).

A Figura 14 representa o episódio mencionado pelo comandante, nas dependências do Quartel do Exército, em Maceió. Na imagem, Dimas Cavalcante aparece em primeiro plano, como o único homem. O aspirante marchava à frente do pelotão formado por alunas dos cursos de sargentos e soldados femininos.

Figura 14 – Pelotão feminino desfila no Dia da Infantaria (1990)



Fonte: Acervo Pessoal de Cavalcante, 2024.

Outra figura de destaque – que não era integrante da Turma Maria Quitéria, mas faz parte da trajetória da mulher na PMAL e também contribuiu com esta pesquisa – foi a coronel já reformada Cláudia Maria da Silva. Cláudia

foi umas das três mulheres admitidas em janeiro de 1988, após aprovação no primeiro concurso de oficiais femininas. A pernambucana já era soldado em seu estado natal, onde a participação feminina já existia desde 1983, mas aspirava ao oficialato. Prestou concurso, trocou a PMPE pela PMAL, mudou a vida e fez história:

Acho que era a minha vocação ser militar, porque eu lembro que, quando eu era pequena, a minha mãe levava a gente pra ver o desfile de 7 de Setembro. Nossa! Eu achava aquilo a coisa mais linda do mundo. Eu sempre dizia: “Eu quero ser. Eu quero vestir uma farda” (Silva, 2024).

Assim como as soldados, a oficial também declarou que não tinha percepção do pioneirismo: “Em relação ao pioneirismo, na época, eu não pensava assim. Eu estava realizando o sonho de vestir uma farda, de ser uma militar, que era o que eu queria desde pequena” (Silva, 2024). Sua experiência pessoal também rendeu um relato interessante, que merece menção:

Na minha turma de soldado, existia uma menina que era daqui de Alagoas. Então, ela me falou: “Cláudia, vai ter a primeira turma de oficiais femininas lá em Alagoas. Eu vou fazer. Você não quer ir comigo, não?”. Eu: “Tudo bem, eu vou com você”. Eu estava estudando para fazer o concurso de lá também, o CFO de Pernambuco. Viemos fazer o concurso aqui. Eram três vagas. Não sei quantas candidatas eram, sei que foi no Trapichão, a prova ali, no Rei Pelé, e tava cheio aquilo ali. E ela, que queria passar para voltar para a terra dela, infelizmente não conseguiu; e eu, que fui convidada por ela, passei (Silva, 2024).

A mesma Cláudia, que um dia foi soldado, já como oficial, também teve participação na formação das praças alagoanas. Ao relembrar essa etapa da carreira, a veterana declarou, com orgulho:

Foi muito gratificante para mim, quando eu voltei a Alagoas. Porque fazer parte da formação dessas primeiras turmas, ah, foi muito bom. Tudo que eu aprendi na academia, eu pude passar para aquelas meninas que tão cheias cheias de sonho, chegando, sem saber o que era a vida militar. Para mim, foi a melhor parte da minha vida, foi esse tempo. E hoje, olhando para trás, se fosse para recomendar, eu faria tudo novamente. Tudo novamente. Não me arrependo de nada (Silva, 2024).

Na Figura 15, a aspirante Cláudia aparece acompanhando o pelotão de alunas do Curso de Sargentos, no ano de 1992. Entre as alunas, estavam

aquelas mesmas que haviam ingressado no CFSdFem 89, agora em busca de mais uma etapa de crescimento na carreira.

Figura 15 – Curso de Formação de Sargentos (1992)



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Na percepção da coronel, as pioneiras, sejam oficiais ou praças honraram o pioneirismo:

As veteranas que fizeram parte das primeiras turmas, elas honraram. Honraram porque nisso realmente as dificuldades existiam, porque os homens também não estavam acostumados com as mulheres nos quartéis. Aos poucos as coisas foram mudando e hoje os tempos são outros (Silva, 2024).

O pensamento é compartilhado pelas integrantes da Turma Maria Quitéria e, em especial, pela militar que teria sugerido e inspirado as demais na escolha do nome da turma. A ideia inicial partiu da, então aluna Sônia, atualmente 3º sargento da Reserva, que declarou:

A Polícia alagoana tinha necessidade da presença feminina na corporação e algumas atividades que foram cruciais como na recepção, revista e nos setores administrativos. Junto com os homens, trazemos competência, determinação e coragem com suavidade e leveza, características femininas. O que estava em evidência na sociedade naquele momento era a entrada da mulher na Corporação. Uma profissão que estava adentrando na sociedade alagoana e, por sinal, com algumas rejeições por parte do masculino

na caserna. Então, isso impulsionou para a escolha da frase e do nome da turma. A nossa primeira turma sofreu vários preconceitos e barreiras. Mas faz parte do ofício. Hoje, estamos vendo os frutos do que foi plantado. Nada fácil ser pioneira na Polícia Militar. Muitos sofrimentos e sempre buscando o preparo físico e psicológico para as adversidades cotidianas. Hoje, escolheria ser policial militar novamente (Quintela, 2024).

A frase a que a veterana se refere estava na placa confeccionada na ocasião da formatura. A Figura 16 consiste na reprodução de um desses exemplares, pertencente a uma das veteranas, que guarda o objeto como lembrança. Como se pode ver, a ação do tempo danificou a visibilidade, mas a placa é um dos marcos desta memória.

Figura 16 – Reprodução da placa original de conclusão do 1º CFSdFem



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

No topo, lê-se “Polícia Militar de Alagoas – PMAL”. Logo abaixo, Centro de Ensino e Instrução (CEI), o atual Cfp, e Curso de Formação de Soldados Femininos. Turma: Maria Quitéria de Jesus Medeiros. No lado esquerdo, estão listadas as autoridades da época: o então presidente da República Fernando Collor de Mello e o governador do estado Moacir Lopes de Andrade.

O comandante-geral era o coronel Edson Sá Rocha, que permaneceu na função como 43º comandante-geral (a contar a partir da reestruturação de 1912) entre 19 de abril de 1990 e 15 de março de 1991. Ele pertencia ao Exército Brasileiro, tendo falecido em março de 2020, na condição de general reformado. Ele também chefiou a Segurança Pública de Alagoas como secretário de Estado de janeiro de 2007 a março de 2008.

Ainda de acordo com a placa, o chefe do Estado-Maior Geral (EMG) era o coronel Benedito Leite da Silva. O comandante da unidade de ensino (CEI) era o tenente-coronel João Evaristo dos Santos Filho, que, cerca de cinco anos depois, viria a figurar como o 49º na galeria da instituição. O coronel João Evaristo esteve à frente da corporação de 1º de janeiro de 1995 até 23 de julho de 1997.

O subcomandante do CEI era o major Ângelo Balbino Amaral da Silva. O capitão João Raimundo de Souza Amorim era o comandante do Corpo de Alunos (C/A), e seu subcomandante era o tenente Francisco de Assis Macedo dos Santos. O C/A é o setor da unidade de ensino responsável pela disciplina, pelo comando e pelo acompanhamento direto dos matriculados.

O comandante do pelotão de 35 mulheres era o então aspirante Dimas Barros Cavalcante, uma das fontes desta pesquisa. Mais um militar mencionado na placa e na memória que viria a ser o gestor maior da corporação. Isso aconteceria quase 22 anos depois: de 26 de junho de 2012 a 16 de janeiro de 2014, ele foi o 61º que a PM teve.

A placa também registra os nomes de três militares monitores do pelotão de pfems: Gilberto Oliveira Santos, Benedito Rodrigues Filho e Juarez Luiz de França, os três na graduação de 3º sargento. Logo abaixo, no campo “homenageados especiais”, consta a seguinte inscrição: “À nossa Biosa Polícia Militar. A todos os instrutores do CFSd/Fem. Aos nossos pais”. No canto esquerdo inferior, o mapa de Alagoas aparece estampado com uma insígnia de rosto de mulher ao centro.

No lado direito da placa, aparece a lista de Concluintes da 1ª Turma de Soldados Femininos, apresentada na Tabela 2. Por fim, a frase escolhida como lema da turma, de autoria desconhecida: “Uma profissão só surge quando ela se torna socialmente necessária e as práticas profissionais aparecem no dia-a-dia. Antes de serem instituídas, as profissões se legitimam pela sua eficácia social ou política”, que faz uma referência clara à chegada da mulher na corporação, à mulher assumindo seu papel como policial em Alagoas.

A Figura 17 contém um retrato individual, que exemplifica uma das formas de apresentação do pelotão. Cada uma delas, obrigatoriamente, trajava os mesmos itens. A imagem abaixo reproduz a foto daquela que viria a ser a

soldado Ana Nunes. O retrato foi cedido pela família da militar, que alcançou o posto de 2º tenente, mas faleceu no ano de 2015.

Figura 17 – Soldado Ana, uma das formandas da Turma Maria Quitéria (1990)



Fonte: Acervo da família, 2024.

O uniforme era composto por short-saia na cor azul-escura, com comprimento na linha dos joelhos, e parte superior na mesma cor, além da camisa interna de cor branca e cinto de lona com fecho metálico. No peito, cada uma carregava a tarjeta com seu nome de guerra gravado em letras brancas.

Sobre o ombro, descendo pelo lado direito do tronco, usava-se um tipo de adorno comum no meio militar, uma espécie de torçal trançado chamado *fourragère*. O calçado era um sapato fechado na cor preta. Sobre as cabeças, usava-se a boina, com um tipo de broche metálico afixado e, por fim, cabelos presos e alinhados.

Um aspecto relatado pelos entrevistados é o quanto as mulheres da PM se tornaram atração e presença quase obrigatória em eventos e solenidades. Na imagem a seguir, vê-se o pelotão de mulheres em marcha no pátio em frente ao Quartel do Comando Geral. A ocasião era a passagem do comando

do coronel Sá Rocha, que estava assumindo o comando da corporação. Percebe-se a presença de público civil acompanhando o evento e o comandante-geral prestando continência no canto esquerdo da Figura 18.

Figura 18 – Pelotão feminino marchando em frente ao QCG (1990)



Fonte: Acervo Pessoal de Cavalcante, 2024.

Há alguns episódios relevantes com participação e emprego das pfems no policiamento, a exemplo da visita do Papa João Paulo II, em 1990. Mas há um que se transformou em algo folclórico: a chamada “Operação Cor de Rosa”. O comandante de policiamento da Capital à época escolheu esse nome para a operação de segurança montada durante a visita de Maria da Graça Xuxa Meneghel, a Rainha dos Baixinhos. A cantora, apresentadora e atriz visitaria Maceió para divulgar seu trabalho. Os relatos se contradizem e não há exatidão sobre o motivo da visita: se era para realizar um show ou para divulgar o novo filme. O fato é que o trabalho de segurança funcionaria da chegada até a partida da celebridade.

A Xuxa viria para Maceió e era um fenômeno de popularidade. Em todo canto que ia, milhares de pessoas querendo chegar perto. E nosso comandante definiu que só quem faria a segurança da Xuxa seriam as mulheres. E ele chamou de Operação Cor de Rosa. As mulheres do curso de formação de sargentos e de soldados e eu fui comandante da operação. Não tinha nenhum outro homem designado. Eram somente as mulheres. O aeroporto não era como é hoje. Naquela época, o povo invadia a pista. Tinha uma mureta baixa e todo mundo invadia. Quando chegamos lá, vi que tinha muita gente no aeroporto inteiro. Não íamos conseguir dar conta com aquele efetivo. Entrei em contato com o comandante do CPC. A vinda dela

foi adiada para a tarde e falei com o comandante. “O senhor vai ter que colocar mais efetivo. É muita gente. Não tem perspectiva de violência, mas é o tumulto. Muita gente e o efetivo era pequeno”. A gente pegou um pelotão a mais, masculino. No horário previsto, levei o pelotão masculino também. Distribuí para fazer uma segurança mais afastada e coloquei elas pra ficarem próximas. Quando o avião aterrisou, todo mundo invadiu a pista e o ônibus que ia conduzi-la entrou na pista e parou o mais próximo possível da escada e fiz o corredor de fms para ela passar no meio e ir até o ônibus. Fomos até o hotel. As meninas desembarcaram para fazer a segurança novamente. Novamente, fizeram o corredor até o saguão do hotel (Cavalcante, 2024).

A pesquisa teve acesso ainda a dois recortes de jornais da época que são guardados por duas militares que foram personagens de matérias. Um dos fragmentos é conservado no álbum de fotografias da pioneira Silviany, conforme Figura 19 e reprodução na íntegra no Anexo F deste trabalho. Não há referência do periódico, mas o conteúdo é visível. Com o título “Polícia Feminina: a coragem da mulher alagoana”, a matéria era ilustrada com uma imagem da militar à frente de uma patrulha realizando o policiamento.

Figura 19 – Matéria de Jornal sobre mulheres na PMAL [s.d.]



Fonte: Acervo pessoal de Nascimento, 2024.

O texto menciona que a presença da mulher contribuiu para “amenizar a imagem do policial truculento que a sociedade tem, por razões históricas muito profundas”, e que o momento não comportava mais exclusivamente o aspecto repressivo da segurança pública.

O segundo recorte (reproduzido na íntegra no Anexo G) é identificado como sendo do jornal *Gazeta de Alagoas*, porém não contém data ou número de página. Esse recorte faz parte do acervo pessoal da coronel Cláudia. O título do artigo é “Mulheres militares já consolidam seus espaços” e tem entrevista e foto da militar, que era a comandante da Companhia Feminina.

Seguramente, “não é possível reter uma massa de lembranças em todas as suas sutilezas e nos mais precisos detalhes, a não ser com a condição de colocar em ação todos os recursos da memória coletiva”, conforme reflete Halbwachs (2006, p. 187). Certamente, também, muitas memórias e incontáveis detalhes podem não ter sido incluídos nestas páginas, mas o intento de resgatar, conectar e amplificar essas memórias é um passo importante, ainda que incipiente. É natural que nem todos os aspectos sejam cobertos; entretanto, o esforço de documentar e refletir sobre esse ponto já representa um avanço significativo.

6.2 Panorama atual de mulheres na PMAL

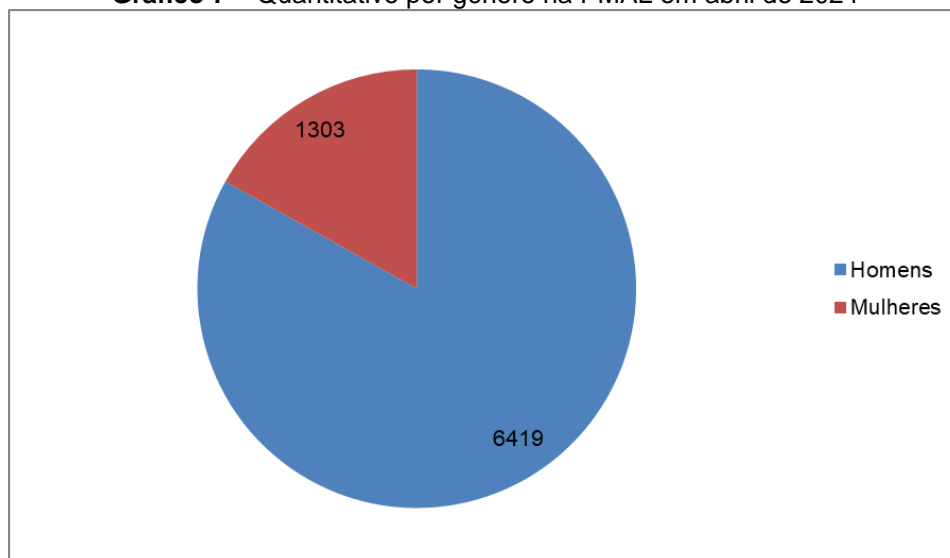
Ao analisar os números do Sistema de Recursos Humanos da PM de Alagoas em abril de 2024, a pesquisa contabilizou a presença de 1.303 policiais femininas no serviço ativo – dentre elas, a autora do presente estudo. Três oficiais, 12 sargentos e 35 soldados foram as mulheres que abriram caminho para uma nova configuração da PM em Alagoas. O que um dia representava uma realidade incipiente e, de certo modo, até desacreditada, consolidou-se e expandiu-se em números e feitos.

O item 3.6.1, intitulado **A mulher na PMAL: marcos temporais**, confirmou essa premissa, apresentando exemplos práticos de fatos ocorridos entre 1987 até chegar a 2024. O trecho previamente mencionado detalhou conquistas, desafios e evoluções que contaram com o protagonismo feminino em diversos âmbitos da corporação.

A primeira leva de mulheres no serviço ativo consistia em 50 representantes. Isso significa que, ao final da pesquisa, o número de servidoras ativas havia aumentado em 2.506% em comparação com ao inicial. De acordo com os dados do Sistema de Recursos Humanos da PM de Alagoas no mês de abril, num universo de 7.722 policiais militares ativos, a corporação somava

6.419 homens. Ou seja, as mulheres correspondiam a 16,87% da tropa em atividade⁹, conforme disposto no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantitativo por gênero na PMAL em abril de 2024

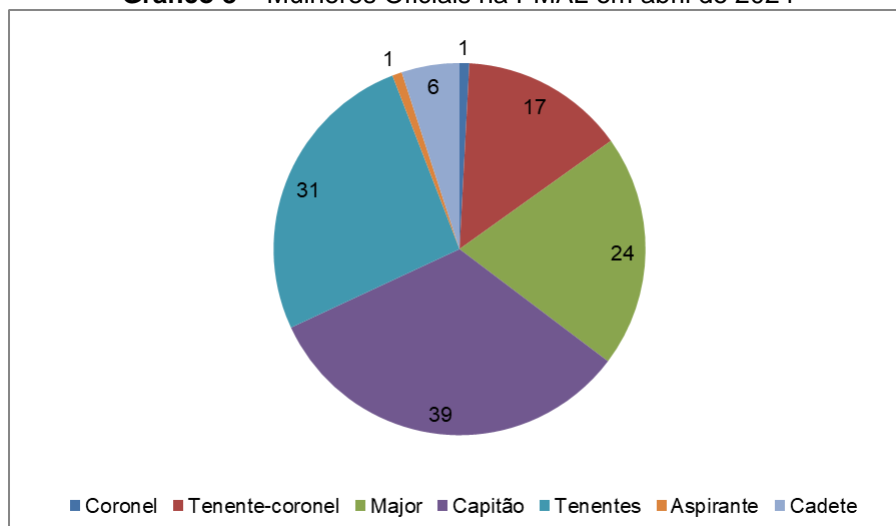


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Das 1.003 mulheres, 9,13% eram oficiais para 90,87% praças no serviço ativo. No universo de 119 oficiais, a distribuição por grau hierárquico era a seguinte, em ordem decrescente na escala hierárquica: uma coronel (mais alto posto da carreira), 17 oficiais mulheres tenentes-coronéis na ativa e 24 ocupantes do posto de major.

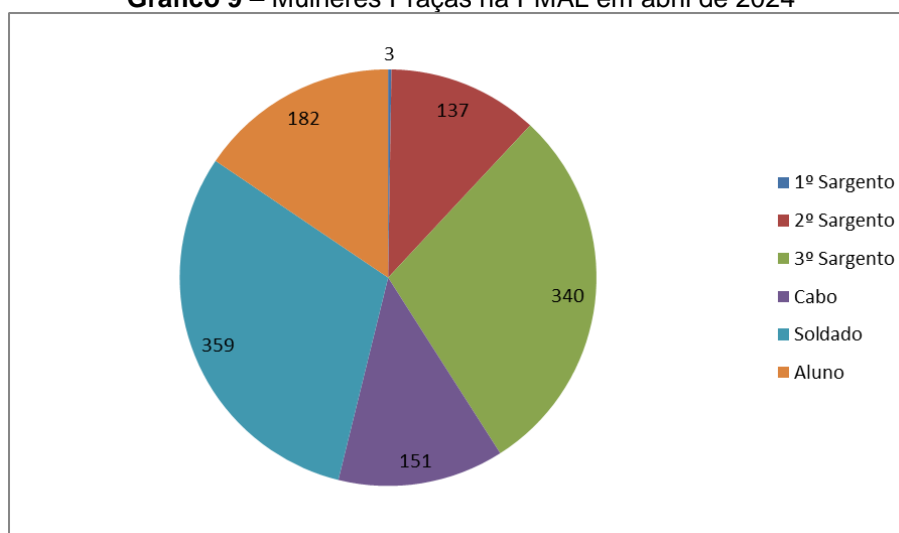
No maior quantitativo entre as oficiais mulheres na ativa, estavam 39 capitães. Na atividade, 31 tenentes (sendo 20 como 1º tenentes e 11, como 2º). Havia uma aspirante a oficial e seis cadetes. Essa divisão está demonstrada no Gráfico 8, que aponta como estava a divisão entre as mulheres oficiais:

⁹ Todos os quadros desta seção foram desenvolvidos tomando como base os números do Sistema de RH da PMAL. Dados extraídos no mês de abril de 2024.

Gráfico 8 – Mulheres Oficiais na PMAL em abril de 2024

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

No universo das praças, estavam 1.184 componentes. O Gráfico 9 apresenta as praças em ordem decrescente de hierarquia:

Gráfico 9 – Mulheres Praças na PMAL em abril de 2024

Fonte: Resultados da pesquisa, 2024.

Entre as praças, estavam 12 subtenentes, categoria considerada como praça especial, o último degrau entre praças e oficialato. O Sistema de RH indicava também um total de 480 sargentos distribuídas em: três na graduação de 1º sargento, 137 como 2º sargento e 340 como 3º sargento.

A PM alagoana contabilizava, ainda, 151 cabos, mais 359 soldados e 182 alunas matriculadas no Curso de Formação de Praças (CFP) – estas últimas estavam sendo preparadas para se tornar as futuras soldados, oriundas do, então, mais recente concurso público para admissão de soldados

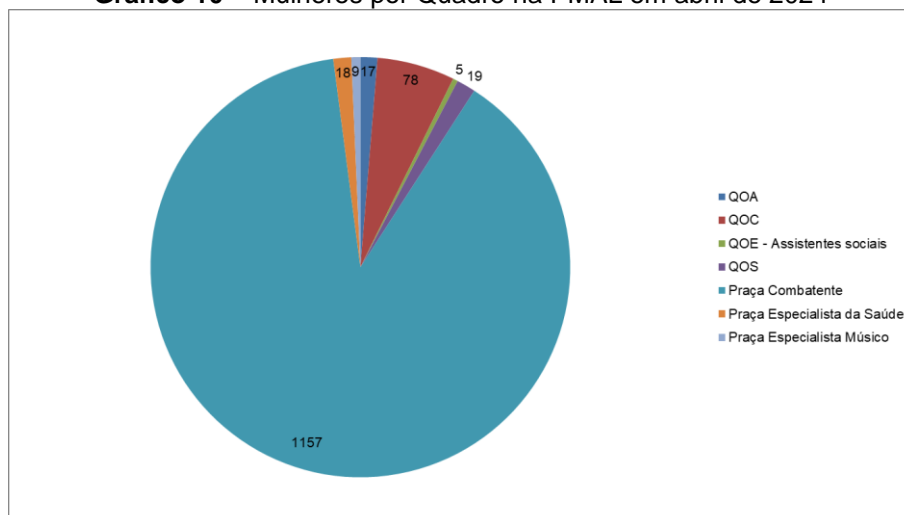
combatentes. O próximo gráfico apresenta os números entre as mulheres praças.

O Sistema apontava 403 mulheres na inatividade (reserva remunerada ou reforma), entre elas, 34 integrantes do primeiro CFSd Fem. A pesquisa levantou também, conforme dados extraídos do Sistema, a distribuição das 1.303 mulheres por quadros¹⁰, que, em abril de 2024, eram denominados: Quadro de Oficiais de Administração (QOA), Quadro de Oficiais Combatentes (QOC), Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), Quadro de Oficiais de Saúde (QOS), Quadro de Praça Combatente, Quadro de Praça Especialista de Saúde e Quadro de Praça Especialista Músico.

O Gráfico 10 foi organizado de acordo com o número de componentes femininas em cada quadro da corporação. O maior contingente de mulheres estava no Quadro de Praça Combatente, somando 1.157 componentes. Este grupo inclui desde alunas do curso de soldados até subtenentes combatentes.

O segundo quadro com maior número de mulheres foi o de Oficiais Combatentes (QOC, atual QOEM). Os quadros de Saúde vieram logo em seguida, sendo 19 integrantes entre as Oficiais (QOS), seguido de 18 praças da Saúde. Entre as oficiais QOS, estão cargos nas áreas de medicina, enfermagem, psicologia e odontologia, por exemplo. Entre as praças da saúde, estão as auxiliares de saúde de áreas como enfermagem, psicologia e farmácia, por exemplo.

¹⁰ Este trabalho adotou as nomenclaturas de quadros vigentes na época do levantamento dos dados. A partir de maio de 2024, a PMAL modificou as denominações para os quadros de oficiais e praças. A Nota nº 24853314/2024, com base na Lei Federal nº 14.751, de dezembro de 2023 (Brasil, 2023), consubstanciada no Decreto Estadual nº 93.446, de 04 de setembro de 2023 (Alagoas, 2023), foi publicada na página 41 do BGO de 3 de maio de 2024. Com a padronização, o antigo QOC passa a se chamar Quadro de Oficiais de Estado-Maior (QOEM), o QOA tornou-se Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) e o Quadro de Praça Combatente (QPC) assumiu a nomenclatura de Quadro de Praças (QP). Quanto aos militares da reserva e reformados, agora são QORR (oficiais) e QPRR (praças). Enquanto não houver alteração na nomenclatura do Quadro dos Assistentes Sociais e Capelães, estes continuam sendo denominados QOE.

Gráfico 10 – Mulheres por Quadro na PMAL em abril de 2024

Fonte: Resultados da pesquisa, 2024.

17 mulheres compunham o Quadro de Oficiais de Administração, englobando aquelas que ingressaram na instituição como praças, mas conseguiram alcançar o oficialato em suas carreiras – incluindo a única representante da turma CFSdFem de 1989 no posto de tenente, conforme já foi exposto. Na penúltima posição, estavam as nove integrantes do Quadro de Praça Especialista Músico e, por fim, o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), com cinco representantes, que o sistema define como assistentes sociais.

Pode-se dizer que as mulheres nas forças de segurança em Alagoas, de maneira geral, são “mulheres que atribuem significados e sentidos às suas próprias trajetórias, aos lugares que conquistaram com competência e profissionalismo”, como descrevem Pimentel e Oliveira (2023, p. 23).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre o papel da mulher nas polícias militares em geral, percebe-se que sua presença é um fenômeno relativamente recente, porém em crescente expansão e contínua transformação. A análise e a reflexão sobre um passado sempre presente oferecem uma base fundamental para a compreensão do hoje e para a formulação de debates e projeções sobre o futuro. Desse modo, é possível, inclusive, delinear perspectivas de avanço.

A pesquisa aqui sintetizada parte da gênese do fenômeno, atravessa intercessões e chega aos dias atuais, mas não se esgota. No percurso metodológico traçado, foi crucial buscar fontes, dados e informações que ultrapassaram o escopo inicial. Essa busca revelou aspectos que não estavam explícitos, mas se mostraram relevantes para o objeto. É o caso das entrevistas e memórias individuais. A contribuição humana se tornou indispensável para dar vida ao que antes eram números e para humanizar os tópicos em um perfil outrora unicamente descritivo.

A coleta de informações abrangeu tanto o ponto de vista do objeto de pesquisa quanto o da instituição envolvida, permitindo uma análise ampla e contextualizada do que um dia começou com três oficiais, 35 soldados e 12 sargentos. As transformações ao longo dos anos destacaram o papel da mulher, ao mesmo tempo que impactaram profundamente a instituição.

Contudo, é importante notar que a simples presença feminina no corpo policial não garante, por si só, a obtenção de direitos plenos, integral contribuição nas tomadas de decisão, ou o acesso a cargos de liderança e comando no sentido mais amplo de paridade de participação. Embora a realidade de 2024 mostre um panorama mais inclusivo e diversificado em comparação ao que era há pouco mais de três décadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir igualdade de oportunidades e reconhecimento substancial para as mulheres na instituição.

Os avanços recentes são indiscutíveis e indicam um progresso positivo, sugerindo um futuro promissor para maior integração e equidade de gênero nas polícias militares. No entanto, é essencial continuar a promover esforços para superar as barreiras existentes e assegurar que a presença feminina se traduza em equidade real em todos os aspectos da profissão.

A pesquisa ratificou a afirmação de Toutain (2012) sobre os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – como fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de um grupo. Seguindo esse norte, este estudo confirmou empiricamente que o acesso aos arquivos e demais documentos representa fonte de informação e conhecimento relativo à memória da instituição como um todo e da presença feminina em particular.

A dissertação logrou explorar documentos e fontes que preservam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas. A análise desses registros permitiu compreender e mapear a chegada das primeiras policiais militares mulheres, delimitando seus perfis e traçando suas trajetórias históricas. É fato que o ambiente arquivístico preserva a memória documental da trajetória funcional dos servidores da instituição.

Apesar das limitações estruturais e humanas, o arquivo da PM, seja ele da DP ou da DPS, atua como guardião de documentos dessa memória. O mesmo pode se atribuir ao Arquivo Público Alagoano (APA), com o acervo de edições do *Diário Oficial* estadual. O material está disponível no formato digital no acervo da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, acessível na página do órgão na internet.

Ao investigar a estrutura do arquivo funcional da Polícia Militar, a pesquisa destacou-o como um importante guardião da memória das pioneiras da corporação. Além disso, foram identificadas as principais fontes documentais e sua contribuição significativa para a organização do conhecimento, especialmente na construção da memória institucional sob o recorte proposto.

Este estudo visa preencher uma lacuna significativa na literatura, especialmente em áreas onde a análise das mulheres nas forças de segurança é ainda limitada, particularmente sob a ótica da Ciência da Informação e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A pesquisa não apenas trouxe à luz esclarecimentos sobre aspectos contraditórios e inconsistentes a respeito da cronologia dos eventos, mas também consolidou e amplificou o registro de um percurso histórico que necessitava desse reconhecimento e de uma análise aprofundada.

Os resultados obtidos fornecem uma base sólida que pode servir como referência para investigações futuras. Eles não apenas esclarecem questões complexas e controversas, mas também abrem novas possibilidades para um exame mais detalhado e fundamentado sobre o papel das mulheres nas forças de segurança. Esta pesquisa oportunizou o esclarecimento de pontos obscuros, a revelação de aspectos que permaneciam guardados, o resgate e, ainda, a conexão de pontos dessa presença que, após mais de três décadas e meia, tornou-se tão vital à instituição.

Essa base, assim se espera, permitirá que outros pesquisadores explorem com profundidade as dimensões e implicações desse tema, contribuindo para um entendimento abrangente e crítico da evolução e do impacto da presença feminina em contextos de segurança pública e, de forma ainda mais específica, no território alagoano.

Assim, o estudo realizado representa uma contribuição significativa para a literatura existente e pode enriquecer o campo ao integrar a Ciência da Informação, essencial na análise de dados complexos sobre questões de gênero e segurança. Esta pesquisa pode estabelecer uma base sólida para futuros trabalhos acadêmicos e fomentar um debate mais informado e detalhado, oferecendo novas perspectivas que ampliam o entendimento da dinâmica social em relação ao contemporâneo movimento das mulheres na busca por igualdade e equidade.

Retomando a síntese feita por Pimentel e Oliveira (2023), são essas mulheres que atribuíram e atribuem significados e sentidos às suas próprias trajetórias, aos lugares que conquistaram com competência e profissionalismo. Essa caracterização ressoa com cada uma daquelas que, em Alagoas, contribuíram para essa construção, incluindo as mulheres que hoje constituem 16,76% do efetivo ativo da Polícia Militar de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Constituição do Estado de Alagoas**. Maceió, AL. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70455>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ALAGOAS. Decreto nº 93.446, de 4 de setembro de 2023. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Maceió, AL. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, 05 set. 2023.

ALAGOAS. Lei nº 4877, 13 de janeiro de 1987. Dispõe sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, p. 11, 14 jan. 1987.

ALAGOAS. **Lei nº 5.346, de 26 de maio de 1992**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas e dá outras providências. Maceió, AL. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/845>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALAGOAS. Lei nº 6.050, de 02 de julho de 1998. Transforma a atual Companhia de Polícia Feminina Independente em 4ª Companhia de Polícia Militar Independente (4ª CIA PM/IND) e dá outras providências. Maceió, AL. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, 1998.

ALAGOAS. **Lei nº 7.656, de 10 de setembro de 2018**. Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas acesso na hierarquia militar e dá outras providências. Maceió, 10 set. 2018. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/410>. Acesso em: 09 abr. 2024.

ALAGOAS. **Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019**. Institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado de Alagoas. Maceió, AL. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1606>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **28 de novembro**: Dia da Policial Feminina é celebrado em Alagoas. Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/noticia/872-28-de-novembro-dia-da-policial-feminina-e-celebrado-em-alagoas>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Abril Azul**: Polícia Militar garante direitos a militares com familiares com transtorno do espectro autista. Disponível em: <https://pm.al.gov.br/noticia/71-mais-noticias/acoes-sociais/5272-abril-azul-policia-militar-garante-direitos-a-militares-com-familiares-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Em parceria com o Itec, Diretoria de Pessoal inicia digitalização de seus arquivos**. Polícia Militar de Alagoas. Maceió, 2018. Disponível em: http://acervo.pm.al.gov.br/intra/index.php?option=com_content&view=article&id=14244:2018-12-10-14-13-33&catid=4:geral&Itemid=77. Acesso em: 07 jun. 2023.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Hierarquia da Corporação**. 2023. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/institucional/hierarquia-da-corporacao>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Regulamento de Uniformes da Polícia Militar de Alagoas**. Aditamento ao Boletim Geral Ostensivo nº 76.

ALAGOAS. **Polícia Militar participa da inauguração do Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos da Ufal**. Maceió, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/policia-militar-participa-da-inauguracao-do-laboratorio-de-gestao-eletronica-de-documentos-da-ufal>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ALAGOAS. **Proteção Social da PM promove reunião com representante da Ufal para tratar de arquivo**. Maceió, 11 out. 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/protecao-social-da-pm-promove-reuniao-com-representante-da-ufal-para-tratar-de-arquivo>. Acesso em: 12 out. 2024.

AMÂNCIO FILHO, José. **Fatos para uma história da Polícia Militar de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1976.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. Tipologia dos Antropônimos. In: AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020. p. 71 -100.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BARAVIERA, V. C. M. **A Questão racial na Legislação Brasileira**. Brasília: UNILEGIS, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 7. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas, v. 62-A. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1104>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BASTOS, Carine Melo Cogo. **A organização do conhecimento e a inclusão das mulheres na Brigada Militar**: questões de gênero e memória documental representadas a partir de uma taxonomia. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230339>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BERGENTHAL, F. Lembrar de selecionar para então, esquecer: reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S. l.], v. 28, n. 3, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL, Senado Federal, Agência Senado. **Polícias militares têm origem no século 19**. Brasília, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.697, 26 de julho de 2018**. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Presidência da República. Brasília, 26 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012.

CABRAL, Maria de Fátima Omena Monteiro. **Entrevista VI**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**: perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47> Acesso em: 05 ago. 2018.

CAVALCANTE, Dimas Barros de. **Entrevista III**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CONQUISTA do Voto Feminino. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1983.

DANTAS, Carla A. *et al.* Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, art. e00145122, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LtLKZDxS6DXKRNxbj8cyT5D>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FAILUTTI, Domenico. **Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros**. Disponível em: <https://g.co/arts/wux16kFcxvHx9bBt8>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. Documentos, arquivo e práticas arquivísticas: bases necessárias à memória no ambiente organizacional. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 7, 2020.

FERREIRA, Fernando Valadão. **Entrevista I**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros, 1 arquivo .mp3 (55 min.).

GUIMARÃES, Fernanda *et al.* A participação feminina nas Forças Armadas brasileiras e seus desafios contemporâneos. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 16., 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sepesd, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_participacao_feminina_nasa_forcasa_armadas_brasileiras_ea_seusa_desafio_sa_contemporaneos.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de La Mémoire**. Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.

HOFFMAN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, [S. l.], v. 4. p. 35-58, maio/ago. 2004.

O ALFERES. Disponível em: <https://pm.al.gov.br/jornal-o-alferes>. Acesso em: 05 maio 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. Ed. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Pequena história da Polícia Militar de Alagoas**. Maceió: Cesmac, 2017.

LOUREIRO, Ythalo Frota. As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988: polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reserva do Exército?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 486, 05 nov. 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MATHIAS, S. K. As mulheres chegam aos quartéis: gênero e Forças Armadas no Cone Sul. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 24., Londrina, 2005. **Anais...** Londrina, 2005.

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. O. Mulheres e vida militar. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, p. 145-165, out. 2013.

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. Ser soldado, ser mulher. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, p. 273-310, jul./dez. 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília Oliveira. Mulheres e vida militar. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, p. 145-165, out. 2013.

MATOS, D. J. *et al.* Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na Defesa Nacional. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL (CADN), 13., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. p. 1-19.

MENDONÇA, Elisabeth de Oliveira. **Sesquicentenário da Polícia Militar de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1983.

NASCIMENTO, Silviany Domingues do. **Entrevista IV**. [maio 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OSORIO, RG. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958?mode=full>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PALMEIRA, Edilene Matias. **Entrevista Grupo Focal**. [jul. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (14 min.).

POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS. Disponível em: <https://pm.al.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (PMESP). **História da PM**. Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 2023. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

QUINTELA, Sonia Maria Pereira dos Santos. **Entrevista V**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (42 min).

RORAIMA. Governo de Roraima. **Mais uma policial militar assume posto de comando em Roraima**. Boa Vista, [s.d]. Disponível em: <https://www.portal.rr.gov.br/noticias/item/6096-momento-historico-mais-uma-policial-militar-assume-posto-de-comando-em-roraima>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SANTOS, Rozileide Francelina dos. **Entrevista VII**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional. 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2308/1/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, Cláudia Maria da. **Entrevista II**. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (20 min).

SILVA, D. A. dos S.; GODOY, E. S. da S. O arquivo na construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 2767–2778, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/912>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, Maria Cristina da. **Entrevista Grupo Focal**. [jul. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

SILVA, Mônica Ferreira. **Entrevista Grupo Focal**. [jul. 2024]. Entrevistadora: Fernanda da Silva Alves Calheiros. Maceió, 2024. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

SILVEIRA, J. P. B. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **Ágora: Arquivologia em Debate**, [S. l.], v. 23, n. 47, P. 140-161, 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/458>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOARES, Barbara M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, M. S. **“Sou policial, mas sou mulher”**: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

STARLING, H.; PELEGRINO, A. (org.). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

TANNO, J. L. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018. Disponível em:
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>. Acesso em: 22 ago. 2023.

TELES, S. J. **Briosa**: a história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

TOUTAIN, Lúcia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. *In*: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (org.). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: Edufba, 2012. p. 15-21. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5613/1/preservacao_documental-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Nome do projeto: MEMÓRIA E ARQUIVO: Um estudo sobre a inserção da mulher na Polícia Militar de Alagoas.

2. Características e objetivos gerais da pesquisa: A pesquisa está sendo conduzida por Fernanda da Silva Alves Calheiros, na condição de aluna do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL), sob a orientação da professora dr^a. Magnólia Rejane Andrade dos Santos. A estudante que também é jornalista e cabo da Polícia Militar de Alagoas (PMAL). A pesquisa está sendo desenvolvida como dissertação de mestrado no PPGCI/UFAL, com o objetivo geral de estudar a memória da presença da mulher na Polícia Militar de Alagoas compreendendo e mapeando documentos e registros de informação a partir do ingresso das pioneiras na corporação.

3. Procedimentos: Pesquisa bibliográfica e participante, que toma ainda como método a análise de conteúdo e pesquisa documental com coleta de dados em fontes de informação como o acervo documental da PMAL e de pessoas que vivenciaram e protagonizaram esse momento histórico.

4. Participação na pesquisa: Sua participação nesta pesquisa consistirá em relatar, em forma de entrevista, sua experiência antes mesmo da realização do concurso, passando pelo curso de formação e outras vivências correlacionadas ao processo de inserção da mulher na PMAL.

A entrevista será grava em formato de áudio com objetivo de que a gravação seja transcrita e transformada em relato. As informações serão inseridas no trabalho escrito havendo possibilidade de que alguns trechos sejam transformados em citação presente no corpo da dissertação e de possíveis artigos e publicações que dela venham a ser derivados.

Sobre a gravação da entrevista:

- ☐ Autorizo a gravação integral em áudio e vídeo;
- ☐ Autorizo a gravação parcial (neste caso, cabe ao entrevistado informar os trechos que deseja que não sejam reproduzidos ou divulgados) em áudio e vídeo;
- ☐ Autorizo a gravação integral apenas em áudio;
- ☐ Autorizo a gravação parcial (neste caso, cabe ao entrevistado informar os trechos que deseja que não sejam reproduzidos ou divulgados) apenas em áudio;
- ☐ Não autorizo qualquer gravação.

5. Voluntariedade e direito de desistência: Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

6. Riscos e benefícios: As informações contidas na dissertação serão reveladas ao público que tiver acesso ao trabalho final e possíveis desdobramentos ou artigos que dele possam advir. Quanto aos benefícios, trata-se da contribuição na construção de um trabalho inédito que se propõe a ampliar o debate sobre questão da memória e do gênero. A participação não implicará em gastos para o participante.

7. Direito de confidencialidade: A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio desta pesquisa não serão identificados, a menos que o participante opte por ser identificado nominalmente.

Apenas a pesquisadora e sua orientadora terão acesso ao conteúdo gravado, e os dados serão anonimizados/desidentificados nos resultados de pesquisa, como artigos ou publicações, se assim for a escolha do participante. Caso a opção do entrevistado seja ser identificado nominalmente, os dados sensíveis não serão divulgados em hipótese alguma.

- ☐ Autorizo minha identificação nominal;
- ☐ Não autorizo minha identificação nominal. Desejo ser totalmente anonimizado.

8. Garantia de acesso aos dados e dúvidas em geral: Você poderá tirar dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, além de obter acesso aos seus dados, a qualquer momento através dos contatos indicados abaixo.

Fernanda da Silva Alves Calheiros, estudante do PPGCI/UFAL, cabo da Polícia Militar de Alagoas e jornalista. E-mail: fernanda.alvescalheiros@gmail.com. Telefone: (82) 98861-0078.

9. Consentimento: Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável.

Eu, _____,
declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação nesta pesquisa, e que concordo em participar.

Maceió, Alagoas, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante:

Assinatura do(a) pesquisador(a):

ANEXO A – DESPACHO DO COMANDANTE-GERAL DA PMAL

23/06/24, 22:09

SEI/AL - 25771218 - Despacho



ESTADO DE ALAGOAS

POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

Assessoria do Comando Geral

Praça da Independência, 67, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-000
 Telefone: (82) 3201-2002 - www.pm.al.gov.br

DESPACHO

PROCESSO	E:01206.0000033809/2024
INTERESSADO	DCS
ASSUNTO	Comunicação: Institucional

- Trata-se de processo administrativo instaurado pela PMAL DCS, iniciado mediante Ofício 12705 (25758861), através do qual a Diretora de Comunicação da PM-AL solicita autorização do Comandante-Geral da PMAL para a realização do estudo intitulado "MEMÓRIA E ARQUIVO: Um estudo sobre a inserção da mulher na Polícia Militar de Alagoas", pela cabo Fernanda Alves da Silva Calheiros, CPF: [REDACTED], Nº de ordem: [REDACTED] e Matrícula: [REDACTED].
- Em atenção ao contido nos autos este Comando resolve **AUTORIZAR** a realização da aludida Pesquisa, pela cabo Fernanda Alves da Silva Calheiros, sob a orientação da professora Dr^a. Magnólia Rejane Andrade dos Santos, **no âmbito da PMAL, contanto que o referido estudo siga os mais rigorosos padrões de ética em pesquisa, de acordo com as normas nacionais, de modo que as informações coletadas sejam utilizadas exclusivamente para fins da pesquisa.**
- Tornem os autos à DCS para ciência ao interessado e lavratura do termo de encerramento dos autos.

PAULO AMORIM FEITOSA FILHO – Cel QOEM PM
Comandante-Geral da PMAL



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Amorim Feitosa Filho, Comandante-Geral** em 19/06/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília.



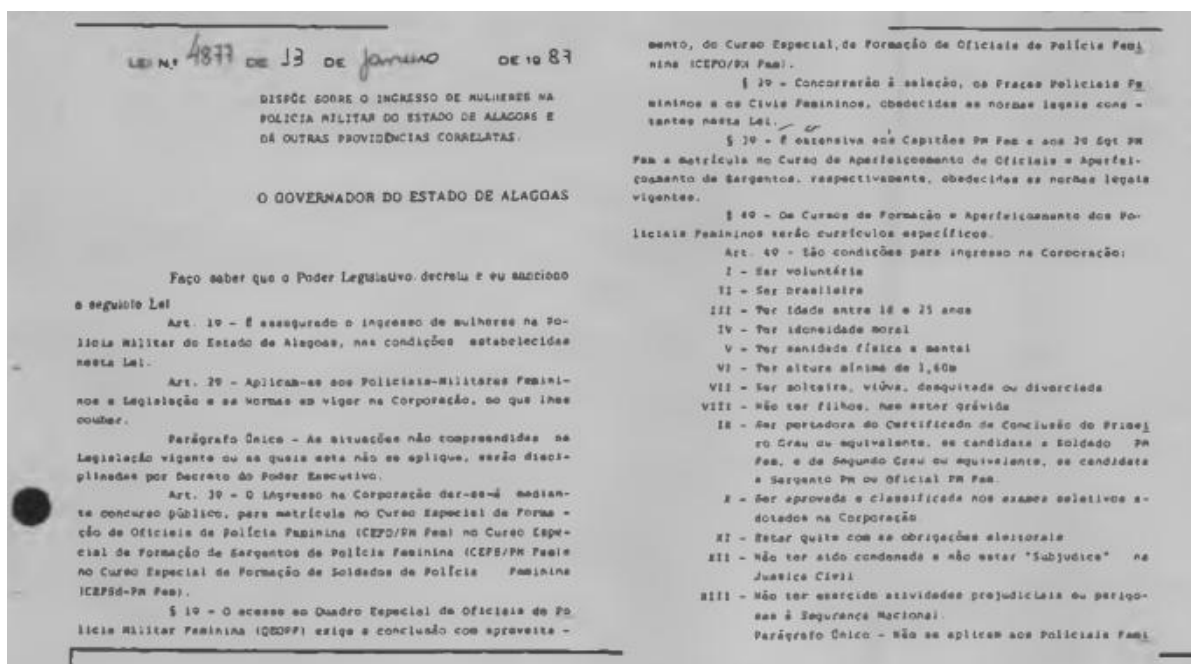
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25771218** e o código CRC **195C884E**.

Processo nº E:01206.0000033809/2024

Revisão 01 SEI ALAGOAS

SEI nº do Documento 25771218

ANEXO B – TRECHO INICIAL DA LEI QUE TRATA DO INGRESSO DE MULHERES NA PMAL (1987)



Fonte: Alagoas, 1987.

ANEXO C – EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA O CFSD FEM (1989)

Polícia Militar de Alagoas

DIRETORIA DE PESSOAL
SEÇÃO DE RECRUTAMENTO - DP/5

- CONCURSO PÚBLICO -
EDITAL nº 06/89-DP

O Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas faz saber as interessadas que fará realizar Seleção Pública visando o preenchimento de 30 (trinta) vagas existentes no Quadro de Soldados Policiais Militares femininos.

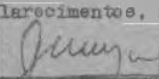
As inscrições para a referida seleção estarão abertas no período de 07 AGO a 31 AGO 89, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Diretoria de Pessoal, situada no Quartel do Comando Geral, localizado na Praça da Independência, 67 Centro, nesta Capital.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSCRIÇÃO

- a) Ser brasileira na forma do que preceitua o Art 12 da Constituição Federal;
- b) Não estar respondendo a inquérito, sindicância ou a processo de qualquer natureza;
- c) Não ter sido excluída ou licenciada das Forças Armadas, Polícias Militares ou Civis a bem da disciplina;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) Ter idade compreendida entre 18 e 25 anos, até a data da inclusão, isto é, não poderá ter 25 anos e 01 dia no dia 05/FEV/90;
- f) Ter altura mínima de 1,60m;
- g) Ser solteira, viúva, desquitada ou divorciada;
- h) Não ter filhos, nem estar grávida;
- i) Possuir o 2º Grau completo ou equivalente, com Histórico Escolar registrado na Secretaria de Educação, fornecendo à DP fotocópia do referido Histórico;
- j) Fornecer fotocópia do Título Eleitoral;
- l) Fornecer fotocópia do CPP;
- m) Fornecer fotocópia da Certidão de Nascimento;
- n) Fornecer fotocópia da Carteira de Identidade Civil;

o) Fazer entrega de 3 (três) fotografias 3x4, com data recente.

Melhores esclarecimentos, no horário e local acima citados.


JOSE WILSON DE MENEZES - Cel PM
Diretor de Pessoal

● ●

DIRETORIA DE PESSOAL
SEÇÃO DE RECRUTAMENTO - DP/5

- CONCURSO PÚBLICO -
EDITAL nº 07/89-DP

O Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas faz saber as interessadas que fará realizar Seleção Pública visando o preenchimento de 05 (cinco) vagas existentes no Quadro de Sargentos Policiais Militares femininos.

Fonte: Diário Oficial do Estado de Alagoas, 1989.

ANEXO D – TRECHO DE MATÉRIA DO JORNAL DE ALAGOAS

Formatura da PM feminina modifica estrutura policial

Ontem foi uma data histórica para a Polícia Militar de Alagoas: a primeira turma feminina de policiais do Estado apresentou-se oficialmente na solenidade de formatura conjunta (89 homens e 35 mulheres) realizada pela manhã no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, no Trapiche.

“O surgimento da Polícia Feminina representa uma derubada de barreira em relação à integração de mulheres na Polícia Militar de Alagoas”, comentou o comandante geral da PM/AL, cel. Sá Rocha.

Acrescentou que “equipe feminina significa uma injeção de sangue novo para que a PM a cada dia possa exercer melhor sua missão constitucional”.

As mulheres foram preparadas para executar o mesmo trabalho dos homens na Polícia Militar, mas irão dedicar-se principalmente aos problemas que envolvem menores e mulheres, disse o comandante.

O coronel Evaristo, coordenador do Curso de Formação de Soldados Femininos da PM/AL, informou que “após a formatura elas terão uma folga de uma semana, prevista no

regimento, para descansar, e depois passarão a atuar em conjunto com as patrulhas da PM ou em ocasiões onde for exigida a participação de mulheres na operação”.

Em outubro próximo, a Polícia Militar estará formando uma turma de sargentos composta de 12 mulheres para supervisionar os batalhões recém-formados. As mulheres formadas ontem já vinham atuando em fase de estágio em áreas como campo de futebol, praias e centro da cidade. A partir de agora, elas passarão a atuar também no aeroporto e na rodoviária.

Fonte: Jornal de Alagoas, 1990.

ANEXO E – JORNAL DE ALAGOAS ENTREVISTA PIONEIRAS

Mulheres conquistam o mercado

"Meu sonho era ser polícia feminina, e agora consegui realizá-lo", afirmou a aluna Sônia, do Curso de soldado, que considera o ingresso das mulheres na Polícia Militar, como mais uma vitória das mulheres na conquista do mercado de trabalho. Sônia como as demais alunas do curso, disseram sentir orgulho de pertencer à primeira turma de policiais femininas no Estado.

Acreditando que com o tempo as pessoas vão aceitar a presença das mulheres na polícia com mais naturalidade, Sônia alegou que muitas pessoas não levam a sério o trabalho delas, "só porque somos mulheres, mas quando se acostumarem com a nossa presença vão ver que vamos desempenhar o mesmo trabalho feito pelos nossos colegas homens e com a mesma responsabilidade".

Outra soldado, que estava de serviço no posto da guarda, disse que seus pais sentem orgulho dela por pertencer à Polícia Militar. Cássia é de Pilar e disse que fica envaidecida quando é observada nas ruas usando a farda da PM. "Estou muito feliz, mas confesso que no início tive vontade de desistir do curso, pois não é fácil montar guarda durante duas horas seguidas, mas com o tempo a gente acostuma, e hoje dou graças a



Sônia: "sinto muito orgulho"



Cássia: "farda me envaidece"

Deus por meus pais não terem deixado que eu desistisse", falou a soldado depois de estar no posto já há mais de uma hora.

VALORIZAÇÃO DA MULHER

A preservação e a valorização do lado feminino é um fator que agrada muito as futuras componentes do pelotão de policiamento feminino, pois segundo elas é fundamental uma boa aparência e durante o curso elas são orientadas de como cuidar das unhas, dos cabelos e aprendem a se maquiar,

pois é assim que deverão se apresentar em público.

As alunas acreditam estarem preparadas para enfrentar os serviços nas ruas, mas o major Cícero enfatizou que a Polícia Militar não pretende colocar mulheres para realizar patrulhamento ostensivo, que esta questão está sendo discutida em diversos estados, onde se acredita que biologicamente a mulher não deve realizar serviços onde devam permanecer muitas horas em pé. Como é o caso do policiamento de trânsito.

Fonte: *Jornal de Alagoas*, 1990.

ANEXO F – MATÉRIA DE JORNAL COM PIONEIRA DO CFSD FEM 89

Polícia Feminina

A coragem da mulher alagoana

Desde a década de 70 que as mulheres vem ganhando mais espaço no mercado de trabalho brasileiro.

Obrigadas a ir à luta, elas estão garantindo a independência feminina em quase todas as frentes de trabalho, dando um toque de beleza e sensibilidade num mundo antes dominado pelos homens. Tudo isso sem deixar de lado a feminilidade que lhes é peculiar. "A mulher tem uma sensibilidade social maior que o homem e usa isso na atividade policial de forma mais positiva".

Com o passar dos tempos, a necessidade de se impor perante a sociedade, a luta pela sobrevivência fizeram com que a mulher se revoltasse com sua subserviência e buscou o aprimoramento cultural, social e profissional, passando a competir em estado de igualdade, com o homem num mercado de trabalho defasado e ocupando espaços nunca antes conhecidos por aquelas que iniciaram o processo de libertação.

Falamos sim, em libertação, pois gradativamente a mulher foi alcançando privilégios, deixando para trás o ar de fragilidade e inocência tão decan-



tado pelos gêneros da literatura, expandindo seu campo de atuação e penetrando a esfera masculina, sobressaindo-se inicialmente na pintura, literatura e artes cênicas, para depois se transformar em líder político, executiva, defensora da soberania nacional e preservadora da ordem pública.

Os homens portam p...
mas file...
gil", e m...
mulher...
ambiente...
de preo...
ainda co...

incapaz de encarar o processo de aprendizagem e execução das atividades militares. Porém, mais uma vez demonstrou sua perseverança, trazendo consigo a determinação de vencer, inerente a todo ser humano, e não esqueceu de ajustar à sua bagagem, a graça e o charme pertinentes ao sexo feminino.

A sua presença muito contribui para amenizar a imagem do policial trupeleto que a sociedade ainda tem, por razões históricas muito profundas.

Os novos tempos em que vivemos exigem da Polícia Militar um grau maior de humanismo e sensibilidade para o trato social, pois o leque de suas atividades abriu-se, não comportando exclusivamente o aspecto repressivo da segurança pública.

Se a confiabilidade no sistema de segurança pública, está diretamente relacionada com a sensação de segurança que esse sistema proporciona ao cidadão,



Fonte: Acervo pessoal, [s.d.]

ANEXO G – RECORTE DE JORNAL COM PIONEIRA DO QUADRO DE OFICIAIS FEMININOS



Fonte: Gazeta de Alagoas/Acervo pessoal, [s.d.]

ANEXO H – LEI QUE INSTITUIU O DIA DA POLICIAL FEMININA DE ALAGOAS

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

LEI Nº 8.118, DE 21 DE JUNHO DE 2019.

INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de novembro, data da formatura da primeira turma de policiais militares femininas do Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 21 de junho de 2019, 203º da Emancipação Política e 131º da República.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Fonte: *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, 2019.

ANEXO I – PRIMEIRA MULHER A INTEGRAR A BANDA DE MÚSICA DA PMAL

Fonte: Acervo pessoal de Roraine, [s.d.]

**ANEXO J – LARISSA PORCIÚNCULA, PRIMEIRA PFEM DA PMAL A PILOTAR
AERONAVES**

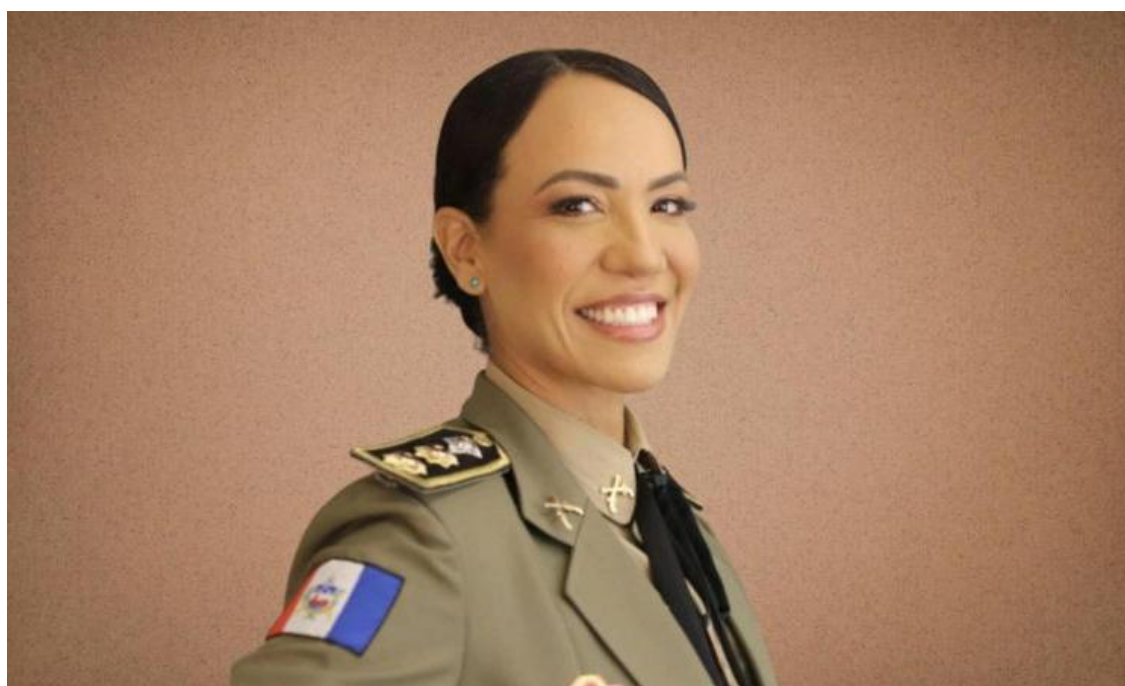


Fonte: Acervo pessoal, [s.d.]

ANEXO K – JOSIENE LIMA, PIONEIRA EM COMANDAR UMA UNIDADE ESPECIALIZADA E A ASSUMIR FUNÇÃO NO ALTO COMANDO



Fonte: PMAL, 2021.



Fonte: PMAL, 2024.

**ANEXO L – JOANA DARC, PRIMEIRA MULHER DA PMAL A ALCANÇAR O
POSTO DE CORONEL AINDA NA ATIVA**



Fonte: PMAL, 2024.